



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIII - Nº 158 - TERÇA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL	
<b>PRESIDENTE</b> Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Tião Viana - (PT-AC) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Alvaro Dias - (PSDB-PR) <b>1º SECRETÁRIO</b> Efraim Moraes - (DEM-PB) <b>2º SECRETÁRIO</b> Gerson Camata - (PMDB-ES)	<b>3º SECRETÁRIO</b> César Borges - (PR-BA) (1) <b>4º SECRETÁRIO</b> Magno Malta - (PR-ES)  <b>Suplentes de Secretário</b> <b>1º</b> - Papaléo Paes - (PSDB-AP) <b>2º</b> - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) <b>3º</b> - João Vicente Claudino - (PTB-PI) <b>4º</b> - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

## LIDERANÇAS

<b>Maioria</b> <b>(PMDB) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Valdir Raupp - PMDB</b> ..... <b>Líder do PMDB - 21</b> <b>Valdir Raupp</b> Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Ideli Salvatti - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Ideli Salvatti</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns  <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Expedito Júnior  <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Renato Casagrande</b> Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares  <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b>  <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>  <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(DEM/PSDB) - 24</b> <b>Líder</b> <b>Mário Couto - PSDB</b> Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu <sup>(1)</sup> Papaléo Paes ..... <b>Líder do DEM - 12</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líder do DEM Kátia Abreu <sup>(1)</sup> Jayme Campos Antonio Carlos Júnior <sup>(2,3)</sup> Maria do Carmo Alves <sup>(4)</sup>  <b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
<b>PTB - 8</b> <b>Líder</b> <b>Epitácio Cafeteira - PTB</b> Vice-Líder Sérgio Zambiasi	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b>	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
<b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b> Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
2. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
3. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE	
<b>Agaciél da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Tião Viana, Presidente do Senado Federal Interino, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 306, DE 2007(\*) (\*\*) (\*\*\*) (\*\*\*\*)

Aprova o texto da Convenção Internacional contra o **Doping** nos Esportes, celebrada em Paris, em 19 de outubro de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica aprovado o texto da Convenção Internacional contra o **Doping** nos Esportes, celebrada em Paris, em 19 de outubro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de outubro de 2007.

Senador Tião Viana  
Presidente do Senado Federal  
Interino

(\*) O texto da Convenção acima citada está publicado no DSF de 12/07/2007

(\*\*) Republicado o Decreto Legislativo nº 306, de 2007, com o texto da Convenção acima citada, no DSF de 25/06/2008.

(\*\*\*) Republicado o texto da Convenção acima citada, no DSF de 02/08/2008.

(\*\*\*\*) Republicado o texto da Convenção acima citada, por incorreções gráficas, no DSF de 24/09/2008.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 183ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE OUTUBRO DE 2008

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre a crise do sistema financeiro mundial e sua relação com o Brasil. .... 38739

SENADORA IDELI SALVATTI – Manifestação sobre o agravamento da crise no sistema financeiro mundial e seus reflexos, bem como as medidas que o Brasil deverá adotar. Comentários sobre os números resultantes das urnas, na votação do último domingo. .... 38743

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Análise dos resultados das eleições do último domingo. .... 38746

SENADOR ADELMIR SANTANA – Homenagem às micro e pequenas empresas pelo transcurso, no dia 5 de outubro, da entrada em vigor do seu Estatuto, com a sanção da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999. .... 38749

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Registro da participação de S. Ex<sup>a</sup> em reunião do Conselho Político, a ser realizada hoje no Palácio do Planalto, com o fim de se debater a crise internacional. .... 38752

SENADOR ALVARO DIAS – Análise do último pleito eleitoral, destacando a imperiosa necessidade da reforma política e do aperfeiçoamento da legislação que trata das pesquisas de opinião. .... 38753

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Cumprimentos aos 22 prefeitos eleitos no Estado do Acre. Defesa do aperfeiçoamento da legislação eleitoral. .... 38756

##### 1.2.2 – Mensagens do Presidente da República

Nº 195, de 2008 (nº 752/2008, na origem), encaminhando a Programação Monetária de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos. ... 38757

Nº 200, de 2008 (nº 699/2008, na origem), solicitando seja atribuído o regime de urgência ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 706/2007, na origem), que institui o Regime de Tributação

Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro), que chegou nesta Casa em 24 de março do corrente ano, e tramitou em regime de urgência constitucional até o dia 1º de julho último, quando foi lida e aprovada a Mensagem nº 460, de 2008, do Presidente da República, retirando a urgência da matéria. .... 38778

##### 1.2.3 – Comunicação da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação, a partir desta data, em regime de urgência constitucional, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, tendo em vista o recebimento da Mensagem nº 200, de 2008, lida anteriormente, findo o qual sem apreciação, passa a sobrestar todas as demais deliberações da Casa até que se ultime sua votação. .... 38778

##### 1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR TIÃO VIANA – Cumprimentos à população do Estado do Acre pelo processo eleitoral do último domingo. .... 38778

SENADOR RENAN CALHEIROS – Desempenho vitorioso do PMDB no primeiro turno das eleições do último domingo. Performance do PMDB em Alagoas. .... 38780

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Considerações sobre as eleições do último domingo no Estado do Pará, com destaque para o desempenho do PSDB e aliados. Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Alvaro Dias. Defesa da reforma política. .... 38782

SENADOR MARCO MACIEL – Registro da passagem do 20º aniversário da promulgação da Constituição de 1988. .... 38784

SENADOR ROMEU TUMA – Cumprimentos a Washington Olivetto pela inserção de vinhetas interessantes instruindo os cidadãos a votarem. Considerações sobre as eleições municipais do último domingo. Cumprimentos à ex-Senadora Heleísa Helena, eleita para vereadora com expressiva votação, em Alagoas. .... 38786

SENADOR HERÁCLITO FORTES – A performance dos partidos no pleito eleitoral do último domingo. Considerações sobre a agilidade e segurança do processo eleitoral brasileiro. Análise das eleições no Piauí e a extraordinária vitória do prefeito de Teresina, Sílvio Mendes..... 38787

### 1.2.5 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 539/08, de 27 de agosto último, do Excelentíssimo Senhor Juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, encaminhando manifestação sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2004. .... 38791

Recebimento da Mensagem nº 194, de 2008 (nº 719/2008, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas. .... 38791

Recebimento do Aviso nº 57, de 2008 (nº 14.06/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.185/2008, proferido nos autos do processo nº TC 013.309/2006-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, sobre Embargos de Declaração opostos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. .... 38791

Recebimento do Aviso nº 58, de 2008 (nº 1.471/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 2.171/2008, proferido nos autos do processo nº TC-019.083/2008-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à solicitação do Senado para acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito externo autorizada pela Resolução nº 23, de 2008. .... 38792

Recebimento do Aviso nº 59, de 2008 (nº 1.449/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 2166/2008, proferido nos autos do processo TC 004.524/2007-5, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, sobre Relatório de Auditoria realizada na Fundação Nacional do Índio – Funai, sobre os procedimentos para demarcação de terras indígenas. .... 38792

### 1.2.6 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional

Nº 51, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$ 19.070.000,00 (dezenove milhões, setenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 138, de 2008-CN – nº 747/2008, na origem)..... 38792

Nº 52, de 2008-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de Com-

panhias Docas, crédito especial no valor total de R\$49.743.680,00 (quarenta e nove milhões, setecentos e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta reais), para os fins que especifica. (Mensagem nº 139, de 2008-CN – nº 748/2008, na origem)..... 38797

Nº 53, de 2008-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas do Grupo Petrobrás, crédito suplementar no total de R\$ 7.623.071.959,00 (sete bilhões, seiscentos e vinte e três milhões, setenta e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais), e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$ 7.647.597.428,00 (sete bilhões, seiscentos e quarenta e sete milhões, quinhentos e noventa e sete mil, quatrocentos e vinte e oito reais), para os fins que especifica. (Mensagem nº 140, de 2008-CN – nº 749/2008, na origem)..... 38813

### 1.2.7 – Comunicação da Presidência

Remessa dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 51, 52 e 53, de 2008, lidos anteriormente, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelecimento de calendário para as suas tramitações. .... 38847

### 1.2.8 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2008, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves..... 38847

### 1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 1.144, de 2008, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando licença para desempenho de missão parlamentar no exterior, no período de 8 a 10 de outubro corrente. .... 38848

Nº 1.145, de 2008, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando informações ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social..... 38848

Nº 1.146, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007, além do despacho inicial, seja ouvida, também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. .... 38849

Nº 1.147, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007, além do despacho inicial, seja ouvida, também a Comissão de Assuntos Econômicos. .... 38849

Nº 1.148, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007, além do despacho inicial, seja ouvida, também a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. .... 38849

Nº 1.149, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Ministro do Tribunal de Contas da União, Homero Santos. Usou da palavra o Sr. Heráclito Fortes..... 38849

**1.2.10 – Comunicação da Presidência**

Realização de sessão deliberativa ordinária  
amanhã, terça-feira, dia 7, com Ordem do Dia an-  
teriormente designada..... 38850

**1.3 – ENCERAMENTO****2 – RETIFICAÇÕES**

Ata da 19ª Sessão Deliberativa Ordinária,  
em 6 de março de 2007 e publicada no **Diário do**  
**Senado Federal** do dia subsequente..... 38859

**SENADO FEDERAL****3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**– 53ª LEGISLATURA****4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO****5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-**  
**MANENTES****7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-**  
**LAMENTAR****10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-**  
**CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO**  
**PARLAMENTO DO MERCOSUL****12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS**  
**ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-**  
**CIAL****14 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-**  
**GRESSO NACIONAL**

# Ata da 183ª Sessão Não Deliberativa, em 6 de outubro de 2008

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência do Sr. Alvaro Dias, Adelmir Santana, Geraldo Mesquita Júnior,  
Romeu Tuma e Marco Maciel*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 18 horas e 2 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Concedo a palavra à primeira oradora inscrita, Senadora Ideli Salvatti.

A Senadora Ideli Salvatti consulta o Senador Cristovam Buarque se aceita a permuta para falar em primeiro lugar.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, por até 20 minutos, para proferir seu pronunciamento.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, dia depois de dia, estamos assistindo a uma espécie de derretimento do sistema financeiro no mundo inteiro. Hoje mesmo, de manhã, a crise chegou de uma maneira extremamente forte ao Brasil, como não tinha estado ainda.

A verdade é que essa crise tem como principal responsável os banqueiros que, de uma maneira leviana, manejaram os recursos dos seus depositantes e a credibilidade daqueles que receberam financiamento. A partir dessa leviandade, eles fizeram o que se chama alavancar o dinheiro que eles têm em banco e aumentaram os empréstimos numa proporção tal que um dia todos sabiam que isso ia rebentar.

Nesses meses, estamos todos procurando uma saída, Sr. Presidente. E o que eu vim falar aqui é que a procura da saída da crise financeira apenas dentro do sistema financeiro não levará a uma solução correta do problema, porque a crise financeira que a gente atravessa tem uma causa atrás dela, que é o próprio sistema produtivo. Esse sistema produtivo força os bancos – obviamente, naqueles casos em que os seus dirigentes são levianos – ao aumento do crédito de uma maneira desmesurada. E junte-se a isso a responsabilidade dos governantes, especialmente nos

Estados Unidos, que deixaram que isso acontecesse sem criar regras capazes de obrigar o sistema financeiro a não ir além dos limites possíveis na concessão dos créditos. Então, de um lado a irresponsabilidade dos banqueiros. Do outro lado, a falta de liderança, de responsabilidade dos governantes.

Essas são as causas principais da crise que a gente vê: o derretimento do sistema financeiro. Mas há uma outra por trás, eu quero insistir, que é a força, como o setor produtivo quase que obriga a criação de créditos, para vender os carros, para fazer as construções, para vender bugigangas que o sistema econômico produz todos os dias, para aumentar, de uma maneira desmesurada, as viagens. Há uma pressão na economia real que força a economia financeira a aumentar os créditos além dos limites.

Sem aumentar o crédito além dos limites, o crescimento esbarraria. E essa ânsia do crescimento cada vez maior leva à criação cada vez maior de crédito, o que exige a chamada alavancagem do crédito. Um real depositado se transforma em 10, 15, 20, 30. E fala-se que no caso dos Estados Unidos chegou a haver 65 dólares emprestados quando só um havia no banco.

É importante dizer por que isso acontece. Quando você põe um real no banco, o banco empresta esse real inteiro por que ele volta para o banco, o dinheiro não fica em casa. Ele aí empresta para outro, que também traz para o banco, porque ninguém deixa em casa. Enquanto as pessoas confiam nos bancos, tudo funciona bem. Quando um desconfia e pensa que aquele banco vai quebrar, começa a correr. E o dinheiro não existe. E é o que está acontecendo, especificamente, hoje, na Alemanha, onde o Governo disse que vai garantir todos os empréstimos com dinheiro público.

A crise precisa de medidas específicas no sistema financeiro. Falei aqui, há uma semana, como eu achava que deveríamos cuidar do problema dos gastos públicos, do risco do endividamento elevado das pessoas e também do déficit nas transações correntes.



Hoje não quero falar, especificamente, da crise no setor financeiro. Quero falar da crise que é causada no setor financeiro pela voracidade do consumidor e pela voracidade do setor produtivo. Essa ânsia desmesurada de produzir cada vez mais, consumir cada vez mais, o que exige cada vez mais crédito, que faz com que os bancos terminem saindo do controle. A mesma lógica que prevalece em outro derretimento que está acontecendo: O derretimento das calotas polares; o sistema econômico, ao produzir cada vez mais para atender a voracidade do consumo, provoca o derretimento dos bancos e o derretimento das calotas polares.

O gelo está derretendo e os bancos também. A mesma causa. A causa de um setor produtivo, que mede a riqueza apenas na quantidade de bens materiais; que mede o progresso apenas na taxa de crescimento da produção. Por isso, ao mesmo tempo que é preciso que haja cada vez mais, e rapidamente, um cuidado especial para enfrentar a crise especificamente financeira que atravessamos, é preciso também que entendamos que a crise vai além, lá atrás do setor financeiro e que vai exigir modificações.

Por isso, creio que vale a pena lembrar que as grandes viradas da sociedade se dão em momentos de crise. O Brasil só se transformou em um País industrial graças à crise de 29, crise com as proporções da atual, embora de imediato, já no setor produtivo, gerando desemprego. Foi o fato de os Estados Unidos entrarem em uma crise como esta que provocou uma retração da compra de produtos brasileiros e que fez com que exportássemos café, e aí não tínhamos dólares para importar os automóveis, etc., etc. Foi isso que fez o Brasil dizer “Só temos uma saída: vamos reorientar nosso progresso; vamos começar a produzir aqui dentro aquilo que a gente agora importa e que não pode mais importar.” Está na hora de o Brasil descobrir a grande chance que pode haver, se soubermos trabalhar a atual crise, para procurarmos novos rumos para a nossa economia e, quem sabe, daqui conseguir fornecer alternativas para esta crise global de todo o setor produtivo mundial, não só brasileiro.

Nós podemos perfeitamente entender as crises que não soubermos aproveitar no passado, porque a de 29 aproveitamos muito bem, até 1945. Terminada a guerra, mudado o governo, vinda a democracia, em vez de continuar no rumo de produzir mais aqui dentro, para atender a uma demanda restrita e incentivar à pressa essa demanda pouco a pouco, preferimos, com o alívio do comércio internacional, gastar os dólares que tínhamos para importar bugigangas, para atender à voracidade do consumo da sociedade brasileira. O resultado é que perdemos uma grande chance: dar continuidade àquele processo industrial que tinha

começado no período de Getúlio Vargas e que sofreu um abrandamento a partir de 1945.

Em 1973, outra crise. Quando o petróleo subiu a níveis inesperados, o Brasil aproveitou uma parte dessa crise, ao criar, incentivar e levar adiante a saída do álcool como combustível, mas não soube dar o passo adiante. Não soube perceber que o petróleo subiu de preço, mas que, mesmo com a alternativa do álcool, tínhamos de reorientar o carro-chefe da nossa economia, do automóvel e do sistema rodoviário para outros setores que não fossem consumidores de energia, como é o setor rodoviário. Não soubermos aproveitar isso. Criamos o setor alcooleiro, resolvemos o problema, quase, da energia, e, quando depois o petróleo caiu, afrouxamos ainda mais a necessidade de uma reorientação do tipo de produto e não apenas do tipo de combustível, como agora, do tipo de produto e não apenas da solidez do sistema financeiro.

Ainda em 1973, quando subiu o preço do petróleo, o mundo estava entrando na era da informática. O Brasil tinha uma oportunidade de entrar em condições quase iguais com os outros países. Mas, em vez de trabalhar, para desenvolvermos aqui uma indústria na área de **software**, da parte da logística, da parte da informática no seu sentido imaterial do conhecimento, inventamos de proteger a produção das máquinas de computador; em vez do **software**, protegemos o **hardware**, criamos a tal de reserva de mercado para produtos fabricados no Brasil e deixamos de desenvolver aquele que teria sido o grande setor, que seria na área da ciência, da matemática, da ciência da computação, da produção de **software**. Perdemos outra chance. Perdemos outra chance e continuamos crescendo, às vezes mais, às vezes menos, mas no mesmo tipo. Agora, com essa crise, quem sabe não será possível imaginarmos a alternativa diferente. E que trabalhemos em dois momentos: no longo prazo, mudando o próprio perfil da produção e, no curto prazo, as medidas necessárias para limitar a irresponsabilidade à que o setor bancário é tentado por força da pressão do setor produtivo, querendo crescer e precisando de crédito.

Dois níveis de soluções, que vão exigir dois tipos diferentes de composição política. A solução financeira levaria o Brasil a conseguir pôr ordem nas finanças brasileiras, protegendo-as da crise internacional – e o Brasil até está razoavelmente protegido, quando comparado aos outros países. Isso depende apenas das decisões do Governo brasileiro e do Banco Central.

Se o Banco Central continuar com a sua política de garantir as reservas, que impedem as explosões cambiais em momentos de especulação; se continuar com a sua política responsável, aumentando os juros quando preciso e reduzindo-o quando possível; se o



Banco Central continuar nessa linha, cabe apenas ao Governo ter a responsabilidade de manter o controle sobre os gastos públicos – não deixar que os gastos públicos saiam do controle, porque assim é impossível continuar aumentando a receita. Com o déficit, teremos necessidade de uma taxa de juros ainda maior, para atrair capital; precisaremos, inclusive, de cuidar do risco que vamos apresentar como mais alto ainda. Teremos aí o pior dos mundos: uma inflação no meio de uma crise que pode vir de depressão.

O Governo brasileiro, pelo que temos visto, e o Banco Central do Brasil parecem estar trabalhando com o sentido de responsabilidade, com o cuidado técnico. Apenas, a mim me preocupa o nível dos gastos públicos. Tirando isso, o resto acho que não está sendo de uma maneira equivocada. O que me preocupa é o longo prazo. E o longo prazo não depende apenas de nenhum governo sozinho.

A reorientação de um projeto alternativo para o País exigirá, sem dúvida alguma, uma espécie de acordo geral com outros partidos, com outras lideranças, como foi feito nos momentos em que a gente reorientou o futuro do Brasil, nas vezes anteriores, sob regimes autoritários que impunham a saída. No caso de um processo democrático, essa saída vai exigir conversas com todos os partidos, com todas as lideranças, no sentido de entender as necessidades de reorientar o projeto do desenvolvimento brasileiro, que consiste, em primeiro lugar, em entender as causas dessa crise, como estando no setor produtivo também, sobretudo lá, e não apenas na irresponsabilidade do setor financeiro, liberado pela irresponsabilidade de governantes nos Estados Unidos e no resto do mundo também.

Segundo, percebi que há produtos que podem dinamizar a economia, talvez não a taxas tão elevadas, talvez não atendendo à voracidade do consumo dos bens materiais, mas que podem, sim, atender à necessidade de gerar emprego, que é o fundamental do processo de crescimento. O crescimento não é apenas para aumentar o consumo desnecessário, voraz, que temos a tendência de ter. O crescimento é sobretudo para garantir que ninguém fique sem emprego. É aí que está a essência do crescimento: a garantia do emprego, e não o aumento necessário de consumos supérfluos, suntuários e muitas vezes desnecessários. É entender, portanto, que é preciso incentivar a produção daqueles itens – eu nem disse “bens”, porque parte deles são serviços – que não são nem poluentes, para derreter os pólos, nem são depreadores do ponto de vista do excesso de crédito.

Se fizermos isso, vamos ver que o Brasil tem uma margem de crescimento e de reorientação, sobretudo naqueles setores que são capazes de trazer bem-estar para as camadas mais baixas da população, aquilo que,

há muitos anos, trabalho e chamo de um **keynesianismo** social responsável: social, porque usaria os recursos públicos, para atender às necessidades da população mais carente; responsável, porque teria de fazer isso, sem perder o controle dos gastos públicos, mantendo o equilíbrio fiscal com toda a responsabilidade, sem cair no velho keynesianismo inflacionário do passado.

Se a gente fizer isso, vai conseguir enfrentar, ao mesmo tempo, os dois problemas mais visíveis: o derretimento polar, que é uma maneira simbólica de falar na crise ambiental, e o derretimento financeiro, que é o que está acontecendo no presente.

E mais uma coisa: nós vamos ser capazes de enfrentar o que talvez seja o mais grave de todos os derretimentos que é o derretimento ético de uma sociedade que concentra renda, que concentra os benefícios do progresso, que impede que o progresso seja capaz de atender as próximas gerações por não afetar o meio ambiente e seja capaz de ter saúde sem quebrar o sistema financeiro e, sobretudo, de ser ético, atendendo ao bem-estar das populações hoje excluídas.

É hora de uma grande preocupação com o quadro da situação fiscal, com o quadro da situação financeira e com o risco de perda do controle monetário. Mas é hora, também, de irmos além disso e entendermos que a crise é muito mais profunda do que aparece, porque o que aparece são as bolsas, o que aparece são os bancos, o que aparece é o câmbio. Além do câmbio, além dos bancos e além das bolsas há uma realidade social que baseia o seu progresso na voracidade do consumo, nessa produção desenfreada que todos buscam e comemoram quando se fala em taxa de crescimento. É óbvio que parte da crise internacional vem da necessidade de vender mais produtos – nós vemos prazo de 100 meses para pagar. Não tem como continuar mantendo esse crédito por muito tempo, e, aí, aqueles produtos vão deixar de ser vendidos. Nós temos que encontrar outros que possam ser produzidos, usados, que satisfaçam o consumidor, mesmo que não sejam do mesmo tipo a que nós estamos acostumados.

O Brasil pode, sim, aproveitar essa chance, com a preocupação, sem ilusão, mas sabendo que, bem aproveitada, essa chance pode transformar o Brasil, pode transformar a nossa economia, não apenas garantindo um sistema bancário sólido, não apenas garantindo uma estabilidade monetária, não apenas tendo um sistema que funcione sem esses receios a cada tanto tempo de crise, que, inclusive, seja capaz de manter o equilíbrio ecológico de que todos precisamos, mas, sobretudo, capaz de construir uma sociedade onde todos estejam incluídos, incorporados, com água, esgoto, moradias, mesmo que simples, para não pressionar exigindo grandes pressões sobre a criação de mercado, em que se

jam capazes, sobretudo, de serem educados e, graças a essa educação, produzirem ciência e tecnologia na proporção em que o futuro precisa.

O Brasil pode aproveitar a crise em que vive hoje, importada do exterior, até com uma certa tranquilidade, graças ao sistema financeiro que hoje ainda funciona no Brasil, para mudar mais profundamente a nossa realidade produtiva para, mais profundamente, fazer aquilo que a gente precisa: uma reorientação no modelo de desenvolvimento.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha a falar, mas eu passo a palavra, com muito prazer, ao Senador Aloizio Mercadante, que pediu um aparte.

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) – Eu queria saudar a intervenção do Senador Cristovam Buarque, primeiro porque o País precisa, de fato, aprofundar o diagnóstico sobre essa grave crise financeira que atingiu o coração do sistema financeiro internacional, a economia americana: quatro dos seis maiores bancos centenários daquele país já sucumbiram a esta crise e ela reflete, de um lado, o fracasso dessa ausência de regulação, de fiscalização, de limites para o sistema financeiro. Instituições que estavam alavancadas mais de sessenta vezes, engenharias financeiras que mascaravam os riscos das operações, ausência de transparência, e mostra que essa visão neoliberal, que marcou também o estado mínimo financeiro, que essa visão deve ser rapidamente superada. Veja que o Banco Central americano já interveio, com esse pacote agora de mais US\$700 bilhões, mais de US\$1 trilhão de socorro às instituições financeiras, num constrangimento político muito grande, inclusive do Congresso americano, porque você está usando o dinheiro do contribuinte para salvar as instituições financeiras do colapso, da falência, ao mesmo tempo em que esses bancos continuam tomando a casa das famílias que não podem pagar as suas contas, os seus impostos, o que mostra a dificuldade que o Congresso americano teve de aprovar esse pacote. O custo de aprovar é muito alto, mas o custo de não aprovar seria maior ainda, porque as consequências sobre a economia real, que vão ser profundas, seriam dramáticas. Hoje mesmo estamos no pior dia de desempenho da bolsa europeia dos últimos quatro anos. A crise continua se aprofundando, se alaistrando. Aqui, no Brasil, tivemos duas interrupções no Bovespa, com quedas que chegaram a 15%. Agora diminui um pouco. Mostra a volatilidade, a instabilidade. Mas, diferentemente de outras crises – acho que o Senador colocou muito apropriadamente – o Brasil hoje tem US\$207 bilhões de reservas, não depende do monitoramento do FMI, não houve contaminação direta do nosso sistema financeiro até este momento, em mais

de um ano de crise, e a economia cresce predominantemente pelo mercado interno.

Isso também ameniza, inclusive, o fato de que os Estados Unidos eram 25% do nosso comércio exterior há cinco anos, hoje são apenas 14% das nossas exportações. Mas eu acho que há uma reflexão associada a esse tema. O Governo brasileiro tem que estar muito atento à evolução da crise, o Banco Central tem tomado providências para prover a liquidez quando necessária, seguramente novas medidas serão indispensáveis, mas nós nunca tivemos tão bem posicionados para enfrentar uma crise, que seguramente é a mais grave de todos os últimos anos. Eu queria concluir dizendo que me parece muito apropriada a reflexão de que o Brasil pode ter uma saída criativa dessa crise e que o mundo precisa olhar de uma outra forma para o futuro. Talvez o melhor exemplo seja 1929, onde nós tivemos uma crise de superprodução; nós éramos uma economia primária exportadora, o café chegou a ser 60% das nossas exportações, e o Brasil teve uma saída criativa, porque, em 1934, nós já éramos um País predominantemente industrial. Quer dizer, a nossa saída foi substituição de importações, foi industrialização, foi produzir aqui aquilo que nós não podíamos mais importar. Então, a crise é como o chinês arcaico dizia com dois caracteres: perigo e oportunidade. Os riscos são muito grandes nessa crise internacional, mas há janelas de oportunidade, e o Brasil precisa se repensar, como economia, a sua inserção internacional e disputar as oportunidades que vão se abrir, porque China, Índia, Brasil e Rússia estão melhor posicionados para enfrentar essa situação. Queria parabenizar essa reflexão sobre o consumismo, sobre a dimensão ecológica, sobre novos valores que deviam inspirar a reflexão de novos instrumentos de regulação e de um novo caminho para o desenvolvimento da economia. Quero parabenizá-lo, Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Agradeço ao Senador Aloizio e quero dizer que, com isso, o senhor agrega um comentário a uma reflexão que eu não tinha feito. Primeiro, que a saída está, em primeiro lugar, claro, no controle da situação, através de regulação do sistema financeiro, mesmo que isso, ao não permitir essas alavancagens estúpidas de sessenta vezes, termine freando um pouco o crescimento econômico, porque impedirá a venda de alguns produtos que necessitam de crédito. Temos firmeza de dizer que a saúde do sistema bancário é tão necessária ao funcionamento da economia que a gente pode até restringir o crescimento para manter a saúde do sistema financeiro. E isso todos sabem como fazer e quais as medidas necessárias. É preciso vontade e o apoio político da sociedade brasileiro para que seja feito.

Segundo, nessa janela de oportunidade, como o senhor chamou, creio que podemos perfeitamente aproveitar os recursos que estão chegando ao Brasil – não imediatamente, sob a forma de moeda – em forma de alternativa, que é o Brasil ser um grande produtor de energia, tanto pelas reservas petrolíferas que a gente descobriu recentemente como também pela possibilidade do etanol. Essa é uma oportunidade, mas o risco é aproveitarmos isso para fazermos, como em 45, e começarmos a usar esses dólares apenas para importar bugigangas, produtos de consumo que não vão trazer uma dinâmica permanente ao Brasil.

A outra, e o senhor tem sido um dos defensores, é a gente usar esse dinheiro da maneira correta para transformar o Brasil em um produtor de conhecimento, em um país capaz de gerar capital-conhecimento. E o capital-conhecimento vem do investimento dos recursos que tivermos na ciência e na tecnologia, que não é possível sem uma boa universidade; que não é possível se não tivermos um Segundo Grau de qualidade para todos; que não é possível se não tivermos um Ensino Fundamental para todos.

No fim, mesmo que continuem dizendo que falo numa nota só, mesmo que digam, Senador Adelmir, que eu venho falar aqui de outra coisa completamente diferente, aparentemente, que é a crise mundial, a gente termina caindo no mesmo. A janela de oportunidade que o Brasil tem diante de si é aproveitar os recursos que vão entrar, transformando o Brasil num setor de exportação de energia, para investir na transformação do Brasil em uma fábrica de conhecimento, em um país capaz de gerar o verdadeiro capital do futuro, que é o crescimento.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que há, sim, uma grande crise no ar, mas há uma grande chance que não podemos perder como perdemos tantas outras no passado.

Sr. Presidente, agradeço o tempo que me dedicou.

Era o que eu tinha para dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, por 20 minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que estão presentes nesta sessão de segunda-feira, após o processo eleitoral que tanto dignifica a democracia brasileira, estamos todos, como não poderia deixar de ser, com a mente e os corações voltados para estes dois temas: o tema de que tratou o Senador Cristovam Buarque – a preocupação efetiva com o que acontece hoje no

mundo, principalmente no centro da economia mundial, nos Estados Unidos, e seus reflexos para vários outros países, e as medidas necessárias que o Brasil deve adotar – e o processo eleitoral.

Agora, às 15h, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou reunião do Conselho Político exatamente para compartilhar as medidas já adotadas pelo Governo, a fim de continuar dando a blindagem tão necessária à economia brasileira, até porque nós não tivemos ainda seqüelas efetivas no Brasil, dadas as medidas já adotadas e tudo o que foi feito ao longo dos últimos anos, principalmente em termos de reservas cambiais, de diversificação do mercado externo brasileiro. Hoje, efetivamente, nós não dependemos de forma significativa do comércio unilateral. Diversificamos. Temos um comércio bastante espalhado por todo o mundo e o fortalecimento do mercado interno por meio das políticas adotadas, de recuperação do salário mínimo, das políticas de inclusão e dos investimentos que o Governo do Presidente Lula vem fazendo, dando sustentabilidade ao nosso crescimento. Mas é claro que tanta turbulência e o repique do cassino adotado no mercado financeiro dos Estados Unidos têm as suas conseqüências.

Por isso, a partir das 15h, estarão reunidos com o Presidente Lula todos os Líderes dos Partidos que apóiam a coalização que governa o nosso País. Esse é um dos temas que envolve, que preocupa e para o qual deveremos estar, obviamente, todos atentos.

O segundo tema é a avaliação do processo eleitoral, que significou o fortalecimento da democracia e as perspectivas que nós temos para o nosso País a partir do resultado das urnas deste domingo, deste 5 de outubro de 2008. É óbvio que a eleição de 2010 não é uma repercussão imediata, linear, de 2008. Uma eleição majoritária para Presidente da República, para Governadores, para Congresso Nacional tem as suas peculiaridades, tem as suas características, tem o que move eleições dessa magnitude. As eleições ainda não foram concluídas, porque há uma série de Municípios que terão ainda segundo turno, mas a maior parte dos já eleitos, tanto Prefeitos quanto Vereadores, dá uma sinalização muito clara do resultado desse processo eleitoral.

E, como é muito importante deixar aqui consignado, todos nós sabemos que 2010 não é 2008, até porque, em 2010 – não tenho dúvida – , vai pesar a avaliação do Governo Lula, o que muito nos orgulha. Tivemos na semana passada a divulgação de mais uma pesquisa nacional dando conta de que a aprovação, a popularidade do Presidente Lula, bate recordes históricos: aproximadamente 80% de avaliação extremamente positiva da atuação do Presidente, dos atos do Governo. Portanto, essa avaliação do Governo Federal, do Governo do Presidente Lula será um dos elemen-



tos – não tenho a menor dúvida – preponderante, fundamental, no processo eleitoral de 2010, bem como a própria liderança do Presidente, que não será candidato, mas terá candidato ou candidata. Dessa forma, tanto a avaliação do próprio Governo como a perspectiva de apoio que o Presidente Lula desenha, irá desenhando com o passar dos meses, aproximando-se de 2010, terão indiscutivelmente um grande peso.

Além disso, não resta a menor dúvida de que pesarão também, na eleição de 2010, como sempre acontece em eleições majoritárias, a situação econômica do País, a questão do emprego e da renda e todo o papel que o Estado desempenha no desenvolvimento econômico, industrial e produtivo. É por isso que a avaliação e o monitoramento da situação da crise nos Estados Unidos são tão importantes, para que possamos continuar tendo esse cenário de impermeabilidade e de sustentabilidade do nosso crescimento.

Então, eu não tenho dúvidas de que esses ingredientes que serão preponderantes para a eleição de 2010 terão também, obviamente, acréscimos. Por isso é tão importante fazer a avaliação da eleição de 2008, porque o cenário que sai dessas urnas e os resultados das avaliações e dos votos recebidos para Prefeitos e Vereadores contribuirão – e muito – para que, em 2010, tenhamos um desenho bastante claro das alianças possíveis de serem feitas, principalmente as alianças que têm condições de dar continuidade ao nosso projeto, que o Presidente Lula tão bem encarna. As eleições de 2008 também são um bom termômetro, um bom aferidor da própria força do PT, da nossa potencialidade e força, em relação à estrutura e peso de voto, como também a situação dos nossos adversários, a divisão entre eles, principalmente PSDB e PFL.

Por isso, considero tão importante nos debruçarmos sobre os números resultantes das urnas desse domingo. E gostaria de comentar alguns desses números.

Da votação para Prefeito no País, já totalizada, dos Prefeitos já eleitos, tivemos praticamente um empate entre o PMDB e o PT – em torno de 16 e 17 milhões tiveram os dois maiores partidos em votos para Prefeito no País. A soma dos votos do PT e PMDB totalizou 33 milhões de votos em todo o Brasil, para os Prefeitos já eleitos. O terceiro lugar ficou com o PSDB, 14 milhões, e o quarto com o PFL, os Democratas, 9 milhões. Totalizam, portanto, os nossos dois principais adversários 23 milhões de votos.

Agora, se contabilizarmos os cinco partidos que compõem a coalizão que dá sustentabilidade ao Governo Lula – PDT, PP, PSB, PTB, PR – teremos mais 25 milhões de votos.

Portanto, a base de sustentação do Governo do Presidente Lula teve, nessas eleições, nada mais,

nada menos, do que, aproximadamente, 59 milhões de votos, numa demonstração muito clara da forma como os partidos que dão sustentação ao Governo Lula também se “oportunizaram” deste bom momento que o País vive. Os quatro últimos anos, efetivamente, deram às administrações municipais condições de desenvolverem projetos, políticas públicas, investimentos e aumentar a arrecadação municipal de forma significativa, como há muito tempo não acontecia.

Esses números são muito contundentes e demonstram, de forma muito clara, que, mesmo levando-se em consideração todos os demais fatores que serão importantes para a eleição de 2010, efetivamente, os partidos que apoiam o Governo do Presidente Lula foram extremamente bem-sucedidos – eu diria – extremamente vitoriosos nesse processo eleitoral. Se olharmos os números para Vereadores, também teremos o mesmo quadro: PMDB 11,3 milhões de votos; PSDB 10,3 milhões; PT 10,1 milhões; Democratas 7,7 milhões. Portanto, se somarmos novamente os dois principais pilares, os dois maiores partidos de sustentação do Governo, PT e PMDB, teremos quase 21,5 milhões de votos. E os nossos dois principais adversários, o PSDB e o DEM, 18 milhões. Mas se somarmos os votos para vereadores de PP, PDT, PTB, PSB, PR, teremos mais 29 milhões, que, somados, portanto, com os 21,5 milhões são mais de 50 milhões de votos para vereadores nos partidos que apoiam o Governo do Presidente Lula, tendo como contrapartida os 18 milhões do PSDB e do PFL.

Quanto ao número de Prefeitos, temos também que ressaltar alguns dados importantíssimos: o PT é o único partido cujo número de Vereadores vem permanentemente crescendo. Desde a eleição de 1988 até esta, que ainda não foi concluída, pois ainda há vários candidatos do PT disputando o segundo turno, a curva é crescente, permanentemente crescente. Elegemos 38 Prefeitos em 1988; 54 em 1992; 110 em 1998; 187 em 2000; 411 em 2004 e agora, sem a conclusão do segundo turno, já elegemos 506 Prefeitos. Apenas três partidos cresceram em termos de número de prefeituras de 2004 para 2008: o PT, que pulou para 506 prefeituras; o PMDB, que pulou de 1.054 para 1.200; e o PSB, que pulou de 175 para 284 prefeituras. O PSDB perdeu 76, e o Democratas perdeu nada mais nada menos que 247 prefeituras.

Portanto, também são números extremamente importantes, relevantes, para serem trazidos para avaliação.

A imprensa tem dado muito destaque para o que está sendo chamado de G-79, o grupo das 79 cidades que concentra nada mais, nada menos do que aproximadamente 38% do eleitorado. São as prefeituras com mais de 200 mil eleitores, as prefeituras que têm segundo turno. Os dados também são muito relevantes: das 15 capitais

em que as eleições foram definidas no primeiro turno, o PT conquistou 6, mais de um terço. Vou repetir, porque para nós do PT é extremamente gratificante saber que, de 15 capitais que já definiram a eleição, saímos vitoriosos nas urnas em 6 dessas capitais. No primeiro turno nessas cidades, o PT ganhou: Fortaleza, com a Prefeita Luzianne Lins; Recife, João da Costa; Vitória, João Cosser; Rio Branco, Raimundo Angelim; Porto Velho, Roberto Sobrinho; Palmas, Raul Filho; Cuiabá (Espírito Santo), Helder Salomão; Betim (Minas Gerais), Maria do Carmo Lara; Nova Iguaçu (Rio de Janeiro), Lindberg Farias; Belford Roxo (Rio de Janeiro), Alcides Rolim.

Esses são os Municípios, Senador Aloizio Mercadante, em que o PT, em cidades com mais de 200 mil habitantes, já ganhou. E, para nossa felicidade, coincide: são exatamente 13 os Municípios em que nós vencemos no primeiro turno.

Ouçó V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) – Minha querida Senadora Ideli Salvatti, quero parabenizá-la pela intervenção, pela reflexão e, sobretudo, pela vitória incontestável, pelo crescimento expressivo do nosso Partido nessas eleições. Também gostaria de lembrar que na relação dos prefeitos eleitos no segundo turno em cidades com mais de 200 mil habitantes, estão faltando o de Osasco, Emídio; o de Carapicuíba, Sérgio Ribeiro; o de Diadema, Mário Real. Das sete cidades de São Paulo com mais de 200 mil habitantes onde haverá segundo turno, o PT disputa em seis com candidatura própria e em uma como vice – isso em Bauru. Disputamos as Prefeituras de São Bernardo, Santo André, Mauá, Guarulhos e Bauru – nesse caso, como vice – e São José do Rio Preto, com candidatura própria, além da capital, São Paulo. Portanto, tivemos uma vitória espetacular no Estado de São Paulo. Depois eu gostaria de registrar de forma mais detalhada. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela intervenção e pela vitória do PT.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SP) – Eu é que agradeço, Senador Aloizio Mercadante. Como V. Ex<sup>a</sup> disse, a avaliação ainda não está concluída e ainda não tivemos capacidade de compilar todos os dados. Como havíamos comentado, é óbvio que a eleição da capital do maior Estado do nosso País, a maior cidade da América Latina, vai envolver corações e mentes. Não tenho dúvidas de que será disputadíssima.

O cenário que temos hoje em São Paulo depois V. Ex<sup>a</sup> vai exemplificar. Os resultados das eleições na Grande São Paulo mostram que vários candidatos do PT foram eleitos no entorno da cidade de São Paulo e outros estão disputando o cargo com grandes chances de ganhar no segundo turno. Há quase uma situação de ilha da cidade de São Paulo, com prefeituras do PT já consagradas nas urnas ou em vias de se consagrar,

o que para nós é algo extremamente gratificante. Todos nós sabemos o quanto é polarizada a eleição no Estado de São Paulo, principalmente porque sempre tivemos o PSDB como uma das principais lideranças que nos enfrenta no processo eleitoral. Há vários anos um dos principais adversários do Presidente Lula em todos os pleitos sempre veio de São Paulo e veio do PSDB.

E, para concluir, gostaria ainda de passar os dados do G-79, ou seja, desse grupo de 79 Municípios que têm segundo turno. O PT administrava 17 dessas 79 cidades; já ganhamos 13, em 11 saímos para o segundo turno em primeiro lugar e, em 4, estamos em segundo lugar. Portanto, temos possibilidade de conquistar as prefeituras de 28 das 79 maiores cidades do nosso País.

Em segundo lugar está o PSDB, que atualmente governa 15, ganhou 9 no primeiro turno, saiu, em primeiro lugar, para o segundo turno, em 4 e, em segundo lugar, em 7, podendo chegar, no máximo, a 20 dessas 79 cidades.

O PMDB, que está em terceiro lugar atualmente, com 14 dessas 79 cidades, ganhou em 9, portanto empatado com o PSDB. Saiu em primeiro lugar para disputar o segundo turno em 7, e, em segundo lugar, em 4, exatamente o inverso do PSDB, podendo também, no limite, chegar a 20 cidades.

O Democratas atualmente governa 4, ganhou 4 no primeiro turno e saiu em primeiro lugar em apenas uma cidade e, em segundo lugar, em apenas uma cidade. Então, no máximo, chegará a 6, se for vitorioso nas duas únicas que saíram.

Aqui cabe realçar o PSB, que atualmente governa 9 dessas grandes cidades, ganhou em 3, saiu em primeiro lugar em 3 para o segundo turno e está em segundo lugar em outras 3. Portanto, com possibilidade de chegar a 9 das grandes cidades governadas pelo PSB.

O Senador Tião Viana está me ajudando e agradeço. Os primeiros números mostram que o PT já elegeu 545 prefeituras no primeiro turno de 2008 e, é claro, ao longo da tarde outros números vão chegar.

Para nós, Senador Osmar Dias, é muito importante, pois o PT se consagra como um partido popular, que tem inserção na sociedade brasileira, que está presente nos pequenos, médios e grandes Municípios. Um partido que, com o reconhecimento das urnas, recebe o selo de partido que sabe governar e melhorar a vida das pessoas. Um partido que tem lado, que governa para todos, mas tem, como diz o próprio Presidente Lula, a obrigação de governar para os que mais precisam de políticas públicas. Um partido que enfrentou um dos mais acirrados ataques sistemáticos que já foram feitos na história da democracia brasileira e saiu vitorioso.

Portanto, nós estamos muito felizes com o resultado. As urnas nos impõem muita responsabilidade: que nós

possamos melhorar e atender à expectativa da população, depositada nas urnas, em nossos candidatos e candidatas a Prefeitos e Prefeitas, Vereadores e Vereadoras.

Por último, quero encerrar como comecei. É claro que a eleição de 2008 não é a de 2010, mas, se há um sinal claro na abertura das urnas, é o de que 2010 terá uma perspectiva de continuidade do projeto do Presidente Lula, com mais viabilidade e mais facilidade, a partir de uma efetiva consolidação da aliança, principalmente entre PT e PMDB.

Por isso, nós, que estamos aqui já nos preparando para o processo sucessório no Senado e na Câmara, temos de ouvir, de forma muito atenta, os sinais que as urnas nos dão de oportunidade de governar com sustentabilidade, com tranquilidade, a partir do fortalecimento desta aliança PT e PMDB, obviamente, dentro do possível, com todos os Partidos que dão sustentação para o Governo Lula e que foram, efetivamente, muito vitoriosos nessas eleições.

Portanto, eu, como petista, estou muito satisfeita, muito feliz de estar aqui hoje, nesta segunda-feira, no Senado da República, refletindo sobre números tão positivos para o desempenho dos candidatos do nosso querido Partido em todo o Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, por permuta com a Senadora Serys Slhessarenko. Em seguida, falará o Senador Adelmir Santana.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesta campanha, percorri centenas e centenas de Municípios do meu Estado, fui a cidades de todos os tamanhos, fui a todas as macrorregiões do Estado de São Paulo.

Ao longo da minha longa militância política – e lá se vão mais de 35 anos de militância ininterrupta –, fiz todas as campanhas eleitorais do PT, desde a primeira em que o hoje Presidente Lula era candidato a Governador de São Paulo. Nessa ocasião, não tínhamos experiência de campanha eleitoral alguma, estávamos ainda na ditadura militar. Não tivemos um grande desempenho eleitoral, mas esse foi um aprendizado muito rico.

Mais tarde, em 1986, coordenei a campanha para Deputado Federal do Presidente Lula, em que ele foi o Deputado mais votado da história do Brasil naquela circunstância. Depois, em 1989, caminhei com o Presidente Lula pelo Brasil todo; eu era coordenador econômico da campanha, assessor direto e coordenava também os programas de televisão. Nessa campanha, nosso candidato, Luiz Inácio Lula da Silva, nunca tinha votado para presidente, nem eu. Mal sabíamos o que era propriamente uma campanha presidencial, mas con-

seguimos, naquelas circunstâncias, empolgar o Brasil, emocionar o Brasil. No segundo turno, a disputa com Collor foi extremamente polarizada, mas nosso Partido ali se consolidou como grande referência histórica. Aquele sonho de um dia o Brasil ver uma liderança operária, um trabalhador presidindo o Brasil, ficou definitivamente presente no imaginário do nosso povo.

Depois, em 1990, fiz a campanha a Deputado Federal. Fui o Deputado mais votado do PT naquela circunstância. Em 1994, fui candidato a Vice-Presidente da República com o Presidente Lula. Mais uma vez, percorri o Brasil todo, vendo a diversidade social, regional e cultural, a linguagem, as expressões, mergulhando no coração do Brasil. Voltei em 1998 como Deputado Federal, fui o terceiro mais votado do Brasil. Novamente, percorri todo o meu Estado de São Paulo, até que, em 2002, fui o Senador mais votado da história do Brasil, com 10,5 milhões de votos, um mandato que me honra muito, por ter tido essa confiança do povo de São Paulo.

Como Governador, disputei as eleições em 2006, que perdi, com sete milhões de votos. E, agora, faço de novo essa campanha para as prefeituras do Estado de São Paulo. Eu disse, em alguns veículos, ao longo da campanha, que eu nunca tinha visto uma receptividade tão grande nas ruas, especialmente um sentimento de otimismo e de esperança do povo brasileiro.

Vi uma pesquisa do Gallup, feita em 132 países, que mostra que o Brasil, no índice de felicidade, que mede a felicidade das nações, era o vigésimo país mais feliz da economia mundial. Os países, em geral, têm um índice de felicidade relacionado à renda por habitante, à renda **per capita**, ou seja, quanto mais rico o povo, maior é o índice de felicidade; o dinheiro não explica toda a felicidade, mas explica alguma coisa. O Brasil, no entanto, quanto ao índice de felicidade, está bem acima do que é o PIB **per capita** do País. Mas o mais impressionante é quando se pergunta: daqui a cinco anos, como é que estará a felicidade do povo? O Brasil é o país mais feliz do mundo hoje.

Esse sentimento de esperança, que vem desde a campanha presidencial de 2002 – “a esperança venceu o medo” –, está de novo nas ruas. Senti, em cada aperto de mão, em cada caminhada no comércio, em cada comício que a gente fazia, em cada reunião com a militância e com os eleitores, um clima de esperança, um clima de otimismo, um clima de satisfação da sociedade brasileira. Depois, até provoquei, em algumas redações, essa reflexão, e as pesquisas de opinião, de fato, consagraram meu sentimento. O Presidente Lula tem 80% de apoio do povo brasileiro, é o Presidente mais bem avaliado da história do Brasil, e é evidente que esse sentimento e essa liderança do Presidente Lula estiveram decisivamente presentes nessas eleições municipais.



Eleições municipais são locais, dizem respeito à vida da cidade: o fato de colocar os filhos na escola, o tratamento de saúde, o trânsito, a segurança, a habitação, o saneamento. Então, dizem respeito ao cotidiano da cidade e, portanto, têm predominantemente uma dinâmica local.

O que podemos apreender dessas eleições? Acho que a primeira grande característica dessas eleições é que a tendência predominante do eleitorado era a reeleição do Prefeito. Tanto foi assim, que, nas capitais, todos os Prefeitos que disputaram a reeleição foram reeleitos. Com exceção de São Paulo, onde o Prefeito Kassab não foi reeleito, mas foi para o segundo turno, em todas as demais cidades, os Prefeitos foram reeleitos.

Então, havia o sentimento de satisfação com a vida, com o governo, com o emprego, com a renda, com o desenvolvimento, e os Prefeitos, a bem da verdade, tiveram muito mais recursos para governar nestes últimos dois anos do que tiveram os governantes anteriores. Evidentemente, isso esteve presente na eleição. Foram governos que tiveram melhores condições de desempenhar suas funções, com grande apoio do Governo Federal.

No portal [www.mercadante.com.br](http://www.mercadante.com.br), há o mapa do Estado de São Paulo, há dois anos. Quem clicar nele poderá ver os 645 Municípios do Estado de São Paulo. Município por Município, mostrei o que o Governo Federal fez na cidade. Em cada cidade de São Paulo em que entro, presto contas. Há Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)? Quais são os programas do PAC na habitação e no saneamento? Quais são os convênios extra-orçamentários de educação, de saúde, com o Ministério das Cidades? Quais os programas de financiamento da Caixa Econômica Federal? Quantas bolsas do Bolsa-Família existem no Município? Há Farmácia Popular e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)? Quantas bolsas do ProUni existem? Quantos empregos foram gerados na cidade?

Então, você sente a presença do Governo Federal. Não é só uma boa avaliação por que o País hoje tem estabilidade diante dessa grave crise financeira internacional, tem inflação sob controle e cresce 6% ao ano ou por que geramos 850 mil empregos novos com carteira de trabalho assinada. Isso se deve não por que o Brasil, nestes cinco anos, teve os melhores índices de distribuição de renda de toda a história dos índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A maior distribuição de renda da história documentada do Brasil se deu nestes cinco anos, pois vinte milhões de pessoas saíram da pobreza. Há tudo isso, mas há também a relação republicana do Governo Federal com cada cidade. Esse valor do apoio do Governo Federal, para quem contestava, inclusive para os Prefeitos de oposição, passou a ter um valor

político. E esse valor político fortaleceu os candidatos da base do Governo. Além do sentimento continuísta de predominantemente manter os Prefeitos que aí estavam, houve o fortalecimento do campo da base do Governo, porque o apoio do Governo Federal, a satisfação com o Governo Lula e a liderança do Presidente Lula foram fatores muito relevantes na disputa.

Dentro dessas duas tendências, penso que há uma terceira. O nosso Partido, o PT, sai muito fortalecido das eleições municipais. Sai fortalecido especialmente onde está o grande debate político, que são as grandes cidades do Brasil. Nos pequenos Municípios, as relações são muito pessoais e familiares, existem outras dinâmicas que não são propriamente o grande debate político eleitoral, as legendas não têm um valor decisivo, o voto é muito mais pessoal, as pessoas convivem, as famílias se conhecem há muitos anos. Então, o grande debate político eleitoral se dá realmente nas grandes cidades.

Nas 79 maiores cidades do Brasil, o quadro é absolutamente incontestável. Há um levantamento feito no **blog** do jornalista Fernando Rodrigues, que vem acompanhando as eleições – ele sempre foi um analista muito atencioso em relação às eleições –, em que se mostra que, hoje, o PT tem dezessete prefeitos nesse G79 – quer dizer, nas cidades com mais de 200 mil eleitores, cidades em que pode haver segundo turno –, já venceu no primeiro turno em treze cidades; está em primeiro lugar, no segundo turno, em onze cidades; está em segundo lugar, no segundo turno, em quatro cidades. Portanto, tem o potencial de vitória em 28 cidades, o que atinge 19.877.670 eleitores, ou seja, o PT pode governar, nessas 79 cidades, 20 milhões de eleitores. O segundo Partido, que é o PMDB, pode governar 14 milhões de eleitores. Depois, vem o DEM, com 9,7 milhões de eleitores; o PSDB, com 8,5 milhões de eleitores; o PSB, com 4,5 milhões de eleitores; o PDT, com 2,1 milhões de eleitores; o PP, com 2 milhões de eleitores; o PCdoB, com 1,2 milhão de eleitores; o PTB, com 1,8 milhão de eleitores; o PV, com 5 milhões de eleitores. O PT conta com mais que o dobro de eleitores do que o PSDB nessas 79 maiores cidades do Brasil.

Em São Paulo, no meu Estado, quanto a essas tendências que busquei aqui alinhar, predomina a tendência de reeleição dos Prefeitos. Quando é sucessor, é mais difícil, mas, quando o candidato vai à reeleição, predomina a tendência à reeleição. Então, essa é a característica primeira.

Em segundo lugar, houve o fortalecimento da base de sustentação do Governo Lula, em especial do Partido dos Trabalhadores. Na Grande São Paulo, vencemos em onze cidades. De todas as grandes cidades da Grande São Paulo, das oito primeiras, em sete vencemos as eleições, chegamos em primeiro lugar – em

algumas, haverá o segundo turno. Na própria capital, haverá segundo turno, mas vencemos em Osasco, com Emídio de Souza; vencemos em Diadema, com Mário Reali; vencemos em Carapicuíba, com Sérgio Ribeiro. E disputamos São Bernardo do Campo, com Luiz Marinho; Santo André, com Vanderlei Siraque; Mauá, com Oswaldo Dias. E ainda vencemos em Embu, com Chico Brito; em Itapevi, com a Dr<sup>a</sup> Ruth; em Cotia, com aliança política. Em várias outras cidades da Grande São Paulo, nossos aliados venceram as eleições. O PSDB não ganhou nenhuma eleição na Grande São Paulo. O DEM ganhou Mogi das Cruzes, que era do PSDB até então. Portanto, é uma vitória muito forte na maior concentração urbana do País, que é a Grande São Paulo.

Na capital, há uma característica para a qual eu gostaria de chamar a atenção: a Prefeita Marta teve 2.084.108 votos – 34,24% dos votos –, e tive 2.087.504 votos há dois anos, como candidato a Governador, praticamente a mesma votação que a Prefeita Marta Suplicy. Quero dizer que tive 2.084.108 votos, 34,24% dos votos – desculpem, essa é a minha votação –, e a Prefeita Marta, 2.087.504 votos, ou seja, 32,78%. Tive uma pequena diferença percentual a maior, porque aquela eleição foi há dois anos, mas, em números absolutos, foi a mesma votação: 2,84 milhões de votos contra 2,87 milhões de votos. A conjuntura atual favoreceu a campanha, tanto a imagem do PT, o momento do Governo Lula, a dinâmica da campanha, a aliança que fizemos – tínhamos mais tempo de televisão –, o que efetivamente demonstra que teremos um grande desafio no segundo turno, teremos de dialogar com setores médios, que mostraram resistência à candidatura. Teremos de buscar, sobretudo, uma classe média moderna, contemporânea, que acho que tem resistência historicamente às candidaturas mais conservadoras. Temos de buscar atrair isso no segundo turno. No segundo turno, os dois candidatos vão ter o mesmo tempo de televisão, será um debate só dos dois. Temos chances efetivas. Quase vencemos, no primeiro turno, em São Bernardo, em Santo André e em Mauá, na Grande São Paulo. Em Campinas, em aliança com o PDT, tivemos 65% dos votos, uma votação espetacular, com o Dr. Hélio, que foi reeleito, e com o Vice do PT, o Demétrio. Na Baixada Santista, vencemos em cidades importantíssimas, como Cubatão, uma cidade com um orçamento de R\$800 milhões e com o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Baixada Santista. Lá, vencemos com Márcia Rosa, que foi a primeira mulher eleita na cidade e a mais bem votada de toda a história de Cubatão. Foi uma vitória espetacular! Vencemos, em aliança com o PSB, em São Vicente; em Praia Grande, derrotamos o PSDB, numa aliança com o PMDB. Então, na Baixada Santista também tivemos uma importante vitória política.

No Vale do Paraíba, uma região em que o PT tinha uma presença muito pequena, reelegemos o Prefeito Hamilton, indicado pelo ex-Prefeito Marco Aurélio do PT. É o terceiro mandato que temos. É a cidade onde meu avô foi Prefeito. Para mim, tem um sabor muito especial. É uma cidade importante na história da vida da minha família. Está certo que meu avô foi Prefeito lá em 1950, mas ele era o único médico da cidade, tinha uma longa história na cidade, era um médico muito envolvido na vida da comunidade e, até hoje, é uma referência na cidade. Lá, elegemos novamente o Prefeito Hamilton, com votação espetacular. Elegemos nosso candidato em Taubaté, derrotando o PSDB; vencemos em Cruzeiro, também em aliança, e em várias outras pequenas cidades do Vale.

No oeste paulista, uma área onde o PT nunca teve presença importante, vencemos em Araçatuba, com Cido Sérico, Deputado Estadual; vencemos em Adamantina e vencemos, em aliança, em Presidente Prudente. Então, também houve, no oeste paulista, uma força inovadora como não tínhamos há muito tempo.

Na macrorregião de Campinas, tivemos as mais importantes vitórias: além da cidade de Campinas, em Sumaré, em Hortolândia e em Santa Bárbara d'Oeste, numa disputa com o PSDB, vencemos em aliança com o PDT. Tivemos uma vitória muito grande, além de Amparo, Artur Nogueira e Cosmópolis, em várias outras cidades. Ali, no entorno de Campinas, tivemos uma votação espetacular. Em São Carlos, cidade muito importante, cidade em que há o maior índice de doutores **per capita** do Brasil, tivemos importante vitória política.

Então, o balanço do Estado de São Paulo – não me vou estender – é de muito êxito. O PT emerge com força política muito importante. Se somarmos o voto do PT com o dos aliados da base do Governo, veremos que nosso potencial para 2010, tanto para o Estado quanto para sustentação de campanha presidencial, é muito favorável, muito mais favorável do que jamais o foi na história de São Paulo. Nunca houve, em eleições municipais, resultado tão promissor quanto esse de 2008.

Não podemos subestimar a força da Oposição ao Governo Federal: o PSDB e o DEM. Esses Partidos governam o Estado há muitos e muitos anos e têm ainda presença importante no interior. Mas o PT e os Partidos aliados, os Partidos de esquerda, avançaram como jamais fizeram nas disputas eleitorais de São Paulo. Houve mais de cinco milhões de votos para a legenda, para o PT, dos candidatos a Prefeito. E disputamos ali o primeiro lugar com o PSDB, muito longe de qualquer outro Partido do Estado de São Paulo. Então, é uma vitória muito expressiva, politicamente muito importante e marcada por grandes desafios.

A eleição transcorreu com bastante tranquilidade, apesar de excessos em algumas cidades. Parti-

cularmente em Paulínia, houve certa truculência por parte de uma candidatura – totalmente desnecessária –, mas as eleições transcorreram como grande festa democrática, consolidando o pluralismo do Brasil com as opções dos eleitores, cada um com sua legenda, com seus candidatos.

Os debates programáticos foram importantes. O povo, hoje, quer soluções concretas para seus problemas de transporte, de trânsito, de educação. A saúde foi tema muito presente em todas as cidades. É um grande desafio que temos pela frente aprimorar as políticas de saúde pública no Brasil.

O País sai renovado dessas eleições, o País revigora esse sentimento de esperança, de satisfação do povo brasileiro, pronto para novos desafios.

Termino, dizendo que recebi, ao longo deste meu mandato, mais de 500 Prefeitos do Estado de São Paulo. Meu gabinete, terminada a eleição, continuará aberto a todos os Prefeitos, independentemente de legenda, independentemente de avaliação do Governo Federal. Minha obrigação é acolhê-los, é apoiar a sua relação com o Governo Federal, é buscar encaminhar as demandas junto ao Governo Federal, solucionar pendências. Fui eleito por todo o Estado, fui votado em todos os Municípios, e minha obrigação, como Senador por São Paulo, é buscar esse atendimento e esse acolhimento e estimular a parceria do Governo Federal com todas as prefeituras, de forma republicana e promissora, eu diria, porque foi muito importante para muitos Prefeitos o apoio do Governo Federal.

Por último, quero dizer que haverá o segundo turno em São Paulo, em Guarulhos, em São Bernardo, em Santo André, em Mauá, em Bauru, em São José do Rio Preto. Vou voltar às ruas; estarei presente, várias vezes, em cada uma dessas cidades; voltarei aos comícios, às carreatas, às caminhadas, às visitas aos comércios, às palestras, às reflexões, porque considero que o segundo turno vai ser muito importante para São Paulo e para o Brasil. Novamente, todos nós sairemos fortalecidos, com a democracia, com a participação, com a cidadania, com o direito de o eleitor escolher o melhor caminho para sua cidade.

Portanto, parabéns Brasil, parabéns ao povo brasileiro, que, definitivamente, consolida a democracia como caminho sem volta, um caminho de êxito e único para construirmos uma sociedade mais justa, mais solidária e mais generosa!

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana.*

*Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Adelmir Santana, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PTD – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª fica inscrito, é o primeiro inscrito. Concederemos a palavra ao Senador Adelmir Santana e, em seguida, a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana, que tem o tempo de até 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

Nossa saudação aos visitantes que ocupam as galerias do Senado Federal! É uma honra recebê-los aqui. Muito obrigado.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, até como Senador do Distrito Federal, onde não há eleições municipais, vou mudar um pouco essa temática.

Venho hoje a esta tribuna para prestar homenagem a um dos segmentos produtivos mais importantes do País, que é o das micros e pequenas empresas. O dia 5 de outubro, transcorrido ontem, constitui-se no marco histórico da entrada em vigor do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com a sanção da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, regulamentada, posteriormente, em 19 de maio de 2000, pelo Decreto nº 3.474. Representa o encontro definitivo do Brasil com sua vocação empreendedora.

É dia de parabenizarmos os empresários de pequeno porte, todos os pequenos negócios das áreas da indústria, da construção civil, do agronegócio, do comércio e dos serviços. Áreas que abrigam, cada uma delas, enormes grupos de atividades, que fazem pulsar desde as pequenas cidades às grandes metrópoles, verdejar os campos da agricultura e da pecuária e atender às exigências de qualidade de vida das populações, prestando serviços de toda ordem e a todas as camadas da sociedade.

Todos aqui reconhecem a força das pequenas empresas e o que elas significam para o desenvolvimento do Brasil e para a estabilidade das nossas relações sociais. Afinal, elas representam 99% dos negócios brasileiros, 20% do PIB nacional e respondem por 56% da mão-de-obra com carteira assinada do País. Do total de 28 milhões de empregos urbanos



(42% da população economicamente ativa), gerados pela iniciativa privada, 16 milhões são gerados por micros e pequenas empresas.

As últimas pesquisas do IBGE apontam hoje, nas quatro principais áreas de negócios em que estão inseridas as micros e pequenas empresas, mais de 2,5 milhões de unidades no comércio, mais de 1,9 milhão de unidades nos serviços, cerca de 500 mil unidades industriais e aproximadamente 130 mil unidades na construção civil, totalizando mais de 5 milhões de micros e pequenas empresas. E, na área rural, existem 4,1 milhões de propriedades familiares.

Não há mais dúvida de que o empreendedorismo está amalgamado na vida da sociedade brasileira.

A última pesquisa GEM (**Global Entrepreneurship Monitor**), realizada pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, com dados de 2007, mostra que a taxa de empreendedores iniciais no Brasil, no último ano, foi de 12,72%, mantendo um crescimento praticamente constante nos últimos cinco anos, e o título de 10º País do mundo em empreendedorismo.

O GEM, concebido em 1999 pela **London Business School**, na Inglaterra, em parceria com **London e Babson College**, de Boston, nos Estados Unidos, é o maior estudo independente sobre a atividade empreendedora, cobrindo mais de 50 países, o que representa 90% do PIB e 2/3 da população mundial.

A pesquisa GEM traz alguns dados interessantes no que diz respeito ao perfil dos empreendedores brasileiros e à importância do empreendedorismo para nossa economia. Na faixa etária dos 25 aos 34 anos, eles são 16,6%, dos 35 aos 44 anos de idade, são 14,7% e, na faixa de idade entre 45 e 54 anos, estão os empreendedores já estabelecidos, que somam 14%.

No Brasil, aproximadamente 60% dos empreendimentos começam com valores menores que R\$10 mil. Esse capital inicialmente investido tem origem 63% em recursos próprios de diversas fontes como família, indenizações trabalhistas e empréstimos pessoais, e 25% do capital usado para iniciar um negócio é originário de linhas especiais de crédito bancário.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é imperioso que se reconheça o trabalho daqueles que tocam as pequenas empresas. São homens e mulheres de coragem, heróis anônimos, trabalhadores e obstinados na busca da consolidação dos seus espaços na sociedade. Defensores destemidos dos seus empreendimentos, sempre na busca de um amanhã mais digno, cuidam da vida das suas pequenas empresas como se fosse sua própria vida, vigiam sua saúde e crescimento, procuram soluções que lhes permitam pensar no futuro e no sucesso como coisas concretas,

para realizar os sonhos que os embalam e motivam a enfrentar as enormes dificuldades do dia-a-dia.

São essas pessoas, os pequenos empresários, que fazem a diferença no Brasil de hoje. O segmento produtivo por eles sustentado constitui-se na esperança de crescimento e de estabilidade da economia nacional.

Vale registrar que, com esforço, garra e perseverança, o segmento conquistou avanços consideráveis nas políticas públicas. Um deles resultou na Lei Complementar nº 123, batizada de nova Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, em vigor desde dezembro de 2006, quando foi sancionada pelo Presidente Lula.

Já em pleno processo de aplicabilidade, essa lei depende, agora, de algumas adaptações e aperfeiçoamentos.

A Lei Geral, sem dúvida nenhuma, representa um passo formidável e uma grande conquista da sociedade brasileira para preservar a saúde das micro e pequenas empresas, que são as que mais geram empregos, distribuem renda e que funcionam como um verdadeiro colchão a amortecer as diferenças sociais existentes no País.

Hoje, as micro e pequenas empresas brasileiras estão amparadas pela legislação para participar das compras públicas e pelo Supersimples, que substituiu oito tributos – seis federais, um estadual e um municipal – até então existentes. Isso resulta em redução da carga tributária, desburocratização, simplificação dos processos administrativos e assegura mecanismos de acesso ao crédito, à inovação tecnológica, além de outros incentivos e vantagens.

A nova lei já propiciou, nesses 15 meses de vigência, um crescimento de 13,82% na abertura de novas empresas, aumentando em 5,85% o crescimento dos empregos formais, a despeito de ter sido, até o presente, regulamentada por apenas 446 dos 5.562 Municípios brasileiros, o que dificulta enormemente a vida dessas micro e pequenas empresas nos demais Municípios.

Isso tem causado sérios danos às micro e pequenas empresas, aumentando a carga tributária pela bitributação, descontinuidade nos “Simples Estaduais”, pesados ônus para os grandes compradores.

É importante destacar-se que o espírito da Lei Geral, de facilitar a vida dos pequenos negócios no Brasil, gerou, também, algumas medidas administrativas mais importantes, como a regulamentação, pelo Ministério do Trabalho, do fim da dupla visita/fiscalização, no que foi seguido pelo Imetro, pela vigilância sanitária e pela fiscalização ambiental.

Os resultados já são evidentes e alvissareiros. Os índices de sobrevivência das pequenas empresas com até dois anos de vida subiram de 51% para 78% nos dois últimos anos. Não obstante essas conquistas, é necessário complementar o aperfeiçoamento da legis-

lação para melhorar ainda mais o ambiente econômico, com vistas a fortalecer os pequenos negócios.

Constatam-se, ademais, certas incompreensões por parte de algumas autoridades estaduais das áreas econômica e tributária, e até mesmo de alguns governadores, que ainda não regulamentaram a Lei Geral no tocante à questão tributária, particularmente ao ICMS.

De outra parte, é preciso reconhecer que pouco avançamos no tocante à participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais, desafio que estamos enfrentando, agora, com determinação.

Há poucos dias, na última semana de setembro, participei, aqui em Brasília – na companhia dos Ministros de Estado do Planejamento, Paulo Bernardo; da Previdência, José Pimental; do Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda; e do Presidente Executivo do Sebrae, Paulo Okamoto –, do Projeto Fomenta, evento promovido pelo Sebrae, em parceria com o Governo Federal, que reuniu, durante três dias, representantes de 16 órgãos públicos federais e estaduais, empresários de todos os Estados e entidades representativas das micro e pequenas empresas. Ao todo, 1.500 participantes debateram, em diversas oficinas, palestras e pequenos seminários setoriais, o aumento da participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais. O evento teve alto significado político e selou, definitivamente, o engajamento do Governo Federal à causa das micro e pequenas empresas.

Registro que, na oportunidade, assegurou o Ministro do Planejamento que, após as eleições municipais, o Governo Federal promoverá um grande seminário com os novos prefeitos eleitos, para atribuir prioridade às pequenas empresas nos montantes ou lotes de compras governamentais no limite de R\$80 mil, como preconiza a nova lei, mediante recomendação especial a todos os novos chefes dos Executivos municipais.

Hoje, as compras governamentais feitas às micro e pequenas empresas somam cerca de R\$2 bilhões e a meta do Fomenta é chegar, a médio prazo, à casa dos R\$9,5 bilhões.

É a informalidade, porém, um dos maiores problemas com os quais se defronta o segmento, pois, afora as questões de ordem fiscal e tributária que acarreta ao Estado, ela é altamente corrosiva às micro e pequenas empresas, porque atua diretamente e de maneira selvagem na disputa de mercado. Mas também nisso estamos trabalhando com vigor e determinação.

Há, hoje, um consenso de que essa situação tem de mudar para que se consiga, de maneira mais ágil e justa atingir o sonhado desenvolvimento econômico em escala abrangente. O Sebrae e o Parlamento brasileiro se somam aos setores produtivos e suas corporações

representativas e à sociedade numa grande cruzada para definir e para diminuir essa informalidade.

A propósito, não posso deixar de lembrar que o Projeto de Lei nº 128, que já se encontra na pauta de votações do Senado, a par de prever ampliações para as adesões de novas áreas, institui a figura do Micro Empresário Individual. É aí que vamos ter a oportunidade de diminuir a informalidade no Brasil.

Com isso, qualquer pessoa com mais de 18 anos de idade poderá inscrever-se, independentemente do ramo de atividade, desde que não fature mais que R\$36 mil por ano, recolhendo apenas R\$45,65 por mês para o INSS, R\$5,00 para o ISS e R\$1,00 para o ICMS, quando for o caso, podendo, ainda, manter um empregado além do dono da empresa.

Essa medida será, sem dúvida, a grande porta da formalização e o princípio do fim da informalidade no Brasil.

Essa novidade significará para os jovens que chegam ao mercado de trabalho e para os desempregados que prestam serviços informalmente a grande oportunidade de se legalizarem com direito aos benefícios da Previdência Social e daí buscarem o crescimento pessoal como empreendedores.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na condição de Presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae, acompanho as ações da instituição em todo o Brasil em favor do empreendedorismo e das micros e pequenas empresas. Por tratar-se de uma entidade privada de interesse público e que tem como principal receita a contribuição recolhida pelas empresas, o Sebrae tem a missão clara e transparente de oferecer às micros e pequenas empresas condições necessárias para que possam sobreviver, prosperar e contribuir ativamente para o crescimento do País.

Criado em 1972, o Sebrae estará completando, no próximo dia 9 de outubro, 36 anos de existência, celebrando os vários anos de luta por um ambiente favorável às micros e pequenas empresas. Hoje, o Sistema oferece mais de 200 produtos, programas e serviços, realiza cerca de 40 milhões de atendimentos por ano e dispõe de 770 pontos estrategicamente espalhados por todo o Brasil. Conta com uma rede de aproximadamente 4.500 colaboradores e no seu cadastro há 9.200 consultores externos credenciados em todo o País. Desenvolve atualmente mais de 1.380 projetos que beneficiam milhares de micro e pequenas empresas e de empreendimentos, individuais e coletivos.

E já pensa o futuro próximo. O planejamento estratégico plurianual acaba de ser concluído. Na programação consta um conjunto de 3.426 iniciativas estratégicas, compreendendo produtos e serviços que atenderão diretamente 1,8 milhão de empresas. A instituição con-

solidou-se ao longo desses anos como uma verdadeira agência de desenvolvimento que dissemina a cultura empreendedora e cria ambientes favoráveis ao desenvolvimento dos micros e pequenos negócios.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a expressividade dos números que acabamos de apresentar demonstram que há muito a comemorar no Dia das Micros e Pequenas Empresas. Mas há ainda muito a ser feito.

Além das questões apontadas, sabemos que o que impede um crescimento maior do Brasil são fatores estruturais, como o baixo nível de investimento público, que ocorre há muitos anos, e a falta de um ambiente mais favorável ao investimento privado. A crise financeira mundial iniciada nos Estados Unidos e que se alastra por todos os continentes pode agravar esse quadro, se não foram adotadas ações preventivas. E vimos que, na Comunidade Européia, os vários Chefes de Estado reunidos tomaram a decisão de criar créditos especiais para a sobrevivência das micros e pequenas empresas naqueles países.

Como toda crise, essa deverá atingir o lado mais vulnerável do setor privado produtivo – as micros e pequenas empresas, que necessitam de crédito para iniciar, expandir e fazer girar os seus negócios.

É preciso que também o Brasil esteja preocupado em suprir essa futura necessidade de crédito de que necessitam os micros e pequenos empresários.

Em razão disso, é de se esperar atenção especial do Governo e das autoridades monetárias para que a escassez de crédito que se vislumbra em nível mundial não elimine os negócios que florescem por esse Brasil afora e garantem o sustento de milhões de brasileiros.

É com este apelo que gostaria de encerrar o meu pronunciamento, ao mesmo tempo em que, mais uma vez, felicito os milhões de micros e pequenos empreendedores do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senador Adelmir Santana.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior para uma breve comunicação. (Pausa.)

Chegou o Senador Osmar Dias, de quem seria a vez de se pronunciar.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Senador Osmar, a vez é de V. Ex<sup>a</sup>, que não se encontrava aqui. Pode usar a tribuna.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Eu estava aguardando na sala do café. Como tenho uma reunião às 16 horas, se eu puder falar agora, é melhor.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Não tem problema. Pode usar a tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, o Senador Osmar Dias, pela liderança do PDT.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu agradeço ao Senador Geraldo Mesquita, pois às 16 horas participei de uma reunião no Palácio do Planalto com o Conselho Político, na qualidade de Líder do PDT.

Essa reunião tem por objetivo debater a crise internacional e fazer uma avaliação das medidas, tanto as já adotadas pelo Governo brasileiro quanto aquelas que ainda deve adotar para amainar, para amenizar o impacto da crise na economia brasileira.

Aproveito este momento, falando como Líder do PDT, para dizer que eu vou levar a minha posição sobre a questão, especialmente no que se refere às notícias que tenho lido. Inclusive, agora, abrindo as notícias **on line**, vi que a economia sofreu novo impacto. As bolsas de valores estão em queda livre; o dólar teve majorado seu valor em cerca de 6,7%, o que eleva seu preço para R\$2,17 neste momento em que estou falando. É claro que isso traz consequências para as exportações, para as importações e, em curto prazo, tanto para a produção do setor primário quanto da indústria, alterando o nível de emprego.

O Governo brasileiro, que possui reservas cambiais em nível bastante elevado, poderia adotar agora medidas ousadas. Primeiro, falando do setor primário, não dá para plantar a safra que a população brasileira quer plantar (e o Governo espera) com o crédito que foi divulgado. O valor do crédito é baixo, os recursos já estão em falta para pagamento de insumos, principalmente porque estes tiveram aumento de preços exorbitante. Tivemos casos de algumas fórmulas de fertilizantes em que o preço dobrou do ano passado para cá. Então, o custo de produção da agricultura cresceu muito. Quando o Governo anunciou, lá atrás, o valor que seria liberado para o crédito rural, eu, daqui desta tribuna, disse que seria insuficiente. O Governo está entendendo que o aumento de 12%, no valor do crédito, vai se revelar muito acima daquilo que foi liberado o ano passado. E, na verdade, não é isso que está acontecendo.

Eu alertava: o valor do crédito vai crescer 12%, só que o valor do custo de produção vai crescer, em alguns casos, 100%. Para algumas culturas, o custo médio de produção aumentou 60%. Então, não será suficiente o crédito que foi liberado ou que está anunciado para ser liberado. Logo, a primeira medida que o Governo deveria adotar para combater a crise seria produzir mais. E, para produzir mais, deve o Governo rever os seus valores, principalmente em relação ao crédito rural de custeio e de investimento.



Anuncia-se, inclusive, que poderá faltar o crédito de investimento. Se isso acontecer, a modernização que vinha ocorrendo vai ser interrompida. A agricultura teve, nos últimos anos, um ganho de produtividade, avançou especialmente no sentido de incorporar novas tecnologias que, incorporadas, resultaram num aumento substancial da produtividade. Com isso, a produção brasileira alcançou 144 milhões de toneladas no ano, o que é um recorde de produção, em cima praticamente da mesma área plantada na média dos últimos três anos.

Então, se não tivermos, por parte do Governo, a adoção dessa medida agora de rever o patamar e colocar mais crédito – e, se fala que, só para custeio, seriam necessários mais R\$8 bilhões –, será muito difícil o Governo manter o nível de tecnologia e, com isso, a produtividade e a produção.

De outro lado, acredito que a indústria não pode ficar sem crédito para exportação. Crédito para exportação é importante neste momento, porque temos de ampliar os nossos mercados, ao invés de reduzi-los neste momento da crise. Temos de conquistar novos mercados, porque, depois, fica mais fácil manter as nossas empresas nos mercados conquistados. Se tivermos o cuidado, agora, de não reduzir os créditos para exportação, não teremos a dificuldade, mais tarde, de ter conquistado um mercado e de tê-lo perdido logo adiante. Para que o Governo mantenha esse nível de comércio exterior e a balança comercial positiva, com saldos positivos cada vez maiores, como se verifica a cada ano, creio que o Governo brasileiro deveria manter ou até ampliar o crédito para exportação, porque, senão, corremos o risco de perder mercados que duramente foram conquistados.

De outro lado, creio que o Governo deve adotar outras medidas no que se refere ao custo da nossa produção. Os insumos que são importados para compor principalmente o custo de produção da agricultura, mas também da indústria, estão com os preços muito elevados. Acredito que, junto com esse elenco de medidas, o Governo deveria adotar providência no sentido de desonerar alguns produtos que têm de ser importados – não tem outro jeito, eles têm de ser importados –, para fazer parte do custo de produção tanto no setor primário quanto na indústria.

Entendo que as três medidas que acabo de citar seriam importantes. Elas não seriam suficientes para resolver a crise, mas elas seriam importantes no sentido de reduzir o impacto da crise no setor produtivo, uma vez que as previsões de crescimento do País para este ano já foram revistas para baixo. E para o ano que vem houve uma previsão, bastante otimista até, de 3,5% – e alguns já consideram que será impossível alcançar 3,5%. Com 3,5% não se gera os empregos necessários para colocar no mercado de trabalho os

jovens que nele ingressam – cerca de 1,8 milhão a 2 milhões de jovens por ano –, não se mantém o atual nível de emprego e, principalmente, não se registra mais gente em carteira de trabalho, que é o grande desafio que temos que enfrentar em nosso País.

Por isso, nessa reunião que teremos às 16 horas, pretendo levar essas minhas considerações ao Presidente da República.

Sr. Presidente, muito obrigado pela gentileza de V. Ex<sup>a</sup>.

*Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Com prazer, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, é na oportunidade da análise do pleito eleitoral, onde creio, todos nós, podemos aprender muito.

Assistimos há pouco, daquela e desta tribuna, a dança dos números com uma leitura interpretativa muito pessoal. Minha interpretação é um pouco diferente. Não quero fazer avaliações sobre queda ou crescimento desse ou daquele partido, mas apenas para exemplificar, tratar-se de leitura interpretativa pessoal, faço referência ao ex-**blog** de César Maia que diz, hoje, ter o PT sofrido uma queda em torno de 14,7% de votos nas capitais brasileira, ou seja, alcançou 14,7% menos votos nas eleições deste ano. Isso é secundário, a meu ver. O que importa dizer e é mais importante, é que os partidos todos estão fragilizados. Estamos, na verdade, assistindo à falência partidária no Brasil. Não são partidos programáticos, são siglas para registro de candidaturas que se associam para eleger. E nessa associação assiste-se alianças estapafúrdias. Estabelece-se uma espécie de geléia geral, uma confusão capaz de colocar muitas dúvidas no eleitor, por mais esclarecido que seja. Na verdade, consagra-se uma anarquia programática.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, estive, nos últimos dias, em campanha no Paraná, e em determinado dia fui a sete cidades diferentes e coloquei no peito sete números diferentes, partidos diferentes. O PSDB coligado com o PT, o PSDB coligado com o PCdoB, os democratas coligados com o PT; enfim, uma anarquia geral e irrestrita. Este quadro partidário está falido. Não são partidos políticos. Não há como apelidá-los de partidos políticos.

Eu vi o esforço de lideranças governistas interpretando o resultado das eleições como uma vitória do Go-

verno. Mas como? Não se trata de vitória do Governo e muito menos da Oposição. Um pleito essencialmente municipal, questões locais prevalecendo, ligações políticas locais, relações de natureza política locais, definindo as alianças que disputaram as eleições. Nada a ver com o Governo ou Oposição, porque o que se percebe no País é que a Oposição está dizimada, Senador Mário Couto. Não me refiro apenas à oposição ao Governo Federal. Eu me refiro à oposição ao PSDB, aos democratas, ao PMDB. Não importa o partido que esteja no poder, a oposição desaparece. São poucos os oposicionistas no País hoje, no Município, no Estado e na União.

Este é o quadro real da política brasileira. Não há como ignorar essa realidade. É evidente que a falência partidária está a nos convocar a uma ação responsável para promovermos uma reforma política que confira ao País um modelo compatível com a nossa realidade. O modelo que está aí está condenado. Reelection, por exemplo, o instituto da reeleição está reprovado. Não alcançamos a maturidade política necessária para praticar democracia eleitoral admitindo o processo de reeleição. Por quê? Primeiro, porque há aqueles que se utilizam da máquina pública de forma desonesta estabelecendo uma disputa desigual. Pior, há aqueles que adotam a estratégia de não investir, de não gastar durante três anos, ou seja, de não realizar absolutamente nada durante três anos, guardar para o ano eleitoral, investir tudo no ano eleitoral, sem critério adequado de prioridades, estabelecendo como único critério a própria eleição. E quem perde é a população. Ouso dizer que, neste processo eleitoral com reeleição, o prefeito ruim se reelege, o bom faz muito voto e o ótimo estoura em voto. Só o péssimo perde eleições – perdoem-me os que foram derrotados.

É possível que circunstâncias locais determinem exceções a essa regra, Senador Romeu Tuma, mas sem dúvida, regra geral: o Prefeito bom faz muitos votos, o ótimo explode em votos, e o ruim se reelege. Só o péssimo vai para casa.

**O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Talvez vá para casa.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA)** – E o Senador Mário Couto ainda é mais radical na sua observação, dizendo que talvez vá para casa e que às vezes o péssimo também se reelege.

Essa é uma realidade constatada nesse pleito eleitoral.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma. Depois, passo a outro item da minha apreciação.

**O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP)** – Perdoe-me interromper o seu discurso. É que eu estava a caminho e ontem ainda tive a oportunidade de ouvi-lo no debate realizado na Bandeirantes, sobre a análise da

eleição em São Paulo. V. Ex<sup>a</sup> participou muito bem, com a análise que fez, mas concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Sr. Presidente, foi uma coisa tão interessante! Grandes líderes nacionais não têm mais força nos Municípios, para transferir votos. Podem ir lá fazer campanha para quem quiser: o que a população quer saber é quem vai oferecer alguma coisa que seja realmente da sua expectativa. E as campanhas são publicitárias! Essas coligações que vão à televisão por meio dos bons marqueteiros fazem uma campanha publicitária: “Ele vai fazer isso, vai fazer aquilo!” Então, o grande problema da população é que ela vai ter de aprender a cobrar o que foi comprometido, porque não é promessa, é compromisso, e se tem de cumprir. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Nos partidos não existe uma formação correta, porque a fidelidade partidária em tese acabou, sob o meu ponto de vista. Só vale, se o sujeito deixar o partido; agora, se ele partir para apoiar alguém que não seja depois de uma decisão da executiva, não acontecerá nada. Então, todo o mundo apoiou quem quis, dependendo do acordo que fez, e a população vai ficar na expectativa de ver cumpridos os compromissos que foram oferecidos. Então, queria cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, que fez uma boa análise ontem e que agora traz para o Brasil tudo aquilo que sentiu, porque andar sete Municípios e ter de usar sete emblemas diferentes é algo terrível de diluição completa dos partidos políticos.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

É um excesso de siglas e uma pulverização dos quadros políticos do País. Por isso, a análise que se faz não pode, de forma alguma, ter como base, para previsões eleitorais de 2010, as eleições de 2008. Não há como se estabelecer um parâmetro, porque as eleições de 2010 se darão, mais uma vez, em torno de nomes, e não de partidos políticos. Os nomes é que aglutinarão. E aglutinarão forças contraditórias, programaticamente contraditórias em tese, porque os partidos estão dilacerados programaticamente.

Portanto, para 2010, as lideranças que se projetam, com força popular, nas pesquisas de opinião pública, aglutinarão forças partidárias díspares, contraditórias, heterogêneas. Aliás, o Governo Lula é um exemplo disso: forças partidárias contraditórias dão suporte a um Governo absolutamente heterogêneo, que não tem uma face definida. É essa a política brasileira, e dizer outra coisa é falsidade.

Creio que avançamos no processo eleitoral. Esse processo vivido nos Municípios nos autoriza a dizer que houve uma evolução com o aprimoramento da legislação que se verificou, há pouco tempo. Acabar com “showmício”, brindes, camisetas, bonés, *outdoor*, placas enormes, aquela parafernália toda nas ruas das cidades, tudo isso

significou economia e respeito ao eleitor, que adquiriu maior independência no ato de julgar e eleger. Esse foi um avanço, mas temos de avançar muito mais.

Veja, a eliminação do “showmício” não impediu que grandes concentrações populares se realizassem. Tive a satisfação e a surpresa de participar de grandes concentrações populares nos últimos dias, ou seja, a tese de que a população ia aos comícios apenas para ver artistas não se confirma. A população vai, quando há motivação. Cabe às lideranças políticas motivar a população a comparecer à praça pública, porque, evidentemente, ela não vai de coração vazio. Vai carregando os seus sonhos, as suas esperanças e necessita de motivação para estar lá.

Houve esse avanço, mas é preciso mais. Por exemplo: por que tanto tempo de campanha? Por que não realizarmos as convenções que escolhem candidatos no final do mês de julho e reduzirmos a campanha eleitoral para dois meses? É muito tempo de campanha. Isso, a meu ver, não é adequado neste momento, porque os veículos de comunicação fazem com que as informações cheguem mais rapidamente a toda a população. Nós avançamos em matéria de comunicação e precisamos acompanhar esse avanço com medidas legislativas práticas e objetivas, que tenham como objetivo qualidade e economia. Menos tempo significa valorizar a qualidade, e o resultado será economia. Gastaremos menos nas campanhas eleitorais.

Sobre a reeleição, já a abordei. E as pesquisas de opinião pública? É inadiável o debate sobre as pesquisas de opinião pública. Um festival de pesquisas! Realizaram pesquisas demais e comprometeram a eficiência delas. Institutos de pesquisas trabalham para candidatos, para partidos políticos e para veículos de comunicação.

Senador Mário Couto, não creio que isso seja correto. Um instituto de pesquisa que trabalha para uma grande rede de televisão, por exemplo, que faz veicular o resultado das pesquisas eleitorais, não poderia trabalhar para candidatos. É óbvio que fica sob suspeição o resultado divulgado. Esses institutos acabaram terceirizando o trabalho de campo e comprometeram a qualidade do resultado final.

Isso ocorreu no Brasil inteiro, mas vou citar uma situação particular: no meu Município de Londrina, onde vivi intensamente a campanha nos últimos dias. O Ibope, simplesmente, colocou o meu candidato no chão, com 10% apenas das intenções de voto. O Deputado Luiz Carlos Hauy, que todos nós conhecemos pelo seu brilhantismo, pela sua competência, pela sua experiência política, pela indiscutível qualidade de homem público, foi colocado, em rede de televisão, em pesquisa respeitável do Ibope, com 10 pontos percentuais apenas, fora do confronto final. Pois bem, ele alcançou mais de 23%

dos votos e vai disputar o segundo turno. Mas, Senador Marco Maciel, a divulgação daqueles números quase comprometem o seu projeto: um projeto de vida, uma história política, o interesse da cidade – uma cidade machucada por escândalos de corrupção, por incompetência administrativa, que tem o direito de sonhar com uma mudança, com segurança, com competência e com honestidade, e que tem nesta candidatura a alternativa adequada de mudança qualificada. Um instituto de pesquisa quase destrói essas esperanças, porque é evidente que provoca o impacto destruidor.

Números que desqualificam uma candidatura promovem um desestímulo que se multiplica não apenas entre os correligionários mais próximos, mas junto ao grande eleitorado, que decide as eleições. Portanto, nós temos de legislar sobre pesquisas de opinião pública. É evidente que induz o eleitor. Não há como não reconhecer essa fatalidade. Eu digo fatalidade porque quando há equívoco desse porte trata-se de uma fatalidade a eventual derrota de determinado candidato qualificado.

As pesquisas são honestas? Não quero discutir se são honestas, se são manipuladas ou não. Nós devemos legislar, é claro, no âmbito da reforma política, sobre essa matéria, definindo: os institutos de opinião pública podem trabalhar para veículos de comunicação e candidatos ao mesmo tempo e partidos políticos ao mesmo tempo, ou se não podem? A divulgação das pesquisas pode ocorrer até às vésperas das eleições ou nós temos de fixar um prazo limite, por exemplo, de 15 dias antes das eleições, para impedir que equívocos de números possam interferir no resultado final do pleito?

Enfim, os institutos de opinião pública não respondem por eventuais danos causados? A impunidade tem que prevalecer sempre? São questões que devem ser consideradas nesse debate sobre pesquisas de opinião pública.

E os debates na campanha eleitoral? Devemos legislar sobre eles também. A existência de muitos partidos políticos e, por consequência, muitos candidatos estabelecem um debate esvaziado de conteúdo, os debates ficam engessados na tevê e no rádio, os candidatos ficam muito parecidos, as propostas são muito semelhantes, não há como o eleitor distinguir uns dos outros, a menos que seja muito perspicaz. É muito difícil diferenciar.

Portanto, é outra questão que eu creio essencial para o aprimoramento do processo eleitoral.

Tudo isso exige uma reforma política de amplitude. O Brasil já condenou esse modelo. Esse desencanto que campeia as cidades, não só em razão dos escândalos de corrupção, que machucam o povo brasileiro, mas, antes e acima de tudo, em razão do modelo vigente, que é também responsável pelos escândalos de corrupção.



Há dez anos estamos constrangidos com esse debate, porque não há concretização do propósito, não chegamos à reforma política.

Agora, há um fato novo. O Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional um projeto de reforma política. É esperança ou é encenação? Quer o Presidente a reforma ou apenas encaminha o projeto para eximir-se de responsabilidade, em razão de não concretizarmos a reforma política, conferindo ao País o modelo de que necessitamos? Espero que o Presidente esteja sendo sincero ao encaminhar esse projeto. Ele é insuficiente, não é completo, mas pode motivar o debate no Congresso Nacional, porque, nesse presidencialismo forte, as coisas aqui andam quando o Presidente assume a liderança do processo.

Dessa forma, Senador Romeu Tuma, esperamos que o Presidente, principalmente depois das lições aprendidas durante essa campanha eleitoral, possa realmente se interessar, de fato, pela reforma política.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pela análise.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, para uma comunicação inadiável. Em seguida, o Senador Tião Viana e, posteriormente, o Senador Renan Calheiros.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Senador Romeu Tuma, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Pois não.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Pela ordem.)

– Gostaria de me inscrever pela liderança da minoria. Eu estarei em quinto lugar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) –

Há os que anunciei. São três, e V. Ex<sup>a</sup> será o quarto. Se houver algum inconveniente, a gente pode recorrer.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma – que bom revê-lo! –, Srs. Senadores presentes – é um prazer também igual reencontrá-los neste plenário –, o meu pequenino Estado do Acre permite que possamos, daqui da tribuna, cumprimentar a todos os prefeitos eleitos, tendo em vista o número deles: 22.

O processo eleitoral para mim é o seguinte: um embate, por vezes duro, mas, ultrapassado este embate, estamos à disposição dos nossos correligionários que se elegeram, dos nossos adversários que se elegeram. Daqui, cumprimento e parabenizo o Prefeito reeleito Angelim,

de Rio Branco; o Prefeito Vando Torquato, de Tarauacá; o Deputado Juarez Leitão, que se elegeu prefeito de Feijó; o companheiro Padeiro, que se elegeu prefeito de Bujari; Joais, do Município de Capixaba, também reeleito; James Gomes, de Senador Guiomard; Vilceu Ferreira, reeleito prefeito de Acrelândia; Eliane, de Assis Brasil; Leila Galvão, de Brasiléia; Zé Ronaldo, de Epitaciolândia; o companheiro Wagner Sales, de Cruzeiro do Sul; o Sr. Melo, do Jordão; o Cleidson Rocha, de Mâncio Lima; Manoel Almeida, de Manuel Urbano; Randinho, de Marechal Thaumaturgo; Paulinho Almeida que se reelegeu em Plácido de Castro; Zé Maria, que se elegeu em Porto Acre; Neuzari Pinheiro, que se reelegeu em Porto Walter; Burica, que se elegeu em Rodrigues Alves; Zé Brasil, em Santa Rosa; Nilson Areal, que se reelegeu em Sena Madureira; e o Bira, que se elegeu em Xapuri.

A partir deste momento, eu estou à disposição de todos, com vistas inclusive ao processo de alocação de emendas pessoais no Orçamento da União.

Mas o Senador Alvaro Dias fez aqui uma primeira análise, muito interessante, um diagnóstico geral acerca do quadro partidário brasileiro que, de fato, sofre de uma inconsistência, eu diria mesmo, ideológica, Senador. O nosso problema é exatamente esse. E hoje nós vivemos um quadro de geléia geral.

Lá, no Acre, a população às vezes leva na brincadeira esse tipo de coisa. Ela identifica quando há uma aliança, uma coligação esdrúxula e diz, Senador Marco Maciel, que se trata de casamento de macaco com jacaré. O pessoal leva na brincadeira, porque a coisa está desse jeito. Há assim verdadeiros casamentos de macaco com jacaré. Mas, enfim, o Senador Alvaro teceu aqui um diagnóstico geral, preocupante. Precisamos nos debruçar sobre essa questão. É claro, eu sempre digo que o aperfeiçoamento do processo democrático e, por sua vez também, do processo de evolução partidária deve se dar no embate das eleições, na própria vivência da população, dos partidos e dos políticos. Mas podemos também acrescentar uma contribuição a partir do aperfeiçoamento da nossa legislação.

E, por falar nisso, trago aqui apenas observações, fruto da vivência neste último processo eleitoral. Como disse o Senador Alvaro Dias, depois de depurarmos o processo eleitoral, percebemos que algumas coisas não fazem mais falta: os “showmícios”, os grandes *outdoors*, aquela coisa toda que desequilibrava substancialmente o processo eleitoral entre aqueles de grande poder aquisitivo e aqueles de menor poder aquisitivo.

Agora, restam questões a serem observadas e que merecem a nossa preocupação no sentido de aperfeiçoarmos, Senador Romeu Tuma. Uma delas é a possibilidade que abre a legislação eleitoral no que diz respeito aos cabos eleitorais remunerados, Se-

nador. Isso ainda é um tormento, porque os partidos estão abdicando da velha militância, da formação de quadros políticos, para a militância aguerrida e estão optando pela contratação da militância paga, que vai para as ruas com bandeiras, etc.

Admito até contratar por tempo determinado, ou seja, dentro do prazo da campanha eleitoral, pessoas para atuarem dentro de um comitê eleitoral, Senador Romeu Tuma, cumprindo funções administrativas. Admito até aí.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC)** – Mas essa coisa de se permitir a contratação de cabos eleitorais pagos, Senador Tuma, é uma deformação do processo eleitoral, é uma deformação do processo político.

É um tiro de misericórdia... Os nossos partidos, já tão desidratados e debilitados ideológica e politicamente, sofrem por demais com uma praga dessas, Senador, porque há partidos aos montes sem consistência política e ideológica.

Veja como isso continua desequilibrando o processo eleitoral, porque isso, na verdade, Senador Tuma, é compra de voto disfarçada. Isso configura uma compra de votos disfarçada, porque aqueles candidatos que têm maior poder aquisitivo contratam duas mil, três mil pessoas, supostamente para fazer campanha nas ruas, levando bandeiras etc., mas, na verdade, estão comprando votos, Senador. Isso é compra de votos disfarçada de contratação de cabos eleitorais, o que é, a meu ver, inadmissível a partir de agora!

Precisamos nos debruçar sobre questões como essas para oferecermos ao processo eleitoral, a partir do aperfeiçoamento da nossa legislação, uma contribuição cada vez mais expressiva, a fim de que o processo eleitoral reflita, o mais proximamente possível, a vontade da população, Senador Tuma.

Quanto à questão das pesquisas, conversávamos, e V. Ex<sup>a</sup> dava o exemplo de que não se precisa nem fraudar uma pesquisa, pois basta que ela se faça no reduto forte de um candidato, para que ele apareça estourando numa pesquisa dessas. Isso tudo contribui para deformar o processo eleitoral e, por conseqüência, o processo da nossa evolução política e democrática no nosso País.

Trago essas reflexões, Senador Tuma, aduzindo mais uma, pequenininha, que diz respeito especificamente ao meu Estado. No meu Estado, a maioria das vias, das estradas, são rurais, chamadas de vicinais, mas lá nós chamamos de ramais. São ramais de 40, 50 quilômetros, Senador Renan, a maior parte do ano intrafegáveis. Por exemplo, ontem, dia 5, caiu uma chuva torrencial em grande parte do Estado, o que dificultou enormemente a movimentação dos eleitores que estão na zona rural e que precisam vir

às cidades votarem, acrescentando sobremodo o número de abstenções numa eleição como essa.

Então, é o caso – e vou requerer, sugerir, isso à Justiça Eleitoral – de se instalar o maior número possível de urnas eleitorais nos recantos mais remotos do Estado, nas regiões rurais do meu Estado, para que não precisemos mais da questão do transporte, Senador, que é um drama. Além de colocar as pessoas em risco de vida, o transporte, como ontem aconteceu, com uma chuva torrencial dessa, é muito difícil. Não se consegue entrar nem sair, se já entrou. Isso dificulta, sobremodo, o processo eleitoral e impede que um grande número de cidadãos e cidadãs consigam colocar na urna o seu voto.

Portanto, são observações preliminares que trago aqui a esta tribuna, aduzindo o que já foi dito aqui pelo Senador Alvaro Dias, para que possamos contribuir decisivamente com o aperfeiçoamento do processo eleitoral.

Muito obrigado, Senador.

*Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)** – Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

#### **MENSAGEM Nº 195, DE 2008**

(Nº 752/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminho a Vossas Excelências a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.

Brasília, 3 de outubro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM 50/2008–BCB

Brasília, 30 de setembro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Encaminho à consideração o Vossa Excelência, de acordo com o que estabelece o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a anexa Programação Monetária para o 4º trimestre de 2008, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 30 de setembro de 2008, para que seja enviada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Respeitosamente, – **Henrique de Campos Meirelles**, Presidente.

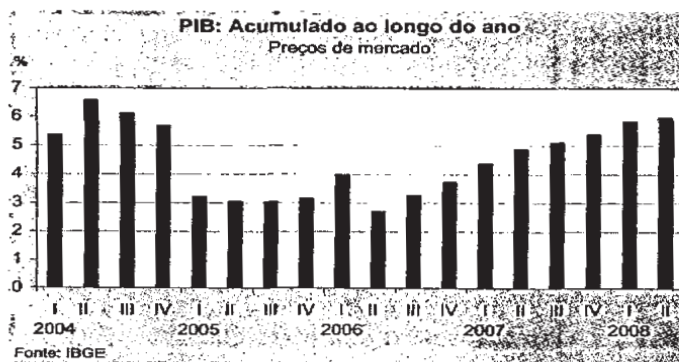
**Diretoria Colegiada**  
**Departamento Econômico - DEPEC**

## Programação Monetária 2008

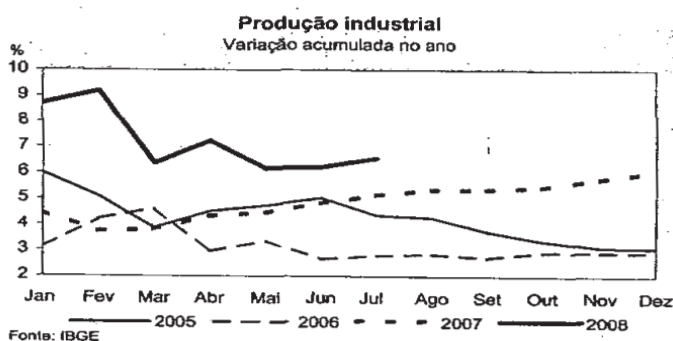
### Programação Monetária para o quarto trimestre de 2008

#### A. A economia brasileira no segundo trimestre de 2008

1. O PIB cresceu 6% no primeiro semestre de 2008, em relação ao mesmo período de 2007, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, do IBGE. Ressalte-se, sob a ótica do produto, a evolução positiva generalizada dos componentes do produto agregado, enquanto a perspectiva da demanda revelou contribuição negativa de 2,5 p.p. do setor externo, contrastando com o dinamismo da demanda interna, que proporcionou impacto positivo de 8,5 p.p. para a expansão semestral do PIB. O consumo das famílias cresceu 6,7% no primeiro semestre do ano, em relação ao período correspondente de 2007, enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aumentou 15,7%, maior taxa desde 1995, para o período, e o consumo do governo se elevou 5,6%. A contribuição negativa do setor refletiu os aumentos respectivos de 1,6% e 22,4% registrados pelas exportações e importações, no período, trajetória consistente com a continuidade do ritmo de expansão da atividade econômica. O exame sob a ótica do produto revelou crescimento de 6,3% na indústria, seguindo-se os resultados do setor de serviços, 5,3%, e da agropecuária, 5,2%. Na margem, o PIB cresceu 1,6% no segundo trimestre do ano, em relação ao trimestre anterior, considerando dados dessazonalizados. Esse resultado, que se constituiu no décimo primeiro crescimento consecutivo nessa base de comparação, ratifica o desempenho de indicadores setoriais antecedentes e revela a continuidade da trajetória de crescimento da economia brasileira. Ressalte-se o aumento de 5,4% observado na FBCF, oitavo resultado positivo em sequência, nesse tipo de comparação.



2. De acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE, a produção industrial aumentou 1,9% no trimestre encerrado em julho, em relação ao finalizado em abril, quando crescera 1%, na mesma base de comparação, registrando-se expansões de 1,7% na indústria de transformação e de 2,6% na extrativa. A segmentação da produção industrial por categorias de uso revela, ao contrário do

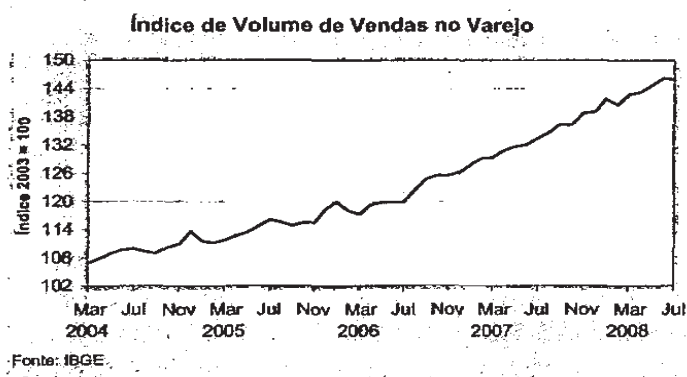




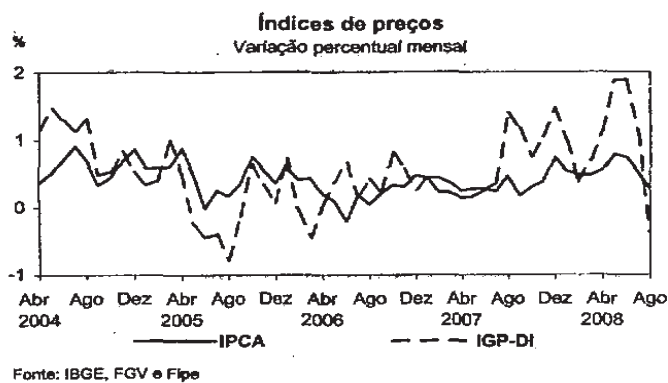
observado em períodos recentes, que a expansão registrada no trimestre esteve associada, em especial, aos crescimentos observados nas categorias de bens intermediários, 2,3%, e de bens de consumo semi e não duráveis, 2,4%. O menor dinamismo do desempenho das categorias de bens de consumo duráveis e de bens de capital, que vinham sustentando a trajetória expansionista da produção da indústria, esteve associado, em grande parte, à elevada base de comparação, que incorporava taxas de crescimento respectivas de 4,2% e 5% no trimestre encerrado em abril, relativamente ao finalizado em janeiro. Considerando dados observados, a produção da indústria, acumulada nos sete primeiros meses do ano, cresceu 6,6% em relação ao período correspondente de 2007.

### 3. Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as vendas varejistas no conceito ampliado aumentaram 3,8% no trimestre encerrado em julho, em relação ao finalizado em abril, considerados dados dessazonalizados. Esse resultado refletiu elevações nas vendas de todos os segmentos do indicador, com ênfase nas referentes a equipamentos e materiais para escritório e comunicações, 5,4%; outros artigos de uso pessoal e doméstico, 4,5%; e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos, 4,4%. As vendas relativas a hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, evidenciando o aumento dos preços dos produtos comercializados no segmento, cresceram 2%, patamar inferior à média assinalada no comércio varejista. Ressalte-se que os segmentos onde as vendas vêm registrando melhores desempenhos se constituem naqueles em que a evolução dos preços têm apresentado crescimento menor. As vendas do comércio varejista ampliado elevaram-se 14,6% nos sete primeiros meses de 2008, em relação ao período correspondente do ano anterior, registrando-se desempenhos favoráveis em todas as grandes regiões do país.



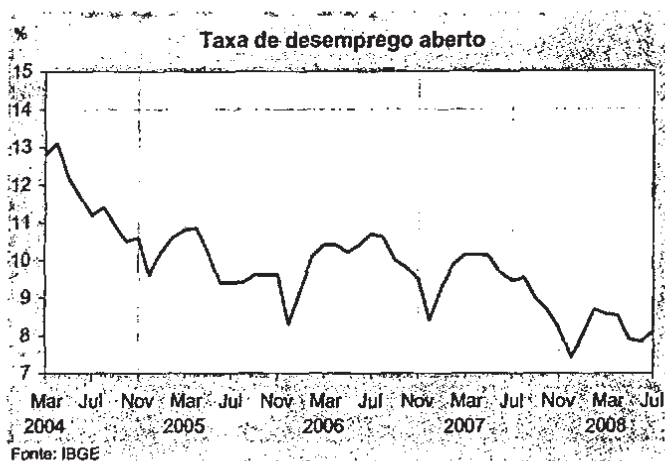
4. O recuo registrado pelas taxas de inflação no trimestre encerrado em agosto, em relação ao período março a maio, pode ser observado tanto nos índices de preços ao consumidor, favorecidos, em especial, pelo arrefecimento nos preços da alimentação, quanto nos índices gerais de preços, que evidenciaram, em grande parte, a redução ocorrida nos preços internacionais das *commodities* agrícolas, no final do trimestre. Os índices gerais



de preços, após apresentarem taxas de crescimento elevadas em junho e julho, registraram taxas negativas em agosto, primeira deflação desde maio de 2006. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) cresceu 2,64% no trimestre encerrado em agosto, ante 3,73% naquele finalizado em maio, resultado consistente com a evolução dos preços no segmento atacadista e no âmbito varejista. O IPCA aumentou 1,56% no trimestre encerrado em agosto, ante 1,83% naquele finalizado em maio, refletindo arrefecimento dos preços livres e aceleração dos preços monitorados, responsáveis, na ordem, por 1,72 p.p. e 1,17 p.p. da variação do indicador, que apresentou variações mensais de 0,74% em junho; de 0,53% em julho; e, de 0,28% em agosto.

5. As condições do mercado de trabalho seguem favoráveis, registrando-se

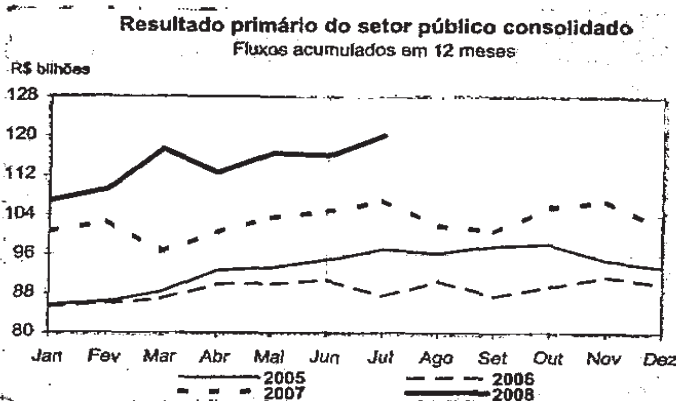
continuidade da tendência de redução na taxa de desemprego e substituição de empregos informais por postos com carteira assinada. Nesse cenário de maior formalização do mercado de trabalho, persiste, embora em ritmo menos intenso do que em períodos recentes, devido ao aumento das taxas de inflação, o movimento de ganhos de rendimentos reais. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME),



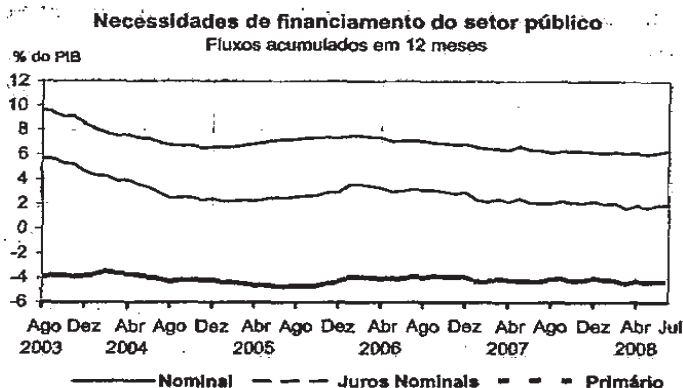
divulgada pelo IBGE, a taxa de desemprego média registrada nas seis regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa atingiu 7,9% no trimestre terminado em julho, recuando 1,8 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse recuo traduziu expansão da ocupação, haja vista que a oferta de mão de obra apresentou ligeira aceleração no período. O nível de emprego na área de abrangência da PME cresceu 4,4%, no período, com ênfase para a expansão de 3,6% registrada na taxa de ocupação. O número de trabalhadores com carteira assinada cresceu 8,9% nos sete primeiros meses do ano, em relação ao período correspondente de 2007, enquanto o relativo aos trabalhadores sem carteira assinada do setor privado recuou 1,3%, proporcionando aumento de 2 p.p., para 44%, no nível de formalidade do mercado de trabalho, no período. O aumento da formalidade no mercado de trabalho é ratificado pelas estatísticas do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que registraram a criação de 1.564.606 postos de trabalho nos sete primeiros meses de 2008, recorde 27% superior ao anterior, registrado no período correspondente de 2004, com ênfase para a geração de 271.970 empregos com carteira assinada no setor agrícola.

6. O superávit primário do setor público consolidado alcançou R\$98,2 bilhões nos sete primeiros meses do ano, 0,51 p.p. do PIB superior ao registrado no mesmo período de 2007. Essa evolução refletiu o desempenho do Governo Central, cujo superávit primário cresceu 0,8 p.p. do PIB, no período, contrastando com os recuos respectivos de 0,16 p.p. e 0,13 p.p. do PIB assinalados nos resultados dos governos regionais e das empresas estatais. O desempenho do Governo Central

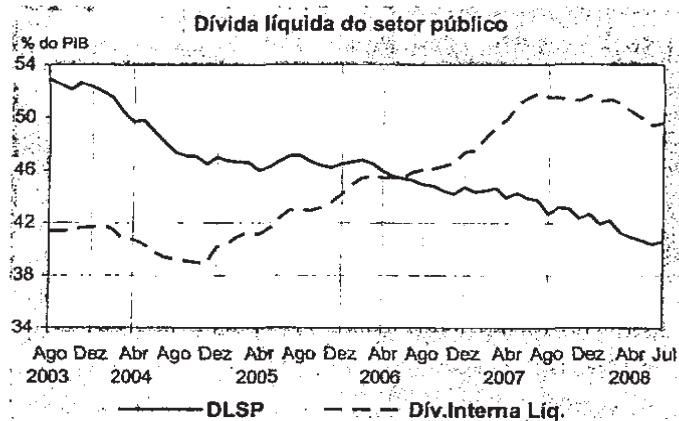
resultou da combinação do aumento do superávit do Governo Federal e da redução do déficit da Previdência Social, ambos condicionados por crescimentos das receitas. As receitas totais do Governo Central cresceram 16,7% nos sete primeiros meses de 2008, em relação ao período correspondente do ano anterior, resultado consistente com a intensificação do ritmo da atividade econômica, expressa nas expansões das receitas associadas ao IRPJ, 31,3%, e à CSLL, 36,3%. O déficit primário da Previdência Social reduziu-se em 0,42 p.p. do PIB nos primeiros sete meses de 2008, em relação ao mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida da Previdência cresceu 17,2%, impulsionada pelo aumento da massa salarial, e as despesas com benefícios previdenciários apresentaram redução de 0,23 p.p. do PIB no período. O crescimento nominal dessas despesas segue evidenciando a elevação no valor médio dos benefícios pagos, consequência dos reajustes no salário mínimo e nos benefícios com valores acima do piso; e a elevação na quantidade média mensal de benefícios, que alcançou 2,4% no período.



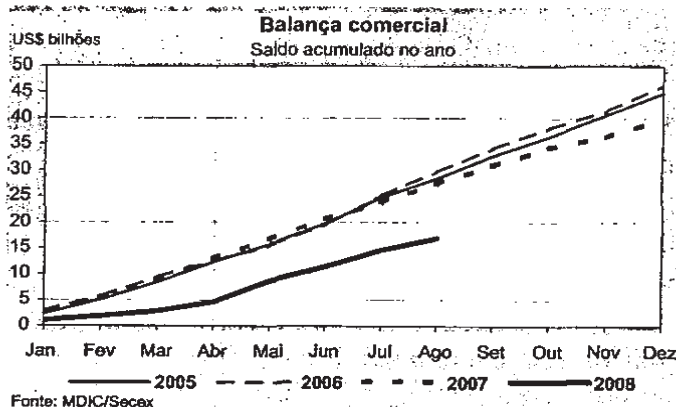
7. A apropriação de juros nominais por competência totalizou R\$106,8 bilhões nos sete primeiros meses do ano, 6,54% do PIB, elevando-se em 0,11 p.p. do PIB em relação ao mesmo período de 2007. O déficit nominal do setor público, traduzindo este aumento e a ampliação do superávit primário, passou de R\$13,4 bilhões, 0,92% do PIB, nos sete primeiros meses de 2007, para R\$8,6 bilhões, 0,53% do PIB, no mesmo período de 2008, constituindo-se no melhor resultado da série iniciada em 1991. O déficit nominal no ano vem sendo financiado por expansões da dívida mobiliária, contrabalançadas, parcialmente, por reduções na dívida bancária; no financiamento externo; e nas demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária.



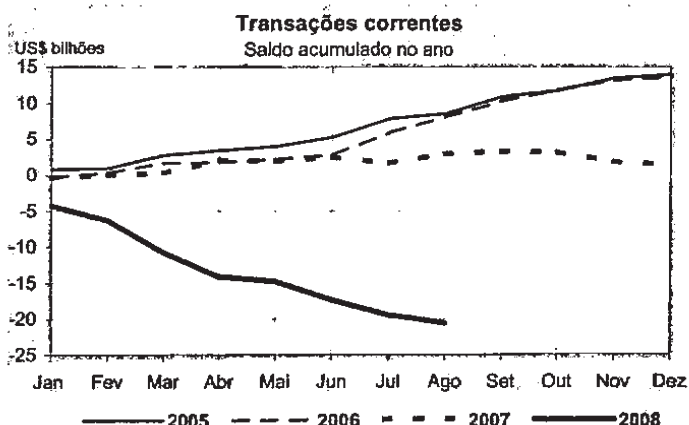
8. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R\$1.192,2 bilhões em julho, 40,6% do PIB, reduzindo-se em 2,1 p.p. do PIB em relação a dezembro de 2007. Por segmentos, as dívidas líquidas do Governo Central e dos governos regionais registraram reduções respectivas de 1,7 p.p. e de 0,4 p.p. do PIB, no período, enquanto os créditos líquidos das empresas estatais mantiveram-se estáveis. O recuo na relação DLSP/PIB observado ao longo do ano refletiu o impacto mais intenso associado à evolução favorável do superávit primário e ao efeito do crescimento do PIB valorizado, em relação ao inerente à incorporação dos juros nominais e ao ajuste decorrente da apreciação cambial ocorrida no período.



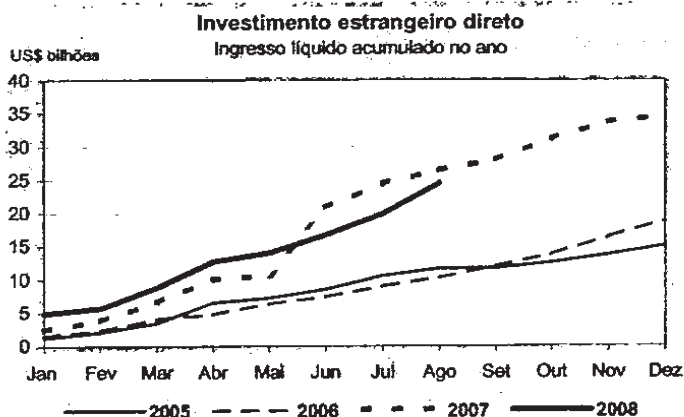
9. A balança comercial apresentou superávit de US\$2,3 bilhões, em agosto, com as exportações totalizando US\$19,7 bilhões e as importações, o recorde mensal de US\$17,5 bilhões. O superávit comercial acumulado nos oito primeiros meses do ano somou US\$16,9 bilhões, recuando 38,4% em relação ao mesmo período de 2007, reflexo de elevações de 27,7% nas exportações e de 52% nas importações, que totalizaram, na ordem, US\$130,8 bilhões e US\$113,9 bilhões. As exportações médias diárias, desagregadas por categoria de fator agregado, apresentaram crescimento generalizado nos primeiros oito meses do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior. O valor das vendas diárias de produtos básicos cresceu 51,6%, seguindo-se os relativos a semimanufaturados, 28,5%; e a manufaturados, 14,5%. As importações médias diárias registraram valores recordes em todas as categorias de uso, no período de janeiro a agosto, evolução consistente com a expansão do nível da atividade econômica. O valor médio diário das compras externas cresceu 53,8%, em relação a igual período de 2007, impulsionadas pelo aumento de 85,3% nas aquisições de combustíveis e lubrificantes, assinalando-se que as importações de petróleo responderam por aproximadamente metade das compras desta categoria de uso. As importações de bens de consumo duráveis registraram a segunda maior expansão no período, seguindo-se as de bens de capital e de matérias-primas e produtos intermediários.



10. O déficit em transações correntes, acumulado em 12 meses, atingiu US\$21,9 bilhões em agosto, 1,45% do PIB, ante superávit de US\$8,7 bilhões, 0,71% do PIB, no período correspondente de 2007. Essa reversão refletiu a redução do saldo comercial e a aceleração do déficit nas contas de serviços e rendas, no período. O movimento registrado na análise em doze meses se repete quando considerados os oito primeiros meses do ano, período em que as transações correntes apresentaram déficit de US\$20,6 bilhões, ante superávit de US\$3 bilhões em igual período do ano anterior. Esse resultado traduziu a redução de 38,4% observada no superávit da balança comercial e os aumentos respectivos de 35,6% e 52,9% assinalados nas remessas líquidas de serviços e de rendas, que somaram, na ordem, US\$11,2 bilhões e US\$28,8 bilhões, nos primeiros oito meses de 2008. A conta de rendas vem apresentando novo perfil, com aceleração das remessas líquidas de lucros e dividendos e redução das despesas líquidas de juros.



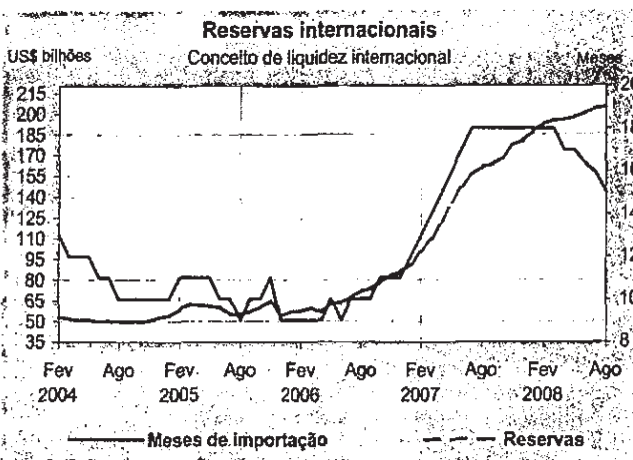
11. Os ingressos líquidos de IED somaram US\$34,6 bilhões nos primeiros oito meses do ano, registrando-se ingressos líquidos em participação no capital de US\$17,7 bilhões e empréstimos intercompanhias de US\$6,9 bilhões. Os ingressos líquidos de IED acumulados em doze meses somaram US\$32,7 bilhões em agosto, equivalendo a 2,17% do PIB. Os investimentos estrangeiros em *portfólio* totalizaram ingressos líquidos de US\$18,2 bilhões nos oito primeiros meses do ano, consideradas as remessas líquidas de US\$255 milhões relativas a ações de companhias brasileiras negociadas no país e as receitas líquidas de US\$15,7 bilhões relativas ao segmento de títulos de renda fixa negociados no país, ressaltando-se que esses fluxos sofreram redução acentuada a partir de abril, atribuída às alterações nas normas que regulam os investimentos em *portfólio*.





12. As reservas internacionais totalizaram US\$205,1 bilhões em agosto, elevando-se US\$24,8 bilhões em relação a dezembro de 2007. Ressaltem-se, no período, tanto as compras de US\$18,1 bilhões do Banco Central no mercado à vista de câmbio, quanto, entre as operações externas, os desembolsos de US\$525 milhões em bônus da República e de US\$150 milhões provenientes

do Bird, além das amortizações de US\$2,9 bilhões de bônus soberanos, incluindo-se US\$869 milhões referentes às operações de recompra de títulos da dívida externa, por parte do Tesouro Nacional. A receita líquida de juros atingiu US\$1,3 bilhão, resultante de despesas brutas de US\$3,6 bilhões com juros de bônus e de receitas de US\$4,9 bilhões com a remuneração das reservas. As liquidações de compras do Tesouro Nacional somaram US\$6,5 bilhões, enquanto as demais operações perfizeram receita de US\$1,1 bilhão.



## B. Política Monetária no segundo trimestre de 2008

13. Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o segundo trimestre de 2008.

14. A base monetária restrita, no conceito de média dos saldos diários, atingiu R\$131,1 bilhões em junho, com redução de 1,2% no mês e expansão de 15,8% em 12 meses. O saldo médio do papel-moeda emitido alcançou R\$92,3 bilhões, elevando-se 1,3% no mês e 19% em doze meses. As reservas bancárias atingiram R\$38,8 bilhões, recuando 6,6% no mês e expandindo 8,9% em 12 meses.

15. O saldo da base monetária ampliada, que inclui a base restrita, os depósitos compulsórios e os títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, cresceu 12,9% nos 12 meses encerrados em junho, alcançando R\$1,71 trilhão. Esta expansão refletiu aumentos de 14,9% na base restrita; 11,8% no saldo dos títulos públicos federais; e de 27,2% nos depósitos compulsórios em espécie.



**Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no segundo trimestre de 2008<sup>1/</sup>**

Descrição	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 <sup>3/</sup>	164,0-221,9	18,7	186,3	14,6
Base restrita <sup>3/</sup>	113,3-153,3	17,8	131,1	15,8
Base ampliada <sup>4/</sup>	1 639,8-1 924,9	17,5	1 713,7	12,9
M4 <sup>4/</sup>	1 726,7-2 336,1	17,6	2 042,9	18,2

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

16. Os meios de pagamento (M1), mensurados pela média dos saldos diários, alcançaram R\$186,3 bilhões em junho, recuando 0,7% no mês e elevando-se 14,6% em doze meses. O saldo de papel-moeda em poder do público atingiu R\$74,6 bilhões, aumentando 1,7% no mês e 18,4% em 12 meses, enquanto os depósitos à vista situaram-se em R\$111,7 bilhões, com redução de 2,2% e expansão de 12,1% nas mesmas bases de comparação.

17. O agregado monetário M4 totalizou R\$2,04 trilhões em junho, elevando-se 0,9% no mês e 18,2% em 12 meses.

18. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, determinaram impacto expansionista de R\$18,9 bilhões no segundo trimestre de 2008, resultante, principalmente, de resgates líquidos de R\$39,9 bilhões no mercado primário e de venda líquida de títulos de R\$21,5 bilhões no mercado secundário.

19. Em abril, o Copom considerou que havia se elevado a probabilidade de que pressões inflacionárias inicialmente localizadas viessem a apresentar riscos para a trajetória da inflação doméstica, uma vez que o aquecimento da demanda e do mercado de fatores, bem como a possibilidade do surgimento de restrições de oferta setoriais, poderiam ensejar aumento no repasse de pressões sobre preços no atacado para os preços ao consumidor. Esta percepção esteve fundamentada, em parte, na aceleração de certos preços no atacado, na trajetória dos núcleos de inflação e na rápida elevação das expectativas de inflação. Adicionalmente, foi avaliado que, ao longo dos próximos meses, o crescimento do crédito e a expansão da massa salarial real deveriam continuar impulsionando a atividade econômica, e que a esses fatores de sustentação da demanda deveriam ser acrescidos os efeitos das transferências governamentais e de outros impulsos fiscais. Nesse contexto, avaliando a conjuntura macroeconômica e as perspectivas para a inflação, o Copom – entendendo que a decisão de realizar, de imediato, parte relevante do movimento da taxa

básica de juros iria contribuir para a diminuição tempestiva do risco que se configura para o cenário inflacionário e, como consequência, para reduzir a magnitude do ajuste total a ser implementado – decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 11,75% a.a., sem viés. Em junho, o Copom avaliou que persistiam os riscos à concretização de um cenário inflacionário benigno, no qual o IPCA seguisse evoluindo de forma consistente com a trajetória das metas. Nesse contexto, dando prosseguimento ao processo de ajuste da taxa de juros básica iniciado na reunião de abril, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 12,25% ao ano, sem viés.

### **C. Política Monetária no bimestre julho-agosto de 2008**

20. A base monetária restrita, calculada pela média dos saldos diários, totalizou R\$133,9 bilhões em agosto, recuando 0,5% no mês e aumentando 14,1% em 12 meses. As reservas bancárias recuaram 4,7% no mês e cresceram 2,2% em 12 meses, situando-se em R\$38,5 bilhões, enquanto o saldo médio do papel-moeda emitido apresentou aumentos respectivos de 1,2% e 19,7%, somando R\$95,4 bilhões.

21. A base monetária ampliada totalizou R\$1,75 trilhão em agosto, com aumentos de 0,3% no mês e de 12,1% em 12 meses. O resultado anual refletiu crescimentos de 29% nos saldos de depósitos compulsórios em espécie; 15,4% na base restrita; e 10,6% no saldo de títulos públicos federais.

22. Os meios de pagamento (M1), avaliados pela média dos saldos diários, alcançaram R\$188 bilhões em agosto, com redução de 1% no mês e expansão de 10,1% em 12 meses. O saldo do papel-moeda em poder do público atingiu R\$76,9 bilhões, apresentando expansões de 1,1% no mês e de 17,9% em 12 meses, enquanto os depósitos à vista totalizaram R\$111,1 bilhões, com redução mensal de 2,5% e expansão anual de 5,3%.

23. O agregado monetário mais amplo (M4) totalizou R\$2,1 trilhões em agosto, registrando aumentos de 1,8% no mês e de 20% em 12 meses.

**Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o terceiro trimestre de 2008 e ocorridos no período julho/agosto<sup>1/</sup>**

Descrição	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em relação ao período anterior	R\$ bilhões	Variação percentual em relação ao período anterior
M1 <sup>3/</sup>	176,5-238,8	18,1	188,0	10,1
Base restrita <sup>3/</sup>	123,8-167,4	18,2	133,9	14,1
Base ampliada <sup>4/</sup>	1 672,1-1 962,9	15,7	1 746,5	12,1
M4 <sup>4/</sup>	1 832,0-2 478,5	19,1	2 114,7	20,0

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

24. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, resultaram em expansão monetária de R\$8,6 bilhões no bimestre julho-agosto, explicada exclusivamente pela atuação do Tesouro Nacional. As operações de títulos pelo Tesouro, no mercado primário, foram expansionistas em R\$47,8 bilhões, e no mercado secundário, contracionistas em R\$39,8 bilhões.

25. Em julho, o Copom avaliou que, diante dos sinais de aquecimento da economia, como ilustravam a aceleração dos preços no atacado e a trajetória dos núcleos de inflação, e da rápida elevação das expectativas de inflação, eram relevantes os riscos para a concretização de um cenário inflacionário benigno, no qual o IPCA voltasse a evoluir de forma consistente com a trajetória das metas. O Copom considerou, também, que a persistência de descompasso importante entre o ritmo de expansão da demanda e da oferta agregadas vinham exacerbando o risco para a dinâmica inflacionária. Nessas circunstâncias, em que a política monetária deve atuar vigorosamente, enquanto o balanço dos riscos para a dinâmica inflacionária assim o requerer, por meio do ajuste da taxa básica de juros, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 13,00% ao ano, sem viés. Na reunião de setembro, parte do Comitê avaliou que, desde a última reunião, haviam se acumulado sinais de acentuada deterioração da atividade nas economias centrais, acarretando certa melhora nas perspectivas inflacionárias globais, em parte em função da queda dos preços de *commodities*. Esse cenário teria possíveis impactos contracionistas, inclusive por meio dos desdobramentos da desalavancagem financeira sobre as condições creditícias, que se somariam aos efeitos defasados da política monetária sobre a atividade econômica no país, com implicações para o cenário inflacionário prospectivo. Dessa forma, esses membros do Copom consideraram que seria mais apropriado, já neste momento, elevar a taxa básica em 50 p.b. A maioria do Comitê, entretanto, considerou que, em que pese a deterioração das perspectivas para o crescimento econômico mundial, os riscos para a materialização de um cenário inflacionário benigno no país não apresentaram ainda melhora suficientemente

convincente. Em particular, esses membros do comitê avaliaram que não haviam se acumulado sinais consistentes de redução do descompasso entre o ritmo de expansão da demanda e da oferta, como evidenciava o uso intenso dos fatores produtivos, e que a ancoragem das expectativas à trajetória de metas precisaria ser reforçada. Nesse contexto, esses membros do Copom consideraram ser mais adequado incrementar a taxa básica em 75 p.b. Assim, o Copom decidiu elevar a taxa Selic para 13,75% ao ano, sem viés.

Reunião do Copom	Aplicação do viés de baixa	Meta para a taxa Selic (% a.a.) <sup>1/</sup>
18.1.2006	-	17,25
8.3.2006	-	16,50
19.4.2006	-	15,75
31.5.2006	-	15,25
19.7.2006	-	14,75
30.8.2006	-	14,25
18.10.2006	-	13,75
29.11.2006	-	13,25
24.1.2007	-	13,00
7.3.2007	-	12,75
18.4.2007	-	12,50
6.6.2007	-	12,00
18.7.2007	-	11,50
5.9.2007	-	11,25
17.10.2007	-	11,25
5.12.2007	-	11,25
23.1.2008	-	11,25
5.3.2008	-	11,25
16.4.2008	-	11,75
4.6.2008	-	12,25
23.7.2008	-	13,00
10.9.2008	-	13,75

1/ Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

#### D. Perspectivas para o quarto trimestre de 2008

26. O desempenho, na margem e nas comparações com iguais períodos de 2007, tanto da atividade industrial quanto das vendas do comércio varejista e do Produto Interno Bruto (PIB), ainda não evidencia redução do ritmo de crescimento da economia brasileira em relação ao padrão observado em períodos recentes.

27. O crescimento da atividade persiste traduzindo o dinamismo da demanda interna e a contribuição negativa exercida pelo setor externo, em linha com as incertezas nos mercados financeiros internacionais e com a perda de dinamismo das economias maduras. No âmbito interno, a evolução do consumo tem refletido o crescimento da massa salarial, sustentada, em especial, pelo desempenho do emprego, que tende a manter-se em patamar elevado, bem como a ampliação das possibilidades de dispêndio derivada das operações de crédito e *leasing*, enquanto a expansão dos investimentos, em seqüência às elevações superiores a 10% registradas em 2006 e em 2007, permanece em ritmo intenso. Ressalte-



se que essa trajetória, tendo em vista os níveis de confiança do empresariado, tende a manter-se nos próximos meses.

28. As vendas varejistas registraram crescimento expressivo nos últimos meses, traduzindo a ocorrência de aumentos, disseminados em todas as regiões do país, tanto das vendas de bens duráveis quanto das relativas a bens semi e não duráveis. Este comportamento, que poderá refluir nos próximos meses, tendo em vista a menor atratividade das compras de bens financiados, em cenário de elevação das taxas de juros, reflete, em grande parte, a continuidade do ambiente favorável no mercado de trabalho, expressa na continuidade da tendência de redução na taxa de desemprego, acompanhada pela substituição de empregos informais por postos com carteira assinada.

29. Os investimentos, excluindo as variações de estoques, aumentaram 16,2% no segundo trimestre de 2008, em relação ao mesmo período do ano anterior, representando o décimo oitavo trimestre consecutivo de expansão nessa base de comparação. Considerados dados dessazonalizados, os investimentos apresentaram crescimento de 5,4% em relação ao primeiro trimestre do ano. Adicionalmente, os investimentos elevaram-se 15,7% no primeiro semestre, em relação ao período correspondente de 2007, configurando o melhor resultado, nessa base de comparação, desde 1995. Ressalte-se que o dinamismo dos investimentos reflete, em parte, as expectativas favoráveis dos empresários em relação à trajetória da demanda interna, que segue como fator determinante do ritmo de crescimento da economia brasileira.

30. O mercado de crédito, refletindo a evolução do nível de atividade econômica, seguiu aquecido no trimestre encerrado em julho, contribuindo para a sustentação dos gastos de consumo das famílias e de investimento das empresas. Esse desempenho se mantém, em ambiente de inadimplência reduzida e estável, a despeito da elevação nas taxas de juros básicas observada desde abril, movimento acompanhado pela evolução dos custos de captação que estiveram condicionados, adicionalmente, pela persistente instabilidade nos mercados financeiros internacionais e pela deterioração das expectativas inflacionárias.

31. A demanda de crédito bancário por parte das pessoas jurídicas apresentou renovada robustez, favorecida pelo cenário mais restritivo em relação à captação de recursos no mercado de capitais e no exterior. A utilização do crédito bancário para atendimento das necessidades de capital de giro permaneceu relevante, com ênfase para o crescimento da participação relativa dos empréstimos contratados por empresas de pequeno e médio portes.

32. O crédito a pessoas físicas, embora registrasse taxas de crescimento significativas, apresentou sinais de desaceleração, trajetória consistente com a expansão menos vigorosa das operações do crédito consignado. Em sentido oposto, permaneceu expressivo o impulso associado aos financiamentos destinados à aquisição de veículos, com ênfase crescente nas operações de *leasing*.

33. Os superávits primários acumulados no ano e em doze meses situaram-se em patamar compatível com a meta estabelecida para 2008. Esses resultados decorreram, em especial, do desempenho da arrecadação no âmbito dos governos federal e regionais, que segue fortemente impulsionada pelo nível de atividade da economia. Ressalte-se, adicionalmente, a redução do déficit nas contas da previdência social, resultado da melhoria dos indicadores do emprego, da recuperação de créditos e da eficiência administrativa. Nesse ambiente, a relação DLSP/PIB mantém-se em trajetória declinante, em que pese o efeito da apreciação cambial sobre as reservas internacionais e a maior apropriação de juros sobre as dívidas atreladas a índices de preços.

34. A perspectiva favorável quanto à manutenção do dinamismo da atividade econômica, aliada à manutenção das metas estabelecidas no processo orçamentário, reforçam, portanto, as perspectivas de continuidade de melhora dos indicadores fiscais, trajetória esperada, igualmente, em relação aos indicadores de sustentabilidade externa que seguem traduzindo a posição externa fortalecida do país.

35. Após cinco anos seguidos de superávits, fato inédito na história econômica do país, o Brasil voltou a registrar déficit em transações correntes em 2008. Esse resultado, influenciado pela redução no saldo comercial e pelo aumento nas remessas líquidas de serviços e rendas, principalmente lucros e dividendos, tem sido financiado com os ingressos líquidos na conta financeira do balanço de pagamentos.

36. Relativamente a esse financiamento, nota-se redução de participação dos instrumentos de dívida externa, em contrapartida à utilização crescente dos investimentos estrangeiros diretos (IED) e em carteira. Os ingressos líquidos de IED, investimento de perfil mais longo, têm se mantido em patamar superior ao das remessas de lucros e dividendos, enquanto em relação ao mercado de capitais, que tem se ampliado e se transformado em importante instrumento de captação de recursos para as empresas, observa-se que o volume de ofertas iniciais de ações nos últimos anos está diretamente associado ao ingresso de recursos de estrangeiros, refletindo a percepção positiva das condições econômicas das empresas brasileiras.

37. O país manteve sua condição de solidez externa nos últimos meses, não obstante a deterioração do cenário internacional. Em agosto ocorreram ingressos líquidos no mercado cambial, revertendo as saídas líquidas observadas nos dois meses anteriores. Em setembro, as estatísticas parciais mantém a trajetória de captações líquidas. O nível das reservas internacionais permanece acima do patamar recorde de US\$200 bilhões, possibilitando a evolução favorável dos indicadores de sustentabilidade externa e a acentuada elevação das receitas de juros. A dívida externa vem mantendo relativa estabilidade em termos absolutos, e reduzindo sua participação relativa no passivo externo de maneira significativa.

38. Neste ambiente, o comportamento dos preços nos últimos meses, bem como as expectativas quanto à sua evolução, evidenciam que a incerteza relativa à trajetória da inflação começa a ser dissipada, ainda que persistam as pressões sobre os preços industriais no atacado e os de serviços. Essa evolução deve ser atribuída, em parte, à ação da política monetária, ainda que seja possível identificar no comportamento recente dos preços fatores pontuais relacionados a movimentos de acomodação de preços internacionais.

39. Nesse sentido, a melhora relativa nas perspectivas relacionadas à evolução dos preços, expressa pelas estimativas de mercado, também resulta, fundamentalmente, das ações de política monetária implementadas. Nos próximos meses, dissipadas as pressões pontuais sobre preços, o comportamento do nível da atividade passa a incorporar importância crescente para a sua dinâmica.

E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o quarto trimestre e para o ano de 2008.

40. A programação dos agregados monetários para o quarto trimestre de 2008 considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, além de ser consistente com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

**Quadro 3. Programação monetária para o ano de 2008<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses <sup>2/</sup>
M1 <sup>3/</sup>	191,6-259,3	7,1
Base restrita <sup>3/</sup>	136,0-184,1	11,4
Base ampliada <sup>4/</sup>	1 672,4-1 963,2	12,4
M4 <sup>4/</sup>	1 867,9-2 527,1	16,6

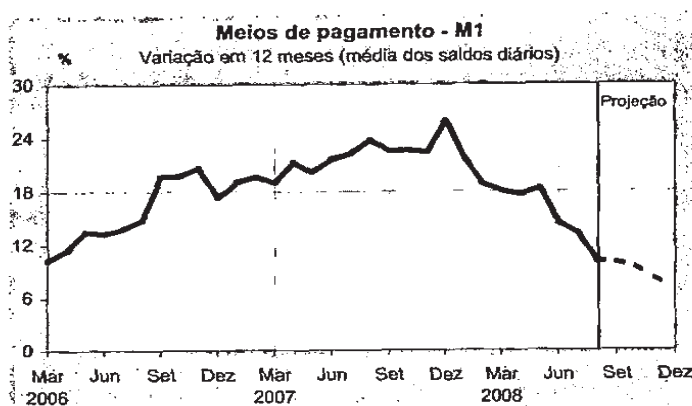
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

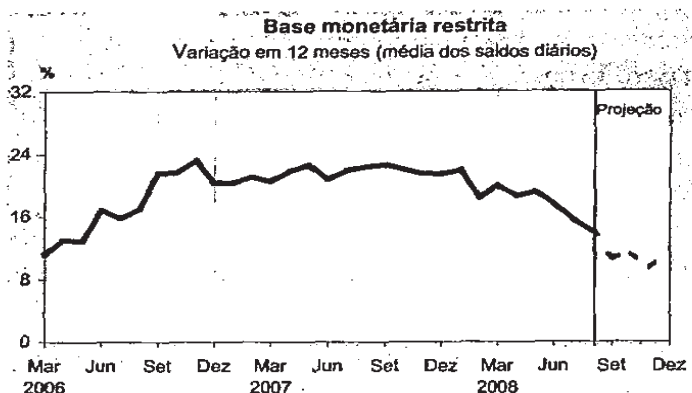
4/ Saldo em fim de período.

41. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes. Considerando-se o crescimento esperado do produto, a trajetória esperada para a taxa Selic e a sazonalidade característica daqueles agregados. Em decorrência, a variação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento foi estimada em 7,1% para dezembro de 2008.

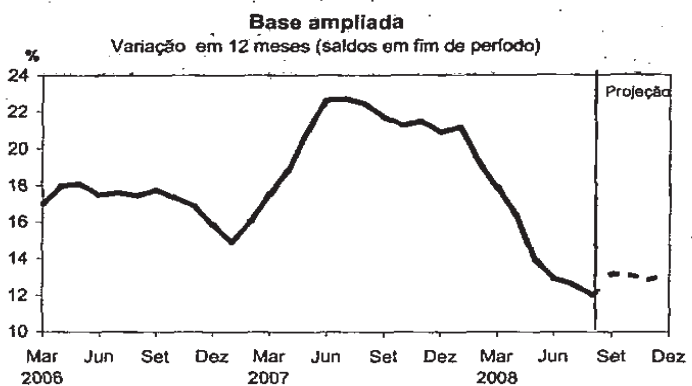


42. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, como variáveis exógenas, além da expansão das operações de crédito do sistema financeiro, a elevação da massa salarial e a antecipação de parcela do décimo terceiro salário concedida a aposentados e pensionistas, bem como as restituições do imposto de renda.

43. Tendo em vista a projeção feita para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por meio circulante e por reservas bancárias, e considerando-se a atual alíquota de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, projeta-se elevação de 11,42% em 12 meses para o saldo médio da base monetária em dezembro de 2008.



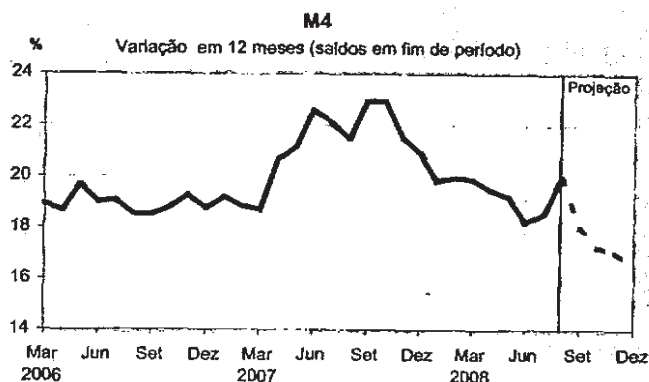
44. As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária



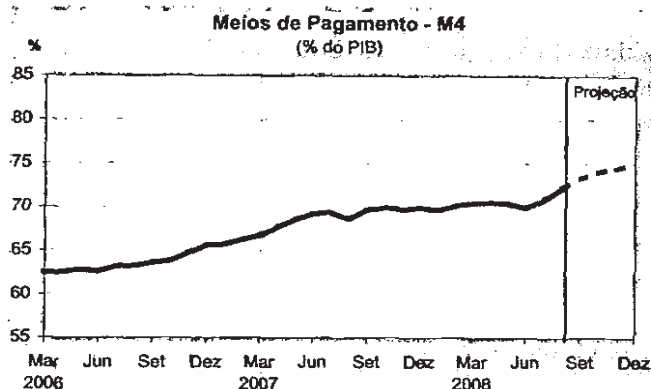


federal. Os resultados indicam variação em 12 meses de 12,4% em dezembro de 2008.

45. Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em 12 meses esperado para o M4 corresponde a 15,5% em dezembro de 2008.



46. A proporção entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo do quarto trimestre de 2008, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis.



Quadro 4. Evolução dos agregados monetários<sup>1/</sup>

Discriminação	2007		2008		2008	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses
M1 <sup>4/</sup>	210,5	25,9	188,0	10,1	225,5	7,1
Base restrita <sup>4/</sup>	143,6	21,4	133,9	14,1	160,0	11,4
Base ampliada <sup>5/</sup>	1 616,6	20,9	1 746,5	12,1	1 817,8	12,4
M4 <sup>5/</sup>	1 884,8	20,9	2 114,7	20,0	2 197,5	16,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldo em fim de período.

47. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre julho/agosto de 2008, bem como

**Quadro 5. Multiplicador monetário<sup>1/</sup>**

Discriminação	2007		2008		Ano <sup>2/</sup>	
	Julho/Agosto					
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita <sup>3/</sup>	1,466	3,7	1,404	-3,4	1,409	-3,9
Res.bancárias / dep.vista <sup>3/</sup>	0,343	-3,1	0,347	-3,1	0,328	-4,4
Papel-moeda / M1 <sup>3/</sup>	0,377	-6,0	0,409	7,1	0,419	11,1
M4 / Base ampliada <sup>4/</sup>	1,166	0,1	1,211	7,1	1,209	3,7

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

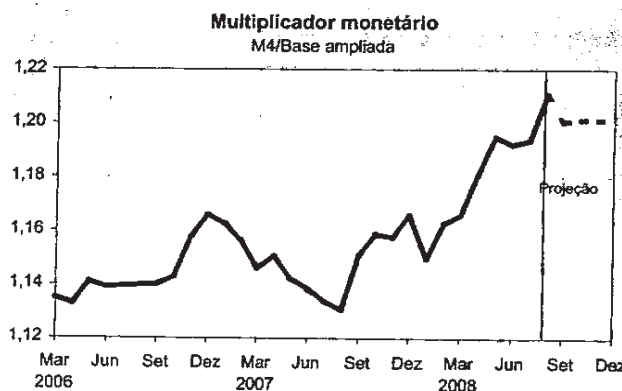
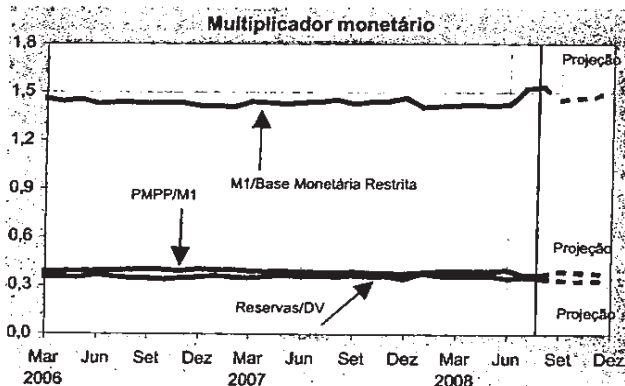
3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

os valores previstos para o quarto trimestre de 2008.

48. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

49. Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não deverão apresentar tendência pronunciada em qualquer direção ao longo do quarto trimestre de 2008.



## Resumo das projeções

**Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no segundo trimestre de 2008<sup>1/</sup>**

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses <sup>2/</sup>	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses <sup>2/</sup>
M1 <sup>3/</sup>	164,0-221,9	18,7	186,3	14,6
Base restrita <sup>3/</sup>	113,3-153,3	17,8	131,1	15,8
Base ampliada <sup>4/</sup>	1 639,8-1 924,9	17,5	1 713,7	12,9
M4 <sup>4/</sup>	1 726,7-2 336,1	17,6	2 042,9	18,2

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

**Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o terceiro trimestre de 2008 e ocorridos no período julho/agosto<sup>1/</sup>**

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses <sup>2/</sup>	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses <sup>2/</sup>
M1 <sup>3/</sup>	176,5-238,8	18,1	188,0	10,1
Base restrita <sup>3/</sup>	123,8-167,4	18,2	133,9	14,1
Base ampliada <sup>4/</sup>	1 672,1-1 962,9	15,7	1 746,5	12,1
M4 <sup>4/</sup>	1 832,0-2 478,5	19,1	2 114,7	20,0

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

**Quadro 3. Programação monetária para o ano de 2008<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses <sup>2/</sup>
M1 <sup>3/</sup>	191,6-259,3	7,1
Base restrita <sup>3/</sup>	136,0-184,1	11,4
Base ampliada <sup>4/</sup>	1 672,4-1 963,2	12,4
M4 <sup>4/</sup>	1 867,9-2 527,1	16,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

**Quadro 4. Evolução dos agregados monetários<sup>1/</sup>**

Discriminação	2007		2008			
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	Julho/Agosto		Ano <sup>2/</sup>	
			R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões <sup>3/</sup>	Var. % em 12 meses
M1 <sup>4/</sup>	210,5	25,9	188,0	10,1	225,5	7,1
Base restrita <sup>4/</sup>	143,6	21,4	133,9	14,1	160,0	11,4
Base ampliada <sup>5/</sup>	1 616,6	20,9	1 746,5	12,1	1 817,8	12,4
M4 <sup>5/</sup>	1 884,8	20,9	2 114,7	20,0	2 197,5	16,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldos em fim de período.

**Quadro 5. Multiplicador monetário<sup>1/</sup>**

Discriminação	2007		2008			
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Julho/Agosto		Ano <sup>2/</sup>	
			Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita <sup>3/</sup>	1,466	3,7	1,404	-3,4	1,409	-3,9
Res.bancárias / dep.vista <sup>3/</sup>	0,343	-3,1	0,347	-3,1	0,328	-4,4
Papel-moeda / M1 <sup>3/</sup>	0,377	-6,0	0,409	7,1	0,419	11,1
M4 / Base ampliada <sup>4/</sup>	1,166	0,1	1,211	7,1	1,209	3,7

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.



## Glossário

**Base monetária:** passivo monetário do Banco Central, também conhecido como emissão primária de moeda. Inclui o total de cédulas e moedas em circulação e os recursos da conta “Reservas Bancárias”. É a principal variável de política monetária, refletindo o resultado líquido de todas as operações ativas e passivas do Banco Central.

**Fatores condicionantes da base monetária:** refere-se às fontes de criação (emissão de moeda pelo Banco Central) ou destruição (recolhimento de moeda pelo Banco Central) de moeda primária (base monetária). Toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em entrega de papel-moeda e/ou crédito em contas de “Reservas Bancárias” significa expansão monetária e é apresentada com sinal positivo. Ao contrário, toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em recebimento e/ou débito em contas de “Reservas Bancárias” significa contração monetária e é apresentada com sinal negativo. Deve-se ressaltar a diferença entre fabricação e emissão de moeda: a fabricação é um processo fabril de cédulas e moedas e a emissão é um processo econômico que resulta em crescimento da oferta monetária, tanto física (cédulas e moedas) quanto escritural (Reservas Bancárias).

**Base monetária ampliada:** conceito amplo de base monetária foi introduzido no Plano Real com o pressuposto de que agregados mais amplos sejam melhor correlacionados com os preços na economia brasileira, visto que mais perfeitamente captam a substitutibilidade entre a moeda, em seu conceito mais restrito, e os demais ativos financeiros. Inclui, além da base restrita, os principais passivos do Banco Central e do Tesouro Nacional (compulsórios e títulos federais).

**Meios de pagamento:** conceito restrito de moeda (M1). Representa o volume de recursos prontamente disponíveis para o pagamento de bens e serviços. Inclui o papel-moeda em poder do público, isto é, as cédulas e moedas metálicas detidas pelos indivíduos e empresas não financeiras e, ainda, os seus depósitos à vista efetivamente movimentáveis por cheques. Com a redução da inflação, a partir da introdução do real, ocorreu forte crescimento dos meios de pagamento no conceito restrito, processo esse conhecido como remonetização, resultante da recuperação da credibilidade da moeda nacional.

**Meios de pagamento ampliados:** inclui moeda legal e quase-moeda, correspondendo aos instrumentos de elevada liquidez, em sentido amplo. O M2 corresponde ao M1 mais as emissões de alta liquidez realizadas primariamente no mercado interno por instituições depositárias – as que realizam multiplicação de crédito. O M3 é composto pelo M2 e as captações internas por intermédio dos fundos de renda fixa e das carteiras de títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). O M4 agrega o M3 e a carteira livre de títulos públicos do setor não financeiro.

**Depósitos compulsórios de instituições financeiras:** refere-se aos valores recolhidos ao Banco Central e/ou mantidos pelas instituições na forma de encaixe para fins de cumprimento das diversas normas prudenciais e de controle monetário, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os recolhimentos “em espécie” correspondem aos valores que foram transferidos das contas “Reservas Bancárias” para outras contas de depósitos no Banco Central e que têm movimentação limitada aos períodos regulamentares, geralmente semanais, mediante demonstrativo de evolução da base de cálculo. Estes recolhimentos podem ser remunerados ou não. Os recolhimentos “em títulos” correspondem aos valores dos títulos públicos federais que foram vinculados no Selic, e que ficaram indisponíveis para negociações enquanto mantida a vinculação. Os recolhimentos “em títulos” são considerados remunerados em função da rentabilidade implícita no valor atualizado do título, não recebendo qualquer remuneração adicional por parte do Banco Central.

Aviso nº 896 – C. Civil.

Brasília, 3 de outubro de 2008

**Assunto:** Programação Monetária.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República destinada à Comissão de Assuntos Econômicos, contendo a Programação Monetária.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com referência à **Mensagem nº 195, de 2008**, que acaba de ser lida, a Presidência comunica ao Plenário que a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência, tendo em vista o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que preceitua: “O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o caput deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento.”

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

#### **MENSAGEM Nº 200, DE 2008**

(Nº 699, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências para solicitar seja atribuído o regime de urgência, de acordo com os termos do § 1º do art. 64 da Constituição, ao Projeto de Lei que tramita no Senado Federal com o nº 27, de 2008 (nº 2.105/07, na Câmara dos Deputados), que “Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai”, enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 706, de 2007.

Brasília, 17 de setembro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 825 – C. Civil.

Brasília, 17 de setembro de 2008

**Assunto:** Urgência na tramitação de projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República na qual

solicita ao Congresso Nacional seja atribuído o regime de urgência ao Projeto de Lei nº 27, de 2008 (nº 2.105/07, na Câmara dos Deputados).

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) –

Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008**, objeto da referida mensagem, chegou nesta Casa em 24 de março do corrente ano e tramitou em regime de urgência constitucional, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal até o dia 1º de julho último, quando foi lida e aprovada a Mensagem nº 460, de 2008, na origem, do Presidente da República, retirando a urgência da matéria.

A Presidência esclarece ainda que, durante o período em que tramitou em regime de urgência constitucional, transcorreu e se esgotou em 1º de abril do corrente ano o prazo único previsto no art. 375, I, do Regimento Interno, para apresentação de emendas ao referido projeto. Naquela oportunidade foram oferecidas 17 emendas à proposição.

Prestados esses esclarecimentos e tendo em vista o recebimento da Mensagem nº 200, de 2008, lida nesta oportunidade, o projeto volta a tramitar, a partir desta data, em regime de urgência constitucional e terá o prazo de tramitação de 45 dias, previsto no art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375 do Regimento Interno, findo o qual, sem apreciação, a matéria passa a sobrestar todas as demais deliberações da Casa até que se ultime sua votação.

A Presidência ratifica o despacho inicial apostado à matéria que, juntamente com as 17 emendas apresentadas, vai simultaneamente ao exame da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Assuntos Econômicos.

Para esclarecimento, a Presidência informa que se trata do projeto dos chamados “sacoleiros”, a transformação dos chamados “sacoleiros” em microempresários.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o Senador Tião Viana, como orador inscrito.

S. Exª dispõe de até 20 minutos.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srªs e Srs. Senadores, eu trago na verdade, nesta oportunidade, os cumprimentos à população do meu Estado pelo processo eleitoral que nós vivemos recentemente, quando tivemos uma expressiva e alvissareira eleição, com resultado extraordinário para o projeto político de que sou membro, intitulado Frente Popular do Acre que, numa coligação partidária, soube

achar os caminhos de identidade com o eleitor brasileiro, com o eleitor do meu Estado, da Amazônia e achar uma resposta nas urnas que refletisse de maneira elevada a autoridade do voto, os valores fundamentais das responsabilidades dos homens públicos para com a democracia na nossa região e os compromissos diretos do dia-a-dia da política: a ação dos gestores, a ação dos representantes legislativos, a convivência na vida institucional e as respostas diante da grande dívida que nos envolve ao longo de décadas pelas desigualdades que são fortes e evidentes ainda na nossa região. O projeto já tem em torno de doze anos de evolução, envolvendo a presença das prefeituras e, no Estado do Acre, nós temos um avanço muito significativo nesse processo eleitoral. É evidente que não somos autores isolados desse processo. O primeiro ator e autor é o cidadão do meu Estado, que é o ator político mais importante para todos nós. Temos a justa e correta consideração com o Presidente Lula, que é o fundador daquele movimento político no nosso Estado e que está numa fase de altíssima credibilidade junto à sociedade brasileira, confirmando a sua trajetória de um dos maiores estadistas da história republicana. O Presidente Lula está com mais de 80% de aprovação popular no meu Estado e é reconhecidamente muito solidário aos desafios de redução das desigualdades regionais.

O Programa de Aceleração do Crescimento é uma demonstração evidente da presença inusitada do Governo Federal nas regiões mais isoladas deste País. Só na integração rodoviária do meu Estado, há uma obra de mais de R\$800 milhões, sem contar com as obras de infra-estrutura nas áreas de saneamento, na área de suporte industrial para o Estado, na área de oportunidades para geração de emprego e renda, além das áreas sociais como saúde, educação e segurança.

O Presidente Lula traz uma contribuição marcante do Governo Federal, em um País de princípios federativos, em que a relação unidade federada e União se dá de maneira harmoniosa e muito oportuna para todos nós. O Governador Binho Marques encontra uma enorme oportunidade de dar um passo decisivo nos indicadores de qualidade de vida em meu Estado. Chegaremos a 2010 com mais de 70% de saneamento básico para atendimento integral da população e com mais de 90% de atendimento de água de boa qualidade para a população do meu Estado.

Isso traduz a presença de uma parceria entre o Governo do Estado e o Governo do Presidente Lula. Os prefeitos, de forma muito tenaz e muito sensível, buscaram essas oportunidades que o Programa de Aceleração do Crescimento está ofertando: as parcerias com os municípios, com os Estados e com a União. Os resultados foram muitos satisfatórios; para nós, da Frente Popular, resultou numa eleição com mais de 76% dos eleitores

acreditando em nosso projeto político e homenageando-o. Isso tem um significado muito auspicioso para nós, traz uma esperança muito grande em nossa responsabilidade de manter renovado o nosso projeto político, em nos tornarmos cada vez mais humildes no contato com a população, para sermos detentores dessa oportunidade de prestarmos um grande serviço comunitário por meio da política pública e da representação.

Resultado semelhante e favorável também ocorreu nos Estados amazônicos vizinhos, tivemos as cidades com expressiva votação de um projeto vinculado ao Governo Federal nos dias de hoje. Os partidos de oposição também se mostraram vivos na nossa região, mostraram-se presentes com as suas convicções. As suas diretrizes partidárias são merecedoras do respeito.

É hora da continuidade de um projeto de amadurecimento político no Estado que envolve base de sustentação do Governo e Oposição, para que tenhamos o interesse público sempre em primeiro lugar como um referencial da credibilidade que deve nos unir nesse momento político.

Entendo que o processo eleitoral transcorreu, de modo geral, de maneira normal, salvo uma expressiva observação que fica para quem acompanha uma campanha política hoje, o dia-a-dia de uma eleição, da distância que tem o Poder Legislativo brasileiro do ordenamento jurídico sobre o processo eleitoral, ou seja, na nossa ausência de decisão legislativa mais específica, mais direta, transferimos para o Poder Judiciário, mediante as instâncias eleitorais da justiça brasileira, a interpretação e a decisão de normas jurídicas, o que traz algumas dificuldades para nós. Por exemplo, o Brasil vive, graças a Deus, uma interpretação de que o processo eleitoral é uma luta, é uma festa democrática. A autoridade do voto é muito importante, ela deve expressar o reconhecimento do eleitor à democracia como um símbolo civilizatório para nós que somos de um país democrático, que deve ter uma tradição constitucional.

Mas o processo eleitoral, às vezes, ainda tem heranças autoritárias, inconvenientes, que não se permite sequer um movimento festivo de bandeiras num processo eleitoral. E isso não saiu do Poder Legislativo; saiu da Justiça Eleitoral brasileira como se essa atitude fosse um atentado à democracia, quando nada mais é do que a presença do eleitor clamando pela sua opinião, querendo sensibilizar seus companheiros de vida em comunidade, para que entendam o significado das propostas políticas.

Então, a criminalização do processo político, a criminalização do processo eleitoral não fazem bem a democracia. Está equivocado todo aquele agente que aplica a norma institucional, entendendo a eleição

como um processo de criminalização da atividade dos agentes públicos.

Sr. Presidente, creio que os problemas foram muito pequenos, o resultado é extraordinariamente a favor da consolidação e do amadurecimento da democracia. No meu Estado estamos em festa e continuaremos em festa durante alguns dias comemorando essa bela evolução do amadurecimento político virtuoso da sociedade. Temos muito respeito pelos adversários. Entendemos que a unidade política deve nos chamar para as boas causas do dia após a eleição e ela vai se expressar no Orçamento Geral da União, na busca de recursos e credibilidade para os gestores eleitos ontem durante o processo eleitoral.

Entendo que o Brasil vive uma excepcional fase da sua democracia, tem a oportunidade de recompor a imagem de seus políticos perante a sociedade. É preciso que o agente público procure mais diálogo com a imprensa, procure demonstrar as suas atitudes de maneira mais positiva junto à imprensa brasileira para que o resultado seja o fortalecimento, de novo, do Poder Legislativo. Hoje ele vive uma fase de danos de imagem perante as dificuldades de interpretação das ações de homens públicos e o poder fiscalizador da sociedade.

A sociedade usa no mundo globalizado um observatório muito mais intenso e permanente, se torna muito mais exigente em relação ao homem público e nós eleitos, nós que temos a representação política outorgada pelo ordenamento jurídico e pela autoridade do voto temos o dever de fazer crescer a imagem de credibilidade do Poder Legislativo.

Então, saio dessa eleição entendendo as responsabilidades. Hoje já estou me colocando à disposição de todos os municípios do meu Estado para que as políticas públicas sejam as mais positivas e a resposta às necessidades do eleitor sejam as mais positivas e que nós tenhamos esse amadurecimento democrático cada vez mais próximo de todos os municípios brasileiros.

Mais de 5.600 municípios tomaram a decisão pautados na soberania e na autoridade do voto. São milhões de destinos entregues à democracia, ao Poder Legislativo, ao Poder Executivo representado. Foram eleitos de maneira muito expressiva também nas cidades do meu Estado os Vereadores vinculados ao Projeto da Frente Popular. Entendo que o caminho está aberto para um diálogo melhor entre os agentes políticos e entre os Partidos políticos. Que as vaidades das vitórias não levem à contaminação da boa relação institucional que deve nos unir.

Então, após essa eleição, cumprimento, de maneira muito sincera, muito positiva e muito alegre, os Prefeitos eleitos que lutaram, de forma grandiosa, para a credibilidade junto ao eleitor; os projetos políticos maduros como o do meu Estado – da Frente Popular – que, mais

uma vez, repito, reuniu a vitória em mais de 76% dos eleitores daquela região. Que nós sejamos capazes de corresponder às expectativas, aos desafios e à redução das desigualdades. Parabéns ao Presidente Lula pelo que ele representa hoje de boa referência à grande política no Brasil, para o controle da economia, para a vida institucional do País. Que sejamos suficientemente humildes para entender as responsabilidades renovadas em todos nós nesse processo político eleitoral.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Tião Viana, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo exemplo que nos dá nesta Casa e também pela história de setenta e poucos por cento dos Municípios cujos Prefeitos foram eleitos dentro de uma política objetiva de um padrão único. Gostaria de estar presente a sua festa, para comer um carneirinho cheio, se Deus quiser.

Obrigado.

Tem a palavra o Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, a força de um partido é a sua própria representação política. Ela pode ser medida, em boa parte, pelo número de Vereadores e Prefeitos que possui.

O PMDB, como todos sabem, foi o campeão de voto no primeiro turno destas eleições. Foram mais de 1.200 Prefeitos eleitos. Em 2004, Sr. Presidente, nosso Partido elegeu 1.054. Esse grande número de prefeituras é o capital político do Partido, junto com a força de suas Bancadas na Câmara e no Senado e de seus 7 Governadores.

O PSDB ficou em segundo lugar, com 784 Prefeitos; em terceiro, o Partido Progressista, com 548 Prefeitos eleitos; o PT, Sr. Presidente, conquistou 547 prefeituras, e o Democratas, 496.

E mais, Sr. Presidente, o PMDB quadruplicou o número de prefeituras nos colégios eleitorais com mais de 200 mil eleitores.

Nosso Partido é também o que mais terá candidatos no segundo turno das capitais: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Florianópolis. E reelegeu dois Prefeitos em primeiro turno: Goiânia, Iris Rezende, ex-Governador, ex-Senador, querido amigo, e, em Campo Grande, Nelsinho Trad.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as eleições municipais foram tão importantes para o PMDB.



Esses resultados se devem, em grande parte, ao trabalho da direção do Partido. Aproveito o ensejo para cumprimentar a todos, na pessoa de nosso presidente, Deputado Michel Temer.

O PMDB demonstrou que tem capilaridade, uma militância organizada, com participação nos movimentos sociais, nos sindicatos, na juventude, nas mulheres. Possuímos uma tradição municipalista de fortalecimento das prefeituras, que perderam muito da autonomia conquistada em 1988 com a Constituição Federal. Vamos, Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, ajudar a reconstruí-la.

Neste dia, quando o mundo político costuma se debruçar na análise das eleições municipais e em suas repercussões para o futuro, o nosso Partido está em festa. Confirmamos, mais uma vez, nossa hegemonia nacional.

Como se verá a seguir, neste pronunciamento, o PMDB é a cara do povo brasileiro. E, ainda, Sr. Presidente, são do PMDB as credenciais para ditar os rumos das grandes decisões nacionais. Os resultados eleitorais mostram que nosso Partido é um grande patrimônio da sociedade brasileira, que tem o dever de responder às suas expectativas. Esse PMDB, que saiu vitorioso das urnas, como a maior força capilar da estrutura partidária do País, será ainda mais forte se continuar unido, respeitando as suas tradições, e se atualizar também, Sr. Presidente.

A realidade de hoje exige nova visão histórica para trabalhar na direção de um projeto nacional afinado com os interesses populares. O País quer mais reformas, emprego, saúde, educação, segurança pública, habitação e lazer. Estamos caminhando, sem dúvida nenhuma, nessa direção. E o PMDB tem sua parcela de responsabilidade nesse período, ao integrar a coalizão de Governo do Presidente Lula. Para evoluir e avançar, precisamos moldar o ideário, as doutrinas e o estatuto do Partido cada vez mais a essas necessidades.

Outro desejo da sociedade, das instituições e dos homens de bem é uma ampla e profunda reforma político-partidária. Como Líder e como Presidente do Senado Federal, participei de dezenas de reuniões com Senadores e Deputados Federais, para encontrar meios de fazer a reforma andar.

Não é fácil. Todos nós sabemos. Alguns obstáculos foram colocados aqui hoje, inclusive, desta tribuna. Desde já, eu quero aproveitar também a oportunidade e faço um apelo às Lideranças, aos Presidentes Garibaldi Alves Filho e Arlindo Chinaglia para que retomemos imediatamente a votação da reforma política e também da reforma tributária ainda neste semestre.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os resultados das últimas eleições me oferecem todos os motivos para

ser otimista com o futuro do PMDB. Nesse contexto, as eleições municipais ganham enorme relevância.

Basta rememorar: foi dos nossos quadros que saiu a mudança que restabeleceu as eleições para Prefeito das capitais. Quase já não se lembra mais da Emenda Mauro Benevides, de autoria do colega Senador Mauro Benevides, ex-Presidente desta Casa, no Governo José Sarney.

O desempenho do PMDB no Nordeste vem evoluindo a cada pleito. Hoje, o Partido está mais capilarizado, embora tenha avançado nos grandes centros urbanos também. Cada vez mais, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, chegamos perto das nossas bases, de nossa verdadeira representação.

As relações do PMDB com o PT no Nordeste e em todo o País se tornaram menos conflituosas. Não há dúvida de que o principal aliado petista nesta eleição foi o PMDB, seguido pelo PSB, PDT e PCdoB, entre outras legendas. Agora, onde houver segundo turno, o PMDB novamente estará presente em coligações e apoios informais em todo o País. O poder de influência e a amplitude do Partido provocam situações tão inusitadas quanto impressionantes.

Com exceção do atual Chefe do País, todos os Presidentes da República eleitos a partir de 1985 tiveram histórico de filiação ao PMDB: Tancredo Neves, José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

O PMDB de Alagoas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi um dos que mais saíram fortalecidos desta eleição. Nosso Estado, modesto no tamanho, mas gigante em sua expressão, tem o eleitorado de mais de 1,8 milhão de pessoas. E o PMDB alagoano está organizado em praticamente todos os diretórios municipais do Estado. É a maior legenda e não pára de crescer.

Nas últimas eleições municipais de 2004, obteve o maior número de votos, além de ter feito o maior número de prefeitos. Nessas eleições, teve 19 candidatos à reeleição. Alguns, Sr. Presidente, como Luciano Barbosa e Renan Filho, foram verdadeiros fenômenos eleitorais. O Prefeito Luciano Barbosa é o campeão de votos no País. Obteve mais de 91% dos votos em Arapiraca, o segundo colégio eleitoral do Estado, numa gestão modelo para Alagoas e para o País. E o Prefeito Renan Filho alcançou 70% da preferência do eleitorado de Murici. Eles simbolizam a permanente reoxigenação de nossos quadros e são, Sr. Presidente Romeu Tuma, exemplos de dinâmica e eficiência na máquina administrativa.

Outro quadro que surpreende é o Vice-Governador do Estado de Alagoas e médico cardiologista renomado José Wanderley. Sua sensibilidade social está estampada nas duas frentes em que trabalha – seja com o bisturi ou com a caneta na mão.

Também os filhos ilustres de nossa terra, mesmo integrando outras legendas em outros Estados da Federação, estão ajudando a projetar a imagem positiva de Alagoas pelo País. É o caso, Senador Romeu Tuma, dos Deputados Renildo Calheiros e Aldo Rebelo.

Renildo é o novo Prefeito de Olinda com quase 57% dos votos. Olinda é um importante pólo turístico do Nordeste e uma bela cidade de Pernambuco. A vitória foi animadora para o Partido, como eu dizia, em diversos Municípios alagoanos.

O PMDB do nosso Estado é um dos partidos que obtiveram maior número de Prefeituras. E das 102 cidades de Alagoas, Sr. Presidente, perdemos, com os partidos coligados, em apenas 16.

Fiz questão de ir pessoalmente, durante esta campanha, a mais de 80 eventos eleitorais em diferentes Municípios, e alcançamos a vitória em quase 86% dessas cidades.

Nos 10 maiores Municípios, ganhamos em oito.

Vencemos em Arapiraca, em União dos Palmares, Delmiro Gouveia, Porto Calvo, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, Coruripe, São Miguel dos Campos, Teotônio Vilela, em Marechal Deodoro – a primeira capital do Estado, onde se elegeu o Deputado Federal, integrante da nossa Bancada, Deputado Cristiano Mateus, dentre outros, Sr. Presidente. Elegemos também Prefeitos em Campo Alegre, Porto Real do Colégio, Major Isidoro, Batalha, Olho d'Água das Flores, e por aí vai.

Ao Prefeito reeleito de Maceió, Cícero Almeida, nossos votos de boa sorte em sua segunda gestão. Maceió, independentemente da questão partidária, contará sempre com o meu apoio, com o meu trabalho e com a minha mais absoluta dedicação.

Aos que disputaram com o Prefeito Cícero Almeida, como Solange Jurema e Judson Cabral, meu abraço sinceramente solidário. Trabalhamos duro para que nosso partido e os partidos coligados continuem evoluindo em Alagoas.

Percorri, Sr. Presidente – e já encerro – centenas de quilômetros durante a campanha para levar a mensagem do PMDB e dos partidos coligados ao povo alagoano. Sinal deste nosso empenho é o que se pode ver hoje no nosso Estado. Os programas sociais do Governo Federal estão por toda parte, levando emprego, renda e prosperidade a um povo humilde e sofrido. Basta citar o Bolsa-Família, Sr. Presidente Romeu Tuma, que eu tive a honra e a satisfação de relatar aqui, no Senado Federal, e o PAC, que levou Alagoas a ser um dos Estados do Brasil proporcionalmente mais beneficiados com verbas federais.

Isso é o que eu, modestamente, e a bancada federal, composta por mim e por mais quatro Deputa-

dos Federais – quatro em nove Deputados Federais – podemos oferecer ao nosso povo.

A você, alagoano e alagoana, vai aqui todo o nosso agradecimento. Foi você, que está nos assistindo e ouvindo neste momento, que deu ao PMDB e aos partidos coligados tamanha força, essa grande expressão. Em resposta a essa demonstração de carinho, vamos intensificar nossa luta aqui, em Brasília, para levar, cada vez mais, desenvolvimento, emprego e justiça social a todos – a todos, sem exceção –, inclusive a quem não votou no PMDB e nos partidos coligados. Todos vão continuar recebendo – não tenham dúvida nenhuma – a mesma consideração e respeito que merecem.

Era, Sr. Presidente, por hoje, o registro que gostaria de fazer.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Eu queria cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelas vitórias descritas e principalmente seu filho. Que ele tenha sucesso e as bênçãos de Deus.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Concedo a palavra ao nosso querido Senador Mário Couto, de Belém, como Líder da Minoria.

V. Ex<sup>a</sup> teve paciência e não recorreu da decisão da Mesa por ter feito o anúncio anteriormente ao pedido de V. Ex<sup>a</sup>, e eu lhe agradeço.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Quem preside a Mesa nesta tarde é uma pessoa sábia, com longa experiência em Parlamento, que merece todo o nosso respeito. Por isso, não tínhamos necessidade alguma de intervir no processo regimental.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, depois das eleições, estamos de volta. Também quero fazer hoje algumas considerações sobre eleição. Vou abordar o tema e vou voltar àquilo que me propus neste mês de outubro: a defesa dos direitos dos aposentados. Falei aqui que jamais deixaria de tratar desse assunto, Sr. Presidente, sem ter a convicção de que o Presidente Lula iria resolver esse problema. Não abrirei mão do meu direito constitucional de usar esta tribuna e de fazer meus apelos em favor daqueles que mais precisam neste País. E vou lutar até o fim, até que haja uma palavra final do Presidente da Câmara e do Presidente Lula.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ouvi todos os Senadores que me antecederam, mas uma fala me chamou muito a atenção: a fala do Senador Alvaro Dias.

Aqui, quero falar como vitorioso, Senador Tuma. No meu Estado do Pará, com certeza, o PSDB e os aliados fizeram um grande número de Prefeitos, não tenho dúvida de que em mais de 50% das Prefeituras

– se somarmos nossos aliados e nossos companheiros, companheiros leais, chegaremos a mais de 50%, bem diferente do Partido da Governadora do Estado. Esperava-se que, com o Presidente em alta, com 80% de popularidade, a Governadora pudesse deixar na história do Pará uma marca considerável de Prefeitos eleitos, mas não foi assim. O PT perdeu a eleição na capital paraense, já está fora. O PT perdeu a eleição no segundo maior reduto do Pará, em Ananindeua, já está fora. Nos 143 Municípios do Estado, Sr. Presidente, o PT elegeu apenas 27 Prefeitos.

Não estou aqui para reclamar, ao contrário: estou aqui para festejar. Quero festejar, apesar, Sr. Presidente, de o nosso Partido ter sofrido uma derrota contundente na eleição de Governo. Nosso candidato era o melhor da história do Estado, o Governador Almir Gabriel, conhecido por todos aqui, conhecido no Brasil inteiro como um dos grandes Governadores deste País, e perdemos a eleição exatamente para a atual Governadora. Foi uma derrota jamais esperada – dava-se como certa sua eleição – e que deu a responsabilidade à atual Governadora de fazer mais do que fez Almir Gabriel. Esperemos que ela ainda tenha tempo para fazer isso, porque, até agora, não se viu absolutamente nada, e acho que por isso o povo do Pará não elegeu os Prefeitos do PT.

Mas, Presidente, o que me chamou a atenção na fala do Senador Alvaro Dias foi exatamente a referência ao processo eleitoral deste País. Sr. Presidente, o resumo hoje é o seguinte: com aquela reforma pequena que fizemos, de tirar espetáculos do palco, de tirar **outdoors** das ruas, contribuímos para uma significativa melhora, mas isso não é o suficiente para se dizer que houve justiça nas eleições municipais deste ano. Estamos longe ainda, Sr. Presidente, de poder dizer que se fez justiça nas eleições deste País.

Em resumo, Sr. Presidente, o que quero afirmar nesta tribuna, sem medo de errar – absolutamente sem medo de errar –, é que, por todos os lugares em que caminhei, por tudo o que vi de perto, inclusive por aquilo que tive condição de filmar e de fotografar – no meu Estado, são 143 Municípios, um distante do outro, e, às vezes, levam-se três dias para ir de um a outro; para V. Ex<sup>a</sup> ter uma idéia, de Santa Cruz do Arari, no Marajó, a Santana do Araguaia, na fronteira, é distância que se levam dias para percorrer –, o que manda ainda nas eleições deste País, em resumo, é o poder financeiro. É o poder financeiro que manda ainda neste País! Pode haver um excelente candidato, culto e capaz, que tenha as melhores intenções e que vá, sim, trazer benefícios à sociedade, mas, se ele não tiver poder aquisitivo e se seu adversário o tiver, ele perde a eleição neste País. Quero que me provem o contrário,

quero que me digam que estou errado! Quero descer desta tribuna, dizendo que estou errado. Quem dera eu estivesse errado! Oxalá eu estivesse errado!

Vi, por exemplo, Sr. Presidente – vou tecer mais detalhes sobre o pronunciamento do Senador Alvaro Dias –, um Prefeito candidato à reeleição. Vou dizer o nome dele, da prefeitura de Novo Progresso, no oeste do Pará. O cidadão assinou um convênio de alguns milhões de reais. Esse negócio de convênio é uma vergonha, Sr. Presidente! O cidadão coloca data atrasada, antes da proibição, isso é uma vergonha! Infelizmente, neste País, não há fiscalização, senão, depois de uma eleição como essa que passou, as cadeias estariam lotadas de políticos safados e sem-vergonha! As cadeias ficariam lotadas, Sr. Presidente!

Não foram 100 ou 200, mas foram milhares aqueles que rasgaram as leis eleitorais deste País. O cidadão assina convênio para aplicação de asfalto na sua cidade. Ele joga aquilo que se chama “enganação”, uma água qualquer de asfalto. Presta conta como se tivesse asfaltado. Está lá o asfalto, a água do asfalto; o resto do dinheiro ele guarda para aplicar na eleição. Isso é comum neste País. Estou citando um exemplo, mas são milhares, milhares e milhares de acontecimentos como esse que estou citando. É preciso, Sr. Presidente, que se tenha coragem de vir aqui dizer isso.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – É preciso vir aqui e ter coragem de dizer isso!

Por que ainda não se discutiu a reforma política, Sr. Presidente? Há coisas neste País que não entendendo, como a situação dos aposentados! Este País tem todas as condições de reajustar a condição dos aposentados, de fazer a reforma tributária, a reforma política. Parece que querem deixar as coisas erradas acontecerem neste País.

Reeleição, Sr. Presidente, é uma vergonha! O cidadão, no poder, participar de reeleição é uma vergonha! Ele massacra os candidatos que estão concorrendo com ele. É um massacre!

O Senador Alvaro Dias diz que o péssimo não se elege. Ora não se elege! O burro é que não se elege, mas o péssimo ainda se reelege. Vi Prefeito com 64% de rejeição se reeleger bem! Isso é uma vergonha! Reelection neste País é uma vergonha!

Quando isso vai acabar? Já demos um passinho significativo em relação ao que era, mas ainda temos muito a fazer, ainda devemos muito à nossa Nação. Nós, Sr. Presidente, somos responsáveis por isso. Temos de chamar todos a essa responsabilidade, Sr. Presidente.



Eu me senti humilhado, eu me senti envergonhado em ver a lama, em ver a antidemocracia no meu Estado.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Mandaram esfaquear, esfolar os candidatos! Houve pressão violenta no meu Estado, coisas terríveis! Batemos o recorde de violência nessas eleições. As eleições estavam acontecendo, e as pessoas estavam morrendo, candidatos estavam sendo mortos. É a pressão, é a força, é o poder, é a grana mandando ainda nas eleições deste País!

Ô Presidente Lula, V. Ex<sup>a</sup>, que está com popularidade de 80%, mande essa reforma política imediatamente para cá! Mande-a para cá, Presidente! Mande-a logo, mande-a amanhã! Acabe com isso na próxima eleição, acabe com essa vergonha pela qual este País passa a cada eleição, Senhor Presidente!

Coitados dos juízes, coitada da Polícia, coitado do Ministério Público! Será que eles têm estrutura para fiscalizar uma eleição num País deste, Senhor Presidente? No meu Estado, com as distâncias existentes entre um Município e outro, há um juiz e um assessor, um único membro do Ministério Público – apenas um! – para fiscalizar um Município de 160 mil habitantes! Esse foi o caso de Redenção, no sul do Pará.

Que condição temos de fiscalizar uma eleição? Temos de dar mais estrutura. O País tem condições, hoje, de fazer isso, Presidente Lula! Mande essa reforma política para cá! Precisamos, com urgência, mudar o sistema eleitoral deste País, que é uma vergonha! Vamos fazer uma eleição mais justa neste País!

Aqui, não está falando nenhum Senador que perdeu a eleição. Ao contrário, meu Partido se saiu muito bem no meu Estado, mas não posso ficar calado diante daquilo que vi, daquilo que presenciei, daquilo que observei, da necessidade que temos de fazer justiça em cada eleição que se passa, de fazer o eleitor votar com mais consciência. Estamos muito longe disso.

Brasileiras e brasileiros, reflitam comigo, olhem para mim: quantos dos nossos irmãos se deixaram vender neste País? Sei que muitos o fizeram por necessidade, mas não podemos deixar mais acontecer isso neste País.

Presidente Lula, mande para cá a reforma política!

Amanhã, vou começar, Presidente, minha maratona para resolver o problema dos aposentados. Vai ser dura, vai ser dura, mas, neste semestre, vamos resolver isso, Presidente! Os aposentados podem ficar tranquilos.

Muito obrigado pelo seu carinho e pela sua paciência.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Estaremos juntos nessa jornada, Senador Mário Couto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Mário Couto, hoje, veio ao meu lado uma senhora. Eu falei: “A senhora não quer mudar de assento, porque está no meio. Aqui, há outro vazio, e eu vou para lá”. Ela disse: “Não, na etapa de Brasília a Belém, vou pegar um lugar melhor”. Falei: “Está tudo bem?”. Ela falou: “Vou visitar minha filha, porque estou muito preocupada com a segurança. Gostaria que o senhor estivesse por lá”. Mas estamos aqui, e o senhor tem falado muito aqui.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Já falei muito disso aqui. V. Ex<sup>a</sup> é testemunha de que meu Estado precisa de socorro.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, por 20 minutos.

Senador Heráclito, V. Ex<sup>a</sup> deixou para depois, não é? Também está inscrito.

**O SR. MARCO MACIEL** (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Romeu Tuma, Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Mário Couto, Líder da Minoria, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho, hoje, registrar a passagem do 20º aniversário da promulgação da Constituição de 1988.

Gostaria de salientar, inicialmente, que a Constituição, fato pouco percebido pela sociedade brasileira, brotou de um pacto prévio, de um acordo político articulado consensualmente, intitulado Compromisso com a Nação, que foi, eu não tenho dúvida em afirmar, o mais importante pacto de nossa história republicana. Esse entendimento ensejou duas consequências: a eleição, através do Colégio Eleitoral, da chapa de Tancredo Neves e José Sarney, de forma pacífica, a passagem do regime autoritário para o chamado Estado democrático de direito.

Lembraria, Sr. Presidente, que o pensador austríaco Friedrich Hayek, no seu livro **A Constituição da Liberdade**, concebeu, no século passado, dois paradigmas para classificar as constituições contemporâneas: as que estabelecem “normas de conduta” e as que fixam “normas de organização”.

Compartem, de modo geral, ao que os juristas chamam de “constituições sintéticas” e “constituições regulamentares”, ou constituições analíticas.

Entre as primeiras está a Carta Imperial de março de 1824, outorgada pelo Imperador Pedro I. Essa



Constituição foi produto de prévio projeto, do qual fez parte, como seu principal membro, o Marquês de Caramelas, grande jurista, que permitiu com que todo o período imperial tivéssemos uma só Carta. Não fora a Proclamação da República em 1889, a Constituição de 25 de março de 1824 teria continuado em vigor.

Depois da Carta Imperial de 1824, que era sintética, de poucos dispositivos, tivemos a primeira Constituição Republicana, de 24 de fevereiro de 1891, também brotada de projeto preliminar. Para esse fim, o Presidente provisório, Deodoro da Fonseca, constituiu uma comissão de cinco membros, a chamada Comissão de Petrópolis, que se reunia na cidade serrana fluminense, no mês de dezembro, época de muito calor no Rio de Janeiro. Petrópolis permitia ao grupo desfrutar de clima mais agradável e concluir seu trabalho.

Uma vez encerrado, o projeto foi encaminhado a Deodoro da Fonseca, que, por decreto, designou Rui Barbosa para fazer a revisão final, já que o jurista baiano dominava feitura de textos constitucionais e era um grande legislador.

A Constituição de 1891 tem semelhança com a Constituição de 1824: é, também, sintética. Numa constituição sintética, geralmente se define claramente o que é constitucional e o que não é constitucional.

Na Constituição do Império, transcreve-se, **ipsis litteris**, em seu artigo 178, texto do livro de Benjamin Constant de Rebecque, **Curso de Direito Constitucional**, editado em 1815:

“É só constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos e aos direitos políticos individuais dos cidadãos. Tudo que não é constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas pelas legislaturas ordinárias”.

Sr. Presidente, como eu dizia, da Constituição de 1891, a primeira Carta republicana, se vertebraram não somente a República, mas também a Federação, o presidencialismo e o sistema bicameral. No Estado era unitário, não havia Federação e o papel desenvolvido pelo Senado era outro, que vigorou até a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas teve atuação saliente, pois foi reputada como uma das revoluções renovadoras, inovadoras. Empossado como Presidente provisório, Getúlio Vargas designou uma comissão para elaborar um código eleitoral e, também, criar a Justiça Eleitoral, que não havia no Brasil. Não são todos os países que possuem uma Corte Judiciária só para assuntos eleitorais, como é o caso do Brasil. Então, o Código de 1932 foi um avanço, sob esse aspecto, não somente por criar a Justiça Eleitoral, mas por fazer uma nova lei eleitoral, que assegurou o voto à mulher. Fomos dos

primeiros a dar o voto à mulher. É lógico que, no pleito seguinte, se elegeu apenas uma mulher e, posteriormente, não houve representação feminina, a não ser com a Constituição liberal de 1946.

Sr. Presidente, volto ao raciocínio que fazia para dizer que não podemos classificar a Constituição de 1988 como uma Constituição que estabelece normas de organização.

Foi uma constituição analítica, o que se constata facilmente pelo número elevado de dispositivos, não somente constantes do texto permanente, como também das disposições constitucionais e transitórias. É talvez o texto mais constitucional de todas as constituições que o Brasil já conheceu.

E isso traz como decorrência, Sr. Presidente, a necessidade de regulamentar. Uma publicação do Ministério da Justiça editada após a Constituição de 88 chegou a listar 269 dispositivos pendentes de regulamentação. Essa publicação está esgotada, mas tenho um exemplar, e mostra portanto quanto ainda há para se fazer.

Sr. Presidente, feitas essas ressalvas, gostaria de dizer que a Constituição de 1988, que Ulysses Guimarães denominou de Constituição Cidadã, foi a que atendeu às demandas da sociedade sobretudo porque ela se converteu na mais moderna e mais ampla Carta de direitos individuais e coletivos e o mais completo conjunto de direitos sociais que o País conheceu. Os capítulos dos Direitos Políticos e dos Partidos Políticos, por sua vez, constituem inovação a merecer encômios, pois só de maneira indireta os textos constitucionais anteriores tratavam da matéria. Essa conquista representou uma mudança em nosso Direito Constitucional legislado.

Abro um parêntese, Sr. Presidente, para lembrar que o Brasil nisso não foi o pioneiro, porque a Constituição de Weimar, de 1919, a constituição alemã, também teve o cuidado de reconhecer esses direitos políticos, inclusive dos partidos políticos, como também avançou muito no campo dos chamados direitos sociais.

Diria, também, Sr. Presidente, que o Título IV, relativo à Organização dos Poderes, é denso e o mais completo no que diz respeito ao Poder Legislativo, cujas competências foram substancialmente ampliadas. Ressalve-se o alusivo às medidas provisórias que ampliam a nossa insegurança jurídica por não observarem frequentemente os pressupostos de urgência e relevância.

Com relação ao Poder Judiciário e a especificação das ações essenciais da Justiça, a nossa Constituição também é inovadora ao discriminar as funções do Ministério Público, da Advocacia-Geral da União e da Defensoria Pública. E já que falei no Ministério Público da União e de acordo com leitura que faço do art. 127 da Constituição, poderíamos dizer que o Ministério Público

passou a ser um quarto poder. Se na Constituição do Império tivemos o Poder Moderador, que era exercido pelo Imperador, na Constituição de 1988, temos um quarto poder que talvez seja o Ministério Público. E quem compulsa o art. 127, aliás, bastante longo, facilmente concluirá que não temos mais aquela clássica tripartição de poderes, cujo primeiro formulador foi Montesquieu, mas, sim, um sistema que é mais do que tripartição, é uma quadripartição de poderes.

Mas, Sr. Presidente, também se trabalhou muito a discriminação de rendas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Foi um esforço da Constituição no sentido de fortalecer a Federação.

A Federação, se bem que seja uma instituição muito antiga no Brasil (data da Proclamação da República), foi sempre uma aspiração da sociedade brasileira. Mesmo no tempo do Império, muitos que eram monarquistas, como Joaquim Nabuco, defenderam a Federação, ou seja, uma monarquia federativa. Rui Barbosa, que, antes de ser republicano, era sobretudo um defensor da Federação, só se converteu em republicano depois que viu que no modelo imperial, não era possível criar a Federação. A Federação no Brasil ainda sofre de muita debilidade. Em que pesem os avanços da Constituição de 1988, ainda há uma enorme concentração de poderes e de recursos na mão da União, em detrimento dos Estados e sobretudo dos Municípios, principalmente no momento em que se reconheceu que os Municípios devem ser considerados também entes federativos.

Também devo lembrar que a ordem econômica consagrou – e volto à Constituição de 1988 – princípios vitais: a função social da propriedade, as garantias de livre concorrência, a defesa do consumidor e do meio ambiente e o tratamento fiscal simplificado para médias, pequenas e microempresas.

A tutela dos direitos sociais, anote-se, está devidamente resguardada, inclusive pelo princípio de proteção das minorias, como crianças e adolescentes, idosos e índios, e pelo estabelecimento da igualdade étnica. A ampla cobertura da Previdência Social é, indubitavelmente, um dos maiores programas de proteção social e distribuição de renda de todo o mundo.

Todavia, Sr. Presidente, se podemos registrar como extremamente positiva a Constituição de 1988, não podemos deixar de registrar que ela é uma obra ainda não concluída. Precisamos regulamentar muitos de seus dispositivos e também avançar no sentido de fortalecer as instituições que melhorem o nível de governabilidade do País. Para isso, é fundamental fazermos a reforma política, a grande aspiração, acredito, da sociedade brasileira que, infelizmente, ainda não realizamos como acho ser dever do Congresso Na-

cional. De modo especial, esse é um dever daqueles que reconhecem que a não-realização das chamadas reformas políticas pode redundar num momento de insegurança jurídica que ainda existe, infelizmente, no Brasil e que retarda, conseqüentemente, a melhoria dos níveis de governabilidade em nossa Pátria.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo tempo que V. Ex<sup>a</sup> me dispôs.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela lembrança, não só por isso, mas pelo trabalho brilhante que vem desenvolvendo à frente da Comissão de Justiça, perseguindo toda essa regulamentação e todos esses fatos que V. Ex<sup>a</sup> relata depois de 20 anos. V. Ex<sup>a</sup>, dentro do aspecto interpretação da Constituição, de toda a história, é o mais brilhante Senador nesta Casa.

**O SR. MARCO MACIEL** (DEM – PE) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pediria que V. Ex<sup>a</sup> presidisse os trabalhos por cinco minutos, para eu falar sobre a eleição – cinco minutos só.

Sou eu, e depois V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito.

*O Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma. A seguir, concederei a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marco Maciel, meu querido amigo Heráclito Fortes, é uma alegria vê-los aqui hoje, depois de uma passagem difícil nesse período eleitoral. V. Ex<sup>a</sup>, eu o via sempre aqui presente. De vez em quando fazia uma fuga para ajudar algum companheiro de seu partido, mas retornava para discutir os assuntos importantes que o País precisa sejam debatidos por este Senado.

Gostaria, preliminarmente, Sr. Presidente, de prestar uma homenagem a Washington Olivetto. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> acompanhou de perto a propaganda que, gratuitamente, ele preparou para o TSE. Aquelas inserções tentando mostrar ao cidadão, ao eleitor, a importância de escolher bem o seu candidato, para não sofrer por quatro anos. Então, ele pôs aquela abelha no ouvido do cidadão, por quatro anos, mostrando como é que ele sofria, como se angustiava por não ter votado bem. Um outro que sapateava até na frente do guarda, para saber se estava embriagado ou não por força da lei seca. E vários outros projetos de televisão, pelos quais ele conseguiu passar para o cidadão a certeza

de que, se não votasse bem, não escolhesse bem, teria quatro anos de sofrimento e angústia.

A eleição passou. Foi ontem. Alguns Senadores já ocuparam a tribuna para falar sobre os seus partidos e sobre as vitórias que cada agremiação conseguiu em determinadas regiões do País.

Eu queria me referir – e o faço com um pouco de tristeza, Presidente – às centenas de prisões que foram efetuadas pela Segurança Pública para o bom desenvolvimento do pleito, por desrespeito à lei eleitoral. Então, estamos num caminho em que o cidadão... E acho que a tolerância tem que ser zero para com o desrespeito à lei eleitoral, para que seja cumprida por inteiro, porque, senão, há uma demonstração de que, se eleitos, aqueles que, infelizmente, descumprem a legislação eleitoral, não terão uma conduta correta na administração municipal nem nas câmaras de vereadores.

E há os denunciados na Justiça também. Eu ouvi a análise que fez o Senador Alvaro Dias, falando sobre os bons, os médios e os ruins que iriam para casa. Foi contestado aqui, dizendo que tem muita gente ruim ainda é eleita. Realmente, há muita gente que não tem a dignidade para o exercício da função parlamentar, que é a representatividade de uma coletividade que o colocou no plenário de uma casa legislativa. Nós tivemos prefeitos e vereadores que, sem dúvida nenhuma, Senador Heráclito, terão que cumprir corretamente os desejos do cidadão que vive nas cidades. Isso porque nós não moramos em outro lugar a não ser no Município. Dos administradores municipais depende o nosso futuro, a nossa vida e a vida das nossas famílias.

Eu queria também aqui deixar um abraço para a Senadora Heloisa Helena, nossa companheira de Senado, que não conseguiu vitória na sua candidatura à Presidência, mas se elegeu vereadora em Alagoas, na sua cidade, a Capital, como a mais votada. Isso trouxe de volta a lembrança e a saudade que eu e muitos Senadores aqui também sentem da sua presença, da sua coragem e da sua vocação de bem servir à população.

Um abraço, Heloisa Helena, e sucesso na sua missão!

Eu queria também prestar uma homenagem ao Ministro Carlos Augusto Ayres de Britto, Presidente do TSE, que, com brilhantismo e senso de oportunidade, colocou para população a importância das eleições, sempre intervindo, quando necessário, para que nenhum fato desagradável pudesse ocorrer. Como exemplo disso, vimos o caso do Rio de Janeiro, onde algumas forças criminosas tentavam dominar algumas regiões para impedir que Parlamentares pudessem desenvolver licitamente a sua campanha eleitoral. E o Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, com a ordem do Presidente Lula, enviou tropas ao Rio

de Janeiro, onde foram realizadas algumas ações para que se impusesse respeito com a presença da farda. E os candidatos lá puderam desenvolver suas campanhas e os eleitores puderam votar com tranquilidade naqueles por eles escolhidos.

O Presidente Lula também, como membro do PT, participou de vários atos políticos em vários Estados. O que dá idéia de que politicamente os partidos funcionaram.

Alguna coisa me entristece; são coligações que às vezes se fazem da chapa para o candidato a prefeito e se joga com um número só, só o número do candidato a prefeito. E os candidatos do partido de coligação, Senador Heráclito Fortes, não tiveram oportunidade de citar o número do partido e não fizeram legenda.

Então, acho que temos de estudar essa situação: se o candidato é de uma coligação, o cidadão pode votar em qualquer uma das legendas que são indicadas para o apoio do prefeito. Se votar para prefeito no número x, ou y, ou z, que seja da coligação, sem dúvida alguma ele terá o voto ao seu favor. Assim, os vereadores não perderão os votos de legenda, que, infelizmente, trazem uma diferenciação muito grande. Alguns Partidos fazem 600 mil ou 700 mil votos, enquanto outros fazem 9 mil. O que dá uma diferença muito grande para aqueles candidatos que chegam à beira da eleição e a legenda não pode ajudá-los.

A eleição realmente valeu, todos nós temos uma experiência. Não posso trazer os resultados de São Paulo, porque ainda não foram promulgados, não foram praticamente inseridos na imprensa. Mas terei o compromisso de anunciar quantos prefeitos cada Partido fez em cada Município do Estado de São Paulo – e são mais de 600.

Quero cumprimentar todos aqueles que estiveram, às vezes debaixo de chuva à espera – em alguns casos em pequenas filas, embora tenha sido bem organizada a eleição – para poder votar, não usando do artifício de justificar para poder viajar. Esses merecem os nossos aplausos e, sem dúvida, o nosso respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – A Mesa agradece a V. Ex<sup>a</sup> a manifestação que acaba de produzir e concede a palavra, como orador inscrito, ao nobre Senador Heráclito Fortes.

V. Ex<sup>a</sup> disporá de vinte minutos para a sua exposição, podendo ser prorrogado o prazo se necessário for.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa segunda-feira de ressaca eleitoral trouxe a essa tribuna quase sempre



– e V. Ex<sup>a</sup> é exceção – Senadores que vieram falar da performance dos seus partidos nos seus Estados.

É evidente que esse é o grande tema de hoje. Mas, Senador Marco Maciel, por dever de justiça, antes de se falar do pleito em si, devíamos prestar uma homenagem à Justiça Eleitoral do Brasil, aos Tribunais regionais e ao Tribunal Superior Eleitoral.

Temos hoje, sem dúvida nenhuma, o sistema eleitoral mais moderno, mais rápido e mais seguro do mundo. E é algo de que todos nós devíamos ter orgulho. A gente acompanha no noticiário internacional problemas envolvendo a lisura de pleito, a apuração de pleito, em vários países do mundo. Temos aquele caso clássico da eleição envolvendo Bush e Al Gore, que ainda hoje está engasgado na garganta dos americanos. O Brasil tem estado sempre livre de problemas dessa natureza, e temos cada dia mais aperfeiçoado esse sistema.

Hoje não temos mais no Brasil, creio eu, nenhum Município em que não se tenha concluído a apuração. Ontem, no meu Estado, por volta das 10 horas da noite, já se comemorava ou já se lamentava o resultado do pleito.

Quero falar um pouco sobre as eleições transcorridas no Piauí, a começar pela extraordinária vitória do Prefeito de Teresina, candidato à reeleição, Sílvio Mendes, que obteve, Senador Marco Maciel, mais de 70% dos votos. A sensação que tínhamos, percorrendo as ruas da cidade, era a de que Sílvio Mendes não disputava uma eleição, mas, sim, era homenageado por toda uma cidade. Era praticamente voz unânime o merecimento da sua recondução.

Nós fizemos parte da aliança de apoio ao Prefeito e vimos a leveza do candidato, a maneira como ele participou do debate, enfrentando tentativas infrutíferas de massacrá-lo, fazendo um verdadeiro corredor polônês, com agressões, com perguntas descabidas, e nos impressionava a maneira como delas ele sempre se saiu.

O Prefeito Sílvio Mendes elege uma bancada majoritariamente favorável à sua administração, tenho certeza. Houve uma renovação, em Teresina, de mais de 60%, o que é um fato novo, mas altamente positivo. Nesse particular, tive a alegria, a felicidade de ver um grande amigo, que foi meu Assessor na Prefeitura de Teresina e que me acompanha com solidariedade e lealdade por todos esses anos, eleger-se Vereador pela legenda do nosso Partido, o Democratas.

No interior do Piauí, com 224 Municípios, tivemos surpresas; outras que não foram surpresas. Houve, acima de tudo, a prática do exercício democrático.

O que me surpreendeu muito, Senador Marco Maciel, foi, em alguns Municípios, o uso desavergonhado da máquina pública pela base do Governo. Há casos escandalosos, como em Oeiras, União e Uruçuí, onde

os candidatos apontados pelas pesquisas com ampla margem de vitória, nos últimos dias, foram surpreendidos por uma verdadeira enxurrada de obras, promessas, estradas, pontes, casas, inclusive com a participação pessoal do próprio Governador. Em outros Municípios, a onda não atingiu os Prefeitos, mas andou bem perto. É o caso de Piripiri, onde o Prefeito eleito, Luiz Menezes, tem uma ampla liderança; de José de Freitas; de São João do Piauí – é bom citar esse caso.

Mas gostaria de não fulanizar, porque acho que a Justiça Eleitoral do Piauí, seguindo a tendência de toda a Justiça Eleitoral brasileira, está no dever e na obrigação de averiguar denúncias: se verdadeiras, de apurá-las; se casos concretos, de punir ou, pelo menos, esclarecer à opinião pública a realidade do que aconteceu naqueles Municípios.

O que quero, na realidade, nesta tarde, é me congratular com alguns Prefeitos. Estou aqui com uma relação, que não é completa, mas quero me congratular, por exemplo, com o Dr. Fonsêca, Prefeito de Altos, que se reelege para mais quatro anos, o que é um fato muito positivo, uma vez que Altos está a 38km de Teresina e é hoje, praticamente, uma cidade dormitório. Quero me congratular com o Prefeito Manin Rego, de Barras, que disputou uma campanha acirrada, de informações e contra-informações, e se saiu vitorioso também em uma reeleição. Com o Prefeito Alcindo, de Bom Jesus, que enfrentou pressões de toda natureza, mas que também se reelege; com o novo Prefeito de Campo Largo do Piauí, Charles Fortes, que se elege com maioria absoluta; com esse bravo Prefeito reeleito, de Campo Maior, Joãozinho Félix, que enfrentou uma despuddorada máquina do Governo tentando eleger o seu adversário. Quero me congratular com o Prefeito, reeleito, de Canto do Buriti, Dr. Nilmar, que consegue uma vitória marcante; com outra grande figura, amigo, pessoa na qual deposito grande esperança no futuro, que é o Prefeito eleito de Capitão de Campos, do nosso Partido, Moisés Barbosa. Quero abraçar o Prefeito Agapito, de Capitão Gervásio Oliveira, região próxima a São João do Piauí, Presidente Marco Maciel, onde a Vale do Rio Doce faz exploração de minérios. É uma região de grande futuro para o Estado do Piauí e para o Brasil. Nas suas imediações, passará a Ferrovia Transnordestina, que será o escoadouro das riquezas do nosso Estado para o Porto de Suape, no seu Estado, Pernambuco, para daí atingir os grandes mercados do mundo.

Quero abraçar o Prefeito Wilmar Cardoso, de Castelo do Piauí, que enfrentou também uma campanha fantástica da base do Governo e que sai vitorioso, substituindo outra figura extraordinária, o Prefeito José Maia; o Prefeito de Cocal, nosso correligionário Fernandim; Lúcia Moura, de Colônia do Piauí; Cido, de Dirceu Arcoverde;



Inocência, de Dom Inocência. Essa é uma cidade que é referência no Piauí pelo fato de o Padre Lira Parente – e sabe bem V. Ex<sup>a</sup> que o Padre Lira Parente foi Ministro da Educação – ter conseguido, há mais de vinte anos, erradicar o analfabetismo naquele Município.

Uma das figuras jovens que desponta é o Prefeito eleito, de Isaías Coelho, Everardo, que enfrentou uma estrutura de Governo municipal e que sai vitorioso. Cito também a reeleição de Raimundo Maia, em Itainópolis. Quero me congratular com Verônica Avelino, que sai vitoriosa, derrotando o atual Prefeito do Município de Itaueira. Em Jaicós, é vitorioso Ozanam – médico, já foi Prefeito e agora retorna ao cargo; em Jardim do Mulato, Dr. Pacceli, que se elege, derrotando o esquema atual; em Joca Marques, Edilberto Marques. Joca Marques é uma cidade, Sr. Presidente, vizinha a Luzilândia. E aí veja V. Ex<sup>a</sup> o que é liderança: ele se elegeu em Joca Marques, e sua filha Janaína reelege-se em Luzilândia, onde faz uma extraordinária administração. Ela é jovem, com trinta e poucos anos. Há um detalhe curioso: primeiro, ela foi Prefeita de Joca Marques por oito anos; agora, é Prefeita reeleita de Luzilândia. Portanto, concluirá dezesseis anos de administração municipal em dois Municípios.

De José de Freitas já falei, mas faço questão de registrar a vitória do ex-Deputado Robert Freitas, que enfrentou uma máquina impiedosa. Em Lagoa Alegre, foi eleita Gesimar, pelo nosso Partido, o Democratas. Em Matias Olímpio, foi uma surpresa a eleição do Fogoió, de cuja coligação nosso Partido participa. Em Milton Brandão, Evangelista Resende retorna. Em Monsenhor Gil, houve uma vitória extraordinária com a reeleição do Zé Noronha, uma figura doce e suave que realiza uma extraordinária administração naquele Município. Outra vitória que registro com muita alegria é a do Té Filho, em Nazaré do Piauí, onde estive na véspera da eleição, tendo chegado lá no final do dia e participando de rápida carreata.

Em Nova Santa Rita, elege-se Régis Barroso, filho do ex-Prefeito Quinca Barroso, que faleceu no exercício do cargo. Agora, ele assume a Prefeitura, colocando-se novamente no comando daquele Município, o que é uma tradição iniciada pelo seu pai.

Em Pajeú do Piauí, venceu a figura extraordinária do Chico Preto, para quem mando, da tribuna do Senado da República, meu abraço.

Piripiri é outro caso de uso da máquina administrativa, de desmandos. Foi uma coisa terrível! Mas ali sai vitorioso, mais uma vez, o Prefeito Luiz Menezes. Luiz Menezes já foi Prefeito duas ou três vezes e retorna aquele Município.

Outra eleição que me deixou muito feliz foi a do Doutor, em Ribeira do Piauí, Município novo, progressista; bem como a de Santa Cruz do Piauí, com a elei-

ção do Jurandir Martins; bem como a de São Francisco de Assis do Piauí, com a eleição de Heitor Gomes, e a de São João da Varjota, com a eleição de Nonato Barbosa, candidato único.

Em São João do Piauí, Senador Marco Maciel, houve uma disputa também acirrada. Na última hora, montou-se uma verdadeira estrutura para derrubar esse jovem e extraordinário Prefeito que repôs a postura administrativa no seu Município.

Em São José do Peixe, houve a reeleição da Iracema Neves; e, em São Miguel do Tapuio, a eleição do Dedezinho, que substitui o Lincoln, extraordinário Prefeito daquele Município.

Em Sigefredo Pacheco, numa homenagem ao ex-Senador do Piauí, elegeu-se Guido Leite, irmão do Deputado Juraci Leite. A eleição de Valença do Piauí também foi disputadíssima, elegendo-se – como sabe V. Ex<sup>a</sup>, é a terra de nascimento do Senador Petrônio Portela – o Dr. Alcântara, que se reelege pela quarta vez Prefeito daquele Município. É uma figura extraordinária! É dedicado, carismático.

Por último, na lista de hoje, está o Prefeito de Vera Mendes, que é o José Maia. É uma liderança regional, já foi Prefeito de Cidadenópolis, e o seu filho, Mainha, é o primeiro suplente de Deputado Federal da Bancada do DEM.

Sr. Presidente, queria fazer esse registro. Amanhã, vou continuar falando sobre os eleitos, mas vou falar também sobre os derrotados, porque acho que, num momento como este, a derrota deixa ferida, deixa cicatrizes, mas todas elas curáveis. O importante é a participação nesse fantástico processo, que é o fortalecimento da democracia. Sabemos que há casos de derrotas promovidas pelo uso indevido da máquina. São verdadeiros crimes eleitorais cometidos. Mas vamos aguardar uma manifestação da Justiça, desde que haja denúncia fundamentada sobre o caso.

Não é momento de acirramento de ânimo nem tampouco de buscar culpados ou de se fazer caixa bucha. Mas é preciso que esse registro seja feito, porque temos de aperfeiçoar esse sistema. Nosso método de apuração é o mais perfeito do mundo, mas é preciso que haja o aperfeiçoamento do sistema eleitoral, envolvendo o período de campanha, do registro dos candidatos às pesquisas.

No Piauí, Sr. Presidente, houve um verdadeiro festival de pesquisas erradas, de pesquisas fajutas, de pesquisas em que os institutos erraram. Errar é humano, mas houve uma indústria da pesquisa. Hoje, no Piauí, há uma indústria da pesquisa. São vários os institutos. Há institutos que são arapucas e outros que são muito sérios. Tenho um conceito altamente positivo, por exemplo, do Instituto Piauiense de Opinião Pública

(Ipop), no qual confio muito, mas que cometeu erros graves. Por exemplo, no Município de Oeiras, uma pesquisa feita foi fundamental para a reversão do resultado. Não quero crer que tenha sido algo marcado pela maldade ou pela má-fé, mas esses fatos acontecem e provocam danos irreparáveis.

Não tiro o mérito dos vitoriosos. Muito pelo contrário, penso que todos participaram do pleito mostrando suas convicções. Mas é preciso que se dê um basta nos excessos que são cometidos, principalmente no uso da máquina pública, comprometendo nosso erário.

V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, homem que a vida inteira se dedicou ao aperfeiçoamento do sistema eleitoral brasileiro, tem de se debruçar agora, com os demais companheiros do Senado e da Câmara, na busca de mecanismos que diminuam os abusos que são cometidos. Aliás, pensava eu que, com a chegada do PT ao poder, automaticamente esses abusos seriam eliminados, tanto pela convicção quanto pelo que pregavam quando eram da Oposição. Qual nada! O que estamos vendo agora são abusos inaceitáveis. Jamais alguém poderia imaginar ser possível praticá-los.

Enfim, faço este registro muito carinhoso para todos, mas abraço os vitoriosos e os derrotados pela participação nesse pleito.

Volto a repetir: quero me congratular, mais uma vez, com a Justiça Eleitoral Brasileira, por ter hoje, sob seu comando, o processo eleitoral mais rápido e mais seguro do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Nobre Senador Heráclito Fortes, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que acaba de proferir e destacar, no referido pronunciamento, o reconhecimento do papel da Justiça Eleitoral.

O Brasil hoje detém, sem lugar a dúvida, um dos mais modernos processos de aferição de voto. Os votos são computados pelos modernos recursos da tecnologia da informação, concorrendo para evitar fraudes e, conseqüentemente, estabelecer o que se chama, em Direito Eleitoral, a verdade eleitoral.

Foi um grande avanço para o País, sobretudo se consideramos não somente a nossa extensão territorial, mas também a extensão demográfica da Nação, que abriga mais de 130 milhões de eleitores. Poucos países têm eleitorado tão numeroso. Somos o segundo colégio eleitoral no mundo ocidental. Vale destacar que, no Brasil, o voto é obrigatório e, nos Estados Unidos, o maior colégio eleitoral do mundo ocidental, com 300 milhões de habitantes, o voto é facultativo.

Muitas vezes, nas eleições que lá se realizam, ocorre que o comparecimento não excede a 38%, 40%

dos eleitores. Como nos Estados Unidos vão ocorrer, logo no início de novembro, eleições presidenciais e também para Senado e Câmara dos Representantes, é possível que o comparecimento seja um pouco maior, já que o debate se feriu de maneira muito intensa, agravado pelo fato de aquele país e o mundo, de forma mais geral, viverem uma grande crise econômica.

Não tenho dúvida de que o Brasil pode orgulhar-se de ter, como V. Ex<sup>a</sup> mencionou, avançado, e muito, nesse sentido de apuração dos votos, redução da fraude, conseqüentemente criando de forma indireta um estímulo à participação na vida pública.

Sou a favor do voto obrigatório, porque entendo que, numa sociedade como a nossa, onde convivemos com muitas desigualdades sociais, acho que o voto obrigatório é a oportunidade de exercício da cidadania. Sendo obrigado a comparecer, o cidadão faz sua opção, examina os candidatos e reflete sobre a natureza do voto.

O voto obrigatório concorre para que o candidato se habilite, visitando não somente as suas comunidades e participando de eventos e debates, o que faz com que a democracia seja aprimorada.

Felicitó V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que proferiu, enaltecendo os vitoriosos, com o destaque daqueles que não obtiveram eleição, mas concorreram para o aperfeiçoamento democrático brasileiro, contribuíram para que continuemos a avançar no sentido de praticar uma democracia sem adjetivos. Devemos, então, tratar de aprimorá-la, fazer com que melhoremos a governabilidade, aperfeiçoemos as instituições brasileiras e criemos condições para avançarmos nesse campo tão sensível da convivência humana, que é a prática de uma verdadeira democracia. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem, grande amigo que era do Presidente Ulysses Guimarães, a democracia é sobretudo cidadania.

Estamos celebrando mais uma eleição municipal e também os 20 anos da Constituição de 1988. Tanto as eleições municipais quanto a Constituição de 1988, ambas concorreram para melhorar a prática democrática e, por decorrência e por conseqüente, a prática da cidadania.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Eu gostaria apenas, Presidente, antes de V. Ex<sup>a</sup> encerrar, de dizer que concordo plenamente com V. Ex<sup>a</sup> com relação à defesa do voto obrigatório. Nós somos um país de muitos direitos e de poucos deveres. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que o voto obrigatório é um caminho, um meio de aproximação do homem à cidadania.

Mas sabe, Presidente Marco Maciel, eu tenho a impressão de que, se amanhã se transformar o voto em voto voluntário, nós vamos ter um percentual tão grande de eleitores como temos atualmente, porque o brasi-

leiro é apaixonado por eleições. Eu nunca vi um povo vibrar, integrar-se tanto com o processo eleitoral como o brasileiro. Dizia-se que, com a proibição dos grandes conjuntos, dos grandes cantores nos comícios, o povo abandonaria as praças públicas nesses eventos. Qual nada! Eu agora vi, por exemplo, no Município de Oeiras, no comício de encerramento da candidata Aleksandra, que foi derrotada, uma das maiores concentrações, uma caminhada e uma concentração espetacular impressionante. Eu vi, em Piripiri, uma carreata que não imaginava poder acontecer em meu Estado.

De forma que o que existe mesmo no brasileiro é o desejo de participação no processo da escolha do seu governante, da escolha do seu Vereador e da participação no processo democrático. Eu não sei, Senador Marco Maciel, se isso ainda é produto da ausência de liberdade que tivemos durante um período, e que a democratização e a Constituinte, que V. Ex<sup>a</sup> bem citou, serviu para trazer o povo à discussão de grandes temas, mas a verdade é que temos uma participação fantástica de brasileiros de várias idades, até mesmo dos idosos. E o que mais me impressiona são as criancinhas dançando nas ruas com a música do candidato da sua preferência, virando as costas para a música do candidato adversário. É uma participação comovente, fantástica! Vi isso agora no meu Estado de maneira muito positiva.

Acho que temos de continuar trabalhando pelo fortalecimento da democracia, principalmente no momento em que vemos países vizinhos quererem, de maneira absurda, se afastar desse processo.

De forma que acho que V. Ex<sup>a</sup> lembrou bem: estamos comemorando os 20 anos da nossa Constituição, que não foi uma Constituição perfeita, mas foi a possível. E graças a ela estamos vivendo o período de democracia contínuo maior com que este País pôde conviver.

Faço esse registro e fico muito feliz de ter recebido esse reforço pedagógico no meu modesto pronunciamento.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Devo acrescentar que, na verdade, V. Ex<sup>a</sup> constatou que o brasileiro participa do ato político, que é muito importante. Ele participa porque acredita no País também. Penso que, em que pesem esses problemas, somos um País que pode ter como o Hino Nacional diz: “Um sonho intenso, um raio vívido...”

Há no Brasil esse sonho intenso de sermos uma Nação não somente democrática, mas justa e, sobretudo, desenvolvida, e que atenda às demandas da sociedade no sentido da construção de um processo de

desenvolvimento que seja capaz de assegurar a todos a plena participação no processo político.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – O brasileiro não só participa como gosta. Vou dar a V. Ex<sup>a</sup> um exemplo que não é político: tivemos no ano passado aquele movimento para tornar o Cristo Redentor uma das maravilhas do mundo. Foram do Brasil inteiro inúmeros telefonemas para que o Cristo Redentor alcançasse o número de votos suficientes, e ele foi imbatível!

Agora, recomeça o mesmo processo no sentido de fazer de Fernando de Noronha uma das maravilhas da natureza. Eu não tenho dúvida de que a participação do brasileiro e seu amor por nossa terra fará com que Fernando de Noronha conste, para orgulho de todos nós, desse cenário restrito e destacado das maravilhas do mundo.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Agradeço ao nobre Senador Heráclito Fortes e, como pernambucano, agradeço também pelo apoio à inclusão de Fernando de Noronha entre as maravilhas do mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– A Presidência recebeu o **Ofício nº 539/08**, de 27 de agosto último, do Excelentíssimo Sr. Juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, encaminhando manifestação sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2004.

O expediente, juntado ao processado da referida matéria, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 194, de 2008** (nº 719/2008, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do § 4º do art. 74 da Lei nº 11.514, de 2007, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

A matéria vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal e, em cópia, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 57, de 2008** (nº 1406/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.185/2008, proferido nos autos do processo nº TC 013.309/2006-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, sobre Embargos de Declaração opostos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RPO	MOD	U	FTE	VALOR
<b>1344 GESTAO DA POLITICA AQUICOLA E PESQUEIRA</b>									<b>19.070.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
20 125	1344 2C02	MONITORAMENTO DA ATIVIDADE AQUICOLA E PESQUEIRA NACIONAL							2.400.000
20 125	1344 2C02 0001	MONITORAMENTO DA ATIVIDADE AQUICOLA E PESQUEIRA NACIONAL - NACIONAL							2.400.000
			F	3	2	90	0	100	2.400.000
20 122	1344 6104	ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA E PESCA							3.150.000
20 122	1344 6104 0001	ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA E PESCA - NACIONAL							3.150.000
			F	3	2	90	0	100	3.150.000
20 363	1344 8006	APOIO A UNIDADES DE ENSINO EM AQUICULTURA E PESCA							1.120.000
20 363	1344 8006 0001	APOIO A UNIDADES DE ENSINO EM AQUICULTURA E PESCA - NACIONAL							1.120.000
			F	3	2	90	0	100	3.150.000
			F	4	2	90	0	100	320.000
			F	4	2	90	0	100	800.000
20 128	1344 8008	CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS EM AQUICULTURA E PESCA							5.650.000
20 128	1344 8008 0001	CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS EM AQUICULTURA E PESCA - NACIONAL							5.650.000
			F	3	2	90	0	100	5.650.000
20 602	1344 8888	APOIO A ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO PESQUEIRA							3.000.000
20 602	1344 8888 0001	APOIO A ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO PESQUEIRA - NACIONAL							3.000.000
			F	3	2	90	0	100	3.000.000
20 602	1344 8889	APOIO A EXTENSAO AQUICOLA							3.750.000
20 602	1344 8889 0001	APOIO A EXTENSAO AQUICOLA - NACIONAL							3.750.000
			F	3	2	90	0	100	3.750.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>19.070.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>19.070.000</b>



# LEGISLAÇÃO CITADA

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

**Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**§ 1º** São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

**§ 2º** A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**Art. 167.** São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º;~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem assim o disposto no § 4.º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)~~

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

---

#### **LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008.**

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

---

#### **LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.**

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

---

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

---

#### **LEI Nº 11.514, DE 13 DE AGOSTO DE 2007.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências.

Art. 61. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 64 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no **caput** deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2008.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento de despesas com:

I - pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:

a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;

b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;

c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; e

d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;

II - serviço da dívida; ou

III - sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º Os prazos estabelecidos no **caput** deste artigo não se aplicam quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos



cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º O texto da Lei Orçamentária de 2008 somente poderá autorizar remanejamentos na programação a que se refere o art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 8º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 10. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2008, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 10, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional.

§ 11. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2007, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2008 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo; e

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2007 por fonte de recursos.

§ 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 13. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 14. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no **caput** deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 15. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo, pareceres de caráter opinativo do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 16. Excetuam-se do disposto no § 15 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União.

---



**DECRETO Nº 6.439, DE 22 DE ABRIL DE 2008.**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2008 e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, **caput**, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos arts. 73, 74 e 123 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007,

**DECRETA:**

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de natureza de despesa:

a) "1 - Pessoal e Encargos Sociais";

b) "2 - Juros e Encargos da Dívida"; e

c) "6 - Amortização da Dívida";

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto;

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo IV da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, não constantes do Anexo VI deste Decreto.

§ 2º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo.

---

**PROJETO DE LEI Nº 52, DE 2008-CN**

Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de Companhias Docas, crédito especial no valor total de R\$ 49.743.680,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008) crédito especial no valor total de R\$ 49.743.680,00 (quarenta e nove milhões, setecentos e quarenta e três mil e seiscentos e oitenta reais), em favor de Companhias Docas, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de repasses do Tesouro Nacional, a título de participação da União no capital social das respectivas Companhias Docas, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo I a esta Lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III a esta Lei, em conformidade com o disposto no art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		49.743.680
	TOTAL - GERAL	49.743.680
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		49.743.680
	TOTAL - GERAL	49.743.680
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
26 TRANSPORTE		49.743.680
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		49.743.680
	TOTAL - GERAL	49.743.680
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE		17.749.500
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE		10.422.722
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL		5.413.920
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL		16.017.504
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE		140.034
	TOTAL - GERAL	49.743.680
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		49.743.680
	TOTAL - GERAL	49.743.680
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		47.266.180
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		12.940.034
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		12.940.034
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.326.146
6.2.1.0.00.00 TESOURO		34.326.146
6.2.1.1.00.00 DIRETO		9.842.118
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		24.484.028
TOTAL DA RECEITA	47.266.180 RECEITAS CORRENTES 12.940.034 RECEITAS DE CAPITAL	34.326.146

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 49.743.680		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		49.743.680
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		49.743.680
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE		17.749.500
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE		10.422.722
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL		5.413.920
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL		16.017.504
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE		140.034
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
20205 COMPANHIA DOCAS DO CEARA - CDC		472.000
20206 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA		6.742
20207 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA		16.017.504
20208 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP		140.034
20210 COMPANHIA DOCAS DO PARA - CDP		17.749.500
20211 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ		10.415.980
20212 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN		4.941.920
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		49.743.680
TOTAL		49.743.680
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		47.266.180
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		12.940.034
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		12.940.034
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.326.146
6.2.1.0.00.00 TESOURO		34.326.146
6.2.1.1.00.00 DIRETO		9.842.118
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		24.484.028
TOTAL DA RECEITA	47.266.180 RECEITAS CORRENTES 12.940.034 RECEITAS DE CAPITAL	34.326.146

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20205 - COMPANHIA DOCAS DO CEARA - CDC

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 472.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		472.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		472.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL		472.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		472.000
TOTAL		472.000

<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>			
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		472.000
6.2.0.0.00.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		472.000
6.2.1.0.00.00	TESOURO		472.000
6.2.1.1.00.00	DIRETO		472.000
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>472.000 RECEITAS CORRENTES</b>	<b>0 RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>472.000</b>

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20205 - COMPANHIA DO CAS DO CEARA - CDC

ANEXO I	CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL									472.000
		PROJETOS							
26 784	1459 1K87	IMPLEMENTACAO DO PLANO DE CONTINGENCIA DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DE INFLUENZA							472.000
26 784	1459 1K87 0023	IMPLEMENTACAO DO PLANO DE CONTINGENCIA DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DO CEARA							472.000
		PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	472.000
TOTAL - INVESTIMENTO									472.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20206 - COMPANHIA DO CAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA

ANEXO I	CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.742**

<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES</b>		
<b>26 TRANSPORTE</b>		<b>6.742</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES</b>		
<b>784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO</b>		<b>6.742</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS</b>		
<b>1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE</b>		<b>6.742</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>		
<b>495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO</b>		<b>6.742</b>
<b>TOTAL</b>		<b>6.742</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>		
<b>6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO</b>		<b>6.742</b>
<b>6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>6.742</b>
<b>6.2.1.0.00.00 TESOURO</b>		<b>6.742</b>
<b>6.2.1.1.00.00 DIRETO</b>		<b>6.742</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>6.742 RECEITAS CORRENTES</b>	<b>0 RECEITAS DE CAPITAL</b>
		<b>6.742</b>

**ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA**  
**UNIDADE : 20206 - COMPANHIA DO CAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA**

ANEXO I	CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
1458 VETOR LOGISTICO LESTE									6.742
		PROJETOS							
26 784	1458 3E76	RECUPERACAO DO PATIO DOS BERCOS 201 E 202 NO CAIS COMERCIAL DE VITORIA (ES)							6.742
26 784	1458 3E76 0032	RECUPERACAO DO PATIO DOS BERCOS 201 E 202 NO CAIS COMERCIAL DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							6.742
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	6.742
TOTAL - INVESTIMENTO									6.742

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 16.017.504</b>		
<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES</b> 26 TRANSPORTE		16.017.504
<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES</b> 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		16.017.504
<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS</b> 1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL		16.017.504
<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b> 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		16.017.504
<b>TOTAL</b>		16.017.504
<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b> 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		16.017.504
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.017.504
6.2.1.0.00.00 TESOURO		16.017.504
6.2.1.1.00.00 DIRETO		472.000
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		15.545.504
<b>TOTAL DA RECEITA</b> 16.017.504 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL	16.017.504

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	FT E	VALOR
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL									16.017.504
		PROJETOS							
26 784	1460 1K87	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CONTINGENCIA DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DE INFLUENZA							472.000
26 784	1460 1K87 0029	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CONTINGENCIA DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DA BAHIA							472.000
		PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	472.000
26 784	1460 10RX	OBRAS DE RECUPERAÇÃO E REFORÇO DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE ILHEUS (BA)							12.906.634
26 784	1460 10RX 0029	OBRAS DE RECUPERAÇÃO E REFORÇO DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE ILHEUS (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							12.906.634
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 81	1	4 - INV	2	90	0	495	12.906.634
26 784	1460 11TV	ESTUDOS E PROJETOS PARA DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE ILHEUS (BA)							1.400.000
26 784	1460 11TV 0029	ESTUDOS E PROJETOS PARA DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE ILHEUS (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							1.400.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	1.400.000
26 784	1460 7762	DERROCAÇÃO NO BERÇO E NA BACIA DO TERMINAL DE GRANEIS LIQUIDOS NO PORTO DE ARATU (BA)							1.238.870
26 784	1460 7762 0029	DERROCAÇÃO NO BERÇO E NA BACIA DO TERMINAL DE GRANEIS LIQUIDOS NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							1.238.870
		DERROCAÇÃO REALIZADA (M³) 450	1	4 - INV	2	90	0	495	1.238.870
TOTAL - INVESTIMENTO									16.017.504

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
UNIDADE : 20208 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 140.034</b>		
<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES</b> 26 TRANSPORTE		140.034
<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES</b> 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		140.034
<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS</b> 1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE		140.034



<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>				
<b>495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO</b>				<b>140.034</b>
<b>TOTAL</b>				<b>140.034</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>				
<b>6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO</b>				<b>140.034</b>
<b>6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS</b>				<b>140.034</b>
<b>6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA</b>				<b>140.034</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>				<b>0</b>
		<b>140.034</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>140.034</b>
			<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20208 - COMPANHIA DO CAS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

**ANEXO I** **CREDITO ESPECIAL**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	FTE	VALOR
<b>1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE</b>									<b>140.034</b>
<b>PROJETOS</b>									
26 784	1461 116U	CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS NO CAIS DE SOBOO, NO PORTO DE SANTOS (SP)							140.034
26 784	1461 116U 0035	CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS NO CAIS DE SOBOO, NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							140.034
		OBRA EXECUTADA (4 DE EXECUÇÃO FÍSICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495	140.034
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>140.034</b>

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DO CAS DO PARA - CDP

**ANEXO I** **CREDITO ESPECIAL**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 17.749.500**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES**  
**26 TRANSPORTE** **17.749.500**

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES**  
**784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO** **17.749.500**

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS**  
**1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE** **17.749.500**

**QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**  
**495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO** **17.749.500**

**TOTAL** **17.749.500**

<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>				
<b>6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO</b>				<b>15.272.000</b>
<b>6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS</b>				<b>12.800.000</b>
<b>6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA</b>				<b>12.800.000</b>
<b>6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				<b>2.472.000</b>
<b>6.2.1.0.00.00 TESOURO</b>				<b>2.472.000</b>
<b>6.2.1.1.00.00 DIRETO</b>				<b>472.000</b>
<b>6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>				<b>2.000.000</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>15.272.000</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.800.000</b>
			<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.472.000</b>

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DO CAS DO PARA - CDP

**ANEXO I** **CREDITO ESPECIAL**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	FTE	VALOR
<b>1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE</b>									<b>17.749.500</b>
<b>ATIVIDADES</b>									
26 784	1457 6504	ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE							2.477.500
26 784	1457 6504 0015	ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE - NO ESTADO DO PARA							2.477.500
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 9	1	4 - INV	2	90	0	495	2.477.500



		PROJETOS							
26 784	1458 1K87	IMPLEMENTACAO DO PLANO DE CONTINGENCIA DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DE INFLUENZA							707.000
26 784	1458 1K87 0033	IMPLEMENTACAO DO PLANO DE CONTINGENCIA DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	I	4 - INV	2	90	0	495	707.000
26 784	1458 7E69	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							9.708.980
26 784	1458 7E69 0033	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 4	I	4 - INV	2	90	0	495	9.708.980
		<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>							<b>10.415.980</b>

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20212 - COMPANHIA DO CAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.941.920</b>		
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>		
26 TRANSPORTE		4.941.920
<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES</b>		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		4.941.920
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>		
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL		4.941.920
<b>QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		4.941.920
<b>TOTAL</b>		4.941.920
<b>QUADRO SINTESE POR RECEITA</b>		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		4.941.920
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO		4.941.920
6.2.1.0.00.00 TESOURO		4.941.920
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.941.920
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	4.941.920	4.941.920
	RECEITAS CORRENTES	0
	RECEITAS DE CAPITAL	4.941.920

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20212 - COMPANHIA DO CAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL									4.941.920
		PROJETOS							
26 784	1459 10RW	OBRAS DE RECUPERACAO E DE ADEQUACAO DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE NATAL (RN)							4.941.920
26 784	1459 10RW 0024	OBRAS DE RECUPERACAO E DE ADEQUACAO DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE NATAL (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							4.941.920
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 90	1	4 - INV	2	90	0	495	4.941.920
TOTAL - INVESTIMENTO									4.941.920

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		2.477.500
	TOTAL - GERAL	2.477.500
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		2.477.500
	TOTAL - GERAL	2.477.500
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
26 TRANSPORTE		2.477.500
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		2.477.500
	TOTAL - GERAL	2.477.500
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO		1.790.000
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE		687.500
	TOTAL - GERAL	2.477.500
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		2.477.500
	TOTAL - GERAL	2.477.500
ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA		

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 2.477.500		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		2.477.500
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		2.477.500
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO		1.790.000
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE		687.500
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
20210 COMPANHIA DO CAS DO PARA - CDP		2.477.500
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		2.477.500
TOTAL		2.477.500
ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA		
UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DO CAS DO PARA - CDP		

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.477.500		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		2.477.500
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		2.477.500
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO		1.790.000
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE		687.500
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		2.477.500
TOTAL		2.477.500
ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA		
UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DO CAS DO PARA - CDP		

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	F T E	VALOR
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO									1.790.000
		PROJETOS							
26 784	1456 10NX	INSTALACAO DE DEFENSAS PORTUARIAS PARA O PORTO DE SANTAREM (PA)							900.000
26 784	1456 10NX 0015	INSTALACAO DE DEFENSAS PORTUARIAS PARA O PORTO DE SANTAREM (PA) - NO ESTADO DO PARA							900.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	2	90	0	495	900.000



26 784	1456 10NY	CONSTRUCAO DE MURO DE ARRIMO NO PORTO DE SANTAREM (PA)							190.000
26 784	1456 10NY 0015	CONSTRUCAO DE MURO DE ARRIMO NO PORTO DE SANTAREM (PA) - NO ESTADO DO PARA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	2	90	0	495	190.000
26 784	1456 10O2	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SANTAREM (PA)							700.000
26 784	1456 10O2 0015	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SANTAREM (PA) - NO ESTADO DO PARA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 47	I	4 - INV	2	90	0	495	700.000
<b>1457 VETOR LOGISTICO CENTRO-NORTE</b>									<b>687.500</b>
		<b>PROJETOS</b>							
26 784	1457 10OE	CONSTRUCAO DE PORTICO DE ACESSO AO PORTO DE BELEM (PA)							97.500
26 784	1457 10OE 0015	CONSTRUCAO DE PORTICO DE ACESSO AO PORTO DE BELEM (PA) - NO ESTADO DO PARA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 81	I	4 - INV	2	90	0	495	97.500
26 784	1457 10OO	CONSTRUCAO DE ESTACIONAMENTO PARA APOIO AS OPERACOES NA RAMPA ROLL-ON ROLL-OFF NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)							590.000
26 784	1457 10OO 0015	CONSTRUCAO DE ESTACIONAMENTO PARA APOIO AS OPERACOES NA RAMPA ROLL-ON ROLL-OFF NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) - NO ESTADO DO PARA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	2	90	0	495	590.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>2.477.500</b>

## Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Objetivo de Governo *Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional*  
 Objetivo Setorial *Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

Programa	1457 Votor Logístico Centro-Norte	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
----------	-----------------------------------	-------------------	---------------------------------------

Objetivo *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT*  
 Público-alvo *Usuários de transporte nos Estados do Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins*

## AÇÕES DA ESFERA INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

## Projetos

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início e Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
							2008	2009	2010	2011
1K37	Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza	Plano implantado (unidade)	01/2007 12/2008	SEP	R\$ 472.000 Meta 1	Norte	472.000 1	-	-	-
1D14	Implantação de Sistema de Combate à Incêndio e Controle de Pânico no Porto de Belém (PA)	Obra executada (% de execução física)	05/2006 12/2008	SEP	R\$ 1.500.000 Meta 100	Norte	1.500.000 75	-	-	-
1D13	Instalação de Defensas Portuárias no Porto de Belém (PA)	Obra executada (% de execução física)	01/2006 12/2009	SEP	R\$ 1.000.000 Meta 100	Norte	500.000 50	500.000 50	-	-
1D10	Recuperação do Sistema de Distribuição de Água Potável do Porto de Belém (PA)	Obra executada (% de execução física)	02/2006 12/2008	SEP	R\$ 800.000 Meta 100	Norte	800.000 100	-	-	-

## Atividades

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico			
					2008	2009	2010	2011
6504	Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio-Ambiente	Estudo realizado (unidade)	SEP	Norte	R\$ 2.477.500 Meta 9	1.500.000 1	5.000.000 1	5.000.000 1

## Plano Plurianual 2008-2011

## Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Objetivo de Governo *Implementar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional*  
 Objetivo Setorial *Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

**Programa 1458 Vetor Logístico Leste** **Órgão Responsável 39000 Ministério dos Transportes (MT)**

Objetivo *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO*  
 Público-alvo *Usuários de transporte no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro*

## AÇÕES DA ESFERA INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

## Projetos

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
							2008	2009	2010	2011
1E69	Dragagem de Aprofundamento no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	Dragagem realizada (mil. m³)	06/2005 12/2008	SEP	29.708.980 4	Sudeste	R\$ 9.708.980 4	-	-	-
1K87	Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza	Plano implantado (unidade)	01/2007 12/2008	SEP	707.000 1	Sudeste	R\$ 707.000 1	-	-	-
3E76	Recuperação do Pátio dos Berços 201 e 202 no Calis Comercial de Vitória (ES)	Obra executada (% de execução física)	03/2005 12/2008	SEP	3.000.000 100	Sudeste	R\$ 6.742 1	-	-	-

## Plano Plurianual 2008-2011

## Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Objetivo de Governo *Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional*  
 Objetivo Setorial *Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

Programa	1459 Votor Logístico Nordeste Setentrional		Órgão Responsável		39000 Ministério dos Transportes (MT)					
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL									
Público-alvo	Usuários do transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas									
AÇÕES DA ESFERA INVESTIMENTO DAS ESTATAIS										
Projetos										
Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
							2008	2009	2010	2011
1K87	Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza	Plano implantado (unidade)	01/2007 12/2008	SEP	472.000 1	Nordeste	R\$ Meta	-	-	-
10RW	Obras de Recuperação e de Adequação de Infra-Estrutura no Porto de Natal (RN)	Obras executadas (% de execução física)	01/2007 12/2008	SEP	5.470.000 100	Nordeste	R\$ Meta	-	-	-
							4.941.920 90	-	-	-

Objetivo *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL*  
 Público-alvo *Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas*

## AÇÕES DA ESFERA INVESTIMENTO DAS ESTATAIS



**Plano Plurianual 2008-2011**

**Anexo III – Programas de Governo – Finalístico**

Objetivo de Governo *Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional*  
 Objetivo Setorial *Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

<b>Programa</b>	<b>1460 Votor Logístico Nordeste Meridional</b>	<b>Órgão Responsável</b>	<b>39000 Ministério dos Transportes (MT)</b>
-----------------	---	--------------------------	--

Objetivo *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados da BA e SE*  
 Público-alvo *Usuários de transporte nos Estados da Bahia e Sergipe*

**AÇÕES DA ESFERA INVESTIMENTO DAS ESTATAIS**

**Projetos**

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	2008	2009	2010
7762	Derrocagem no Bercço e na Bacia do Terminal de Grandis Lúquidos no Porto de Aratu (BA)	Derrocagem realizada (m³)	01/2007 12/2008	SEP	R\$ 1.238.870	Nordeste	Meta 150	1.238.870	-
1K87	Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza	Plano implantado (unidade)	01/2007 12/2008	SEP	R\$ 472.000	Nordeste	Meta 1	472.000	-
10RX	Obras de Recuperação e Reforço de Infra-Estrutura no Porto de Ilhéus (BA)	Obra executada (% de execução física)	09/2007 12/2008	SEP	R\$ 16.000.000	Nordeste	Meta 100	R\$ 12.906.634	-
							Meta 81	-	-

## LEGISLAÇÃO CITADA

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

**Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**§ 1º** São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

**§ 2º** A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....  
**Art. 167.** São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º;~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem assim o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)~~

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4.º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

---

#### **LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008.**

Estima a receita e fixa a despesa da União  
para o exercício financeiro de 2008.

---

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 336, DE 26 DE DEZEMBRO 2006.**

~~Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$ 385.263.657,00, para os fins que especifica.~~

---

#### **LEI Nº 11.463, DE 28 DE MARÇO DE 2007.**

~~Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos~~  
~~Conversão da Ministérios, de Minas e Energia, dos Transportes, do Esporte, da Integração~~  
~~MPv nº 336, de Nacional e das Cidades, no valor global de R\$ 385.263.657,00 (trezentos e~~  
~~2006 oitenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta e~~  
~~sete reais), para os fins que especifica.~~

---

#### **LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005.**

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

---

**DECRETO Nº 6.519, DE 30 DE JULHO DE 2008.**

Altera o art. 9º e os Anexos I, II, VII, VIII, IX e X do Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2008 e dá outras providências.

**ANEXO V**

(Anexo IX do Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008)

**RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS**

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	Valores Acumulados	
	Quadrimestres	
	II	III
<b>A - Grupo ELETROBRÁS (I-II+III-IV)</b>	<b>833.385</b>	<b>1.441.521</b>
I - Receitas	24.040.064	36.430.224
II - Despesas	22.514.202	34.475.672
Investimentos	3.914.198	5.917.278
Demais Despesas	18.600.004	28.558.394
III - Ajuste Competência/Caixa	292.361	1.058.195
IV - Juros	984.838	1.571.226
<b>B - Grupo PETROBRÁS (I-II+III-IV)</b>	<b>6.323.688</b>	<b>12.685.380</b>
I - Receitas	131.488.898	200.098.210
II - Despesas	133.167.676	209.055.677
Investimentos	25.976.125	40.442.940
Demais Despesas	107.191.551	168.612.737
III - Ajuste Competência/Caixa	8.989.916	23.397.293
IV - Juros	987.450	1.754.446
<b>C - ITAIPU (I-II+III-IV)</b>	<b>3.156.902</b>	<b>5.125.334</b>
I - Receitas	5.149.731	7.835.258
II - Despesas	3.483.573	5.201.560
Investimentos	418.000	633.000
Demais Despesas	3.065.573	4.568.560
III - Ajuste Competência/Caixa	(248.625)	(71.556)
IV - Juros	(1.739.369)	(2.563.192)
<b>D - Demais empresas (I-II+III-IV)</b>	<b>(9.634)</b>	<b>(512.468)</b>
I - Receitas	16.883.643	25.331.465
II - Despesas	16.897.168	26.383.287
Investimentos	1.926.380	3.139.612
Demais Despesas (*)	14.970.788	23.243.675
III - Ajuste Competência/Caixa	(69.138)	386.514
IV - Juros	(73.029)	(152.840)
<b>RESULTADO EMPRESAS (A+B+C+D)</b>	<b>PRIMÁRIO ESTATAIS 10.304.341</b>	<b>18.739.767</b>

(\*) Inclui ajuste metodológico.



*LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008

**Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.**

Art. 15. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual, quando necessários, serão encaminhados ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I – inclusão de programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

II – alteração ou exclusão de programa:

a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 3º Considera-se alteração de programa:

I – modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do programa;

II – inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III – alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 4º As alterações previstas no inciso III do § 3º poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de

créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

**PROJETO DE LEI Nº 53, DE 2008–CN****Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas do Grupo Petrobras, crédito suplementar no total R\$7.623.071.959,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$7.647.597.428,00, para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008) crédito suplementar no valor total de R\$7.623.071.959,00 (sete bilhões, seiscentos e vinte e três milhões, setenta e um mil e novecentos e cinquenta e nove reais), em favor de empresas do Grupo Petrobras, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de operações de crédito internas e externas e de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta Lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constante do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 11.647, de 2008), relativamente às dotações orçamentárias de empresas do Grupo Petrobras, constantes do Anexo II a esta Lei, no valor global de R\$7.647.597.428,00 (sete bilhões, seiscentos e quarenta e sete milhões, quinhentos e noventa e sete mil e quatrocentos e vinte e oito reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Brasília,

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
22 INDÚSTRIA			11.951.674
25 ENERGIA			7.611.120.285
TOTAL - GERAL			7.623.071.959
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			10.785.506
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			34.299.890
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL			9.872.025
663 MINERAÇÃO			173.884
692 COMERCIALIZAÇÃO			32.365.360
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA			7.853.953
752 ENERGIA ELÉTRICA			373.298.025
753 PETRÓLEO			6.282.931.183
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			63.848.996
785 TRANSPORTES ESPECIAIS			807.643.137
TOTAL - GERAL			7.623.071.959
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
22 INDÚSTRIA			11.951.674
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			375.156
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			1.530.609
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL			9.872.025
663 MINERAÇÃO			173.884
25 ENERGIA			7.611.120.285
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			10.410.350
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			32.769.281
692 COMERCIALIZAÇÃO			32.365.360
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA			7.853.953
752 ENERGIA ELÉTRICA			373.298.025
753 PETRÓLEO			6.282.931.183
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			63.848.996
785 TRANSPORTES ESPECIAIS			807.643.137
TOTAL - GERAL			7.623.071.959
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO			770.761.406
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS			67.047.616
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA			47.958.761
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			3.636.059.768
0288 REFINO DE PETRÓLEO			811.311.293
0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS			678.403.387
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			84.705.371
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL			12.760.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			272.348.103
0375 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS			173.884
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA			3.005.599
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			191.103.928
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			45.085.396
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL			478.952
1045 BRASIL COM TODO GÁS			994.014.542
1046 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA			7.853.953
TOTAL - GERAL			7.623.071.959
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			7.623.071.959
TOTAL - GERAL			7.623.071.959
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			2.301.130.865
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			1.023.775.626
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			1.023.775.626
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO			1.052.749.868
6.3.1.0.00.00 INTERNAS			11.777.790
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS			1.040.972.078
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			224.605.371
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			224.605.371
TOTAL DA RECEITA	2.301.130.865	RECEITAS CORRENTES	1.023.775.626
		RECEITAS DE CAPITAL	1.277.355.239

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 7.623.071.959			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
22 INDÚSTRIA			11.951.674
25 ENERGIA			7.611.120.285
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			10.785.506
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			34.299.890
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL			9.872.025
663 MINERAÇÃO			173.884
692 COMERCIALIZAÇÃO			32.365.360
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA			7.853.953
752 ENERGIA ELÉTRICA			373.298.025
753 PETRÓLEO			6.282.931.183
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			63.848.996
785 TRANSPORTES ESPECIAIS			807.643.137
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO			770.761.406
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS			67.047.616
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA			47.958.761
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			3.636.059.768
0288 REFINO DE PETRÓLEO			811.311.293
0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS			678.403.387
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			84.705.371
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL			12.760.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			272.348.103
0375 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS			173.884
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA			3.005.599
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			191.103.928
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			45.085.396
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL			478.952

1045 BRASIL COM TODO GÁS	994.014.542
1046 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	7.853.953
<b>QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS</b>	
32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	4.949.420.069
32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL	61.187.952
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR	42.190.666
32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG	9.963.513
32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	345.118.068
32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC	19.701.992
32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.	4.900.000
32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV	1.363.629.737
32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV	751.059.414
32312 PETROQUÍMICA TRIUNFO S.A. - TRIUNFO	11.777.790
32316 LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS	34.682.256
32317 SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.	8.088.500
32318 TERMORIO S.A.	17.201.000
32319 FAFEN ENERGIA S.A.	3.599.000
32320 TERMOCEARA LTDA.	552.003
<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	7.623.071.959
<b>TOTAL</b>	<b>7.623.071.959</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.301.130.865
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	1.023.775.626
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	1.023.775.626
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	1.052.749.868
6.3.1.0.00.00 INTERNAS	11.777.790
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS	1.040.972.078
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	224.605.371
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA	224.605.371
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>2.301.130.865 RECEITAS CORRENTES 1.023.775.626 RECEITAS DE CAPITAL 1.277.355.239</b>

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32230 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

<b>ANEXO I</b>	<b>CRÉDITO SUPLEMENTAR</b>
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)</b>	<b>RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00</b>
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.949.420.069</b>	

<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES</b>	
22 INDÚSTRIA	173.884
25 ENERGIA	4.949.246.185

<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES</b>	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.450.292
663 MINERAÇÃO	173.884
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	7.853.953
752 ENERGIA ELÉTRICA	343.857.522
753 PETRÓLEO	4.067.471.824
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	525.612.594

<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS</b>	
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	38.086.736
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	2.211.242.079
0288 REFINO DE PETRÓLEO	806.411.293
0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	362.189.353
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	80.554.368
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL	12.760.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	247.058.603
0375 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	173.884
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	3.005.599
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	191.103.928
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	4.450.292
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	478.952
1045 BRASIL COM TODO GÁS	984.051.029
1046 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	7.853.953

<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	4.949.420.069
<b>TOTAL</b>	<b>4.949.420.069</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	879.457.627
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	879.457.627
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	879.457.627
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>879.457.627 RECEITAS CORRENTES 879.457.627 RECEITAS DE CAPITAL 0</b>

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32230 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

<b>ANEXO I</b>	<b>CRÉDITO SUPLEMENTAR</b>
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)</b>	<b>RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00</b>

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA</b>									<b>38.086.736</b>
<b>ATIVIDADES</b>									
25 753	0285 6595	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL NAS FABRICAS DE FERTILIZANTES NITROGENADOS							20.406.835
25 753	0285 6595 0020	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL NAS FABRICAS DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - NA REGIÃO NORDESTE							20.406.835
			I	4 - INV	2	90	0	495	20.406.835

25 753	0285 6597	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS FABRICAS DE FERTILIZANTES NITROGENADOS							17.679.901
25 753	0285 6597 0020	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS FABRICAS DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - NA REGIAO NORDESTE							17.679.901
			I	4 - INV	2	90	0	495	17.679.901
<b>0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL</b>									<b>2.211.242.079</b>
		ATIVIDADES							
25 753	0286 2D04	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS DA BACIA DE SANTOS							500.121.108
25 753	0286 2D04 0030	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS DA BACIA DE SANTOS - NA REGIAO SUDESTE							500.121.108
		CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE/DIA) 27	I	4 - INV	2	90	0	495	500.121.108
25 753	0286 2751	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORTE							73.437.507
25 753	0286 2751 0010	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORTE - NA REGIAO NORTE							73.437.507
			I	4 - INV	2	90	0	495	73.437.507
25 753	0286 2759	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUDESTE							17.762.530
25 753	0286 2759 0030	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUDESTE - NA REGIAO SUDESTE							17.762.530
			I	4 - INV	2	90	0	495	17.762.530
25 753	0286 2761	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORDESTE							208.524.975
25 753	0286 2761 0020	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE							208.524.975
			I	4 - INV	2	90	0	495	208.524.975
25 753	0286 4109	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL							395.670.601
25 753	0286 4109 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL - NACIONAL							395.670.601
			I	4 - INV	2	90	0	495	395.670.601
25 753	0286 4393	EXPLORACAO DE PETROLEO E GAS NATURAL							1.015.725.358
25 753	0286 4393 0001	EXPLORACAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL							1.015.725.358
		POCO EXPLORATORIO PERFURADO (UNIDADE) 30	I	4 - INV	2	90	0	495	1.015.725.358
<b>0288 REFINO DE PETRÓLEO</b>									<b>806.411.293</b>
		ATIVIDADES							
25 753	0288 2767	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE REFINO							34.382.084
25 753	0288 2767 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE REFINO - NACIONAL							34.382.084
			I	4 - INV	2	90	0	495	34.382.084
25 753	0288 4108	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO							20.092.689
25 753	0288 4108 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO - NACIONAL							20.092.689
			I	4 - INV	2	90	0	495	20.092.689
		PROJETOS							
25 753	0288 3125	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES DE CUBATAO - RPBC, EM CUBATAO (SP)							29.484.966
25 753	0288 3125 0035	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES DE CUBATAO - RPBC, EM CUBATAO (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							29.484.966
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495	29.484.966

25 753	0288 3135	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS - REDUC, EM DUQUE DE CAXIAS (RJ)								289.375.804
25 753	0288 3135 0033	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS - REDUC, EM DUQUE DE CAXIAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								289.375.804
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		289.375.804
25 753	0288 3151	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DO VALE DO PARAIBA - REVAP, EM SAO JOSE DOS CAMPOS (SP)								329.744.528
25 753	0288 3151 0035	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DO VALE DO PARAIBA - REVAP, EM SAO JOSE DOS CAMPOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO								329.744.528
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		329.744.528
25 753	0288 3157	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DE CAPUAVA - RECAP, EM MAUA (SP)								103.331.222
25 753	0288 3157 0035	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DE CAPUAVA - RECAP, EM MAUA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO								103.331.222
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		103.331.222

**0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS****362.189.353**

		ATIVIDADES								
25 785	0290 4451	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO								99.583.511
25 785	0290 4451 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO - NACIONAL								99.583.511
			1	4 - INV	2	90	0	495		99.583.511
		PROJETOS								
25 753	0290 10TF	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE GAS NATURAL NO TERMINAL DE CABIUNAS (RJ), DE 13,5 MM M3/DIA PARA 22,8 MM M3/DIA								232.999.865
25 753	0290 10TF 0033	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE GAS NATURAL NO TERMINAL DE CABIUNAS (RJ), DE 13,5 MM M3/DIA PARA 22,8 MM M3/DIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								232.999.865
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 25	1	4 - INV	2	90	0	495		232.999.865
25 785	0290 1C22	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE PETROLEO E DERIVADOS DA REFINARIA DE PAULINIA - REPLAN PARA 63.000 M3/DIA, EM PAULINIA (SP)								259.115
25 785	0290 1C22 0035	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE PETROLEO E DERIVADOS DA REFINARIA DE PAULINIA - REPLAN PARA 63.000 M3/DIA, EM PAULINIA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO								259.115
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		259.115
25 785	0290 1C24	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE PETROLEO E DERIVADOS DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI - REFAP PARA 30.000 M3/DIA, EM CANOAS (RS)								29.346.862
25 785	0290 1C24 0043	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE PETROLEO E DERIVADOS DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI - REFAP PARA 30.000 M3/DIA, EM CANOAS (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								29.346.862
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 9	1	4 - INV	2	90	0	495		29.346.862

**0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE****80.554.368**

		ATIVIDADES								
25 752	0294 6556	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMELETRICAS								7.730.340
25 752	0294 6556 0020	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMELETRICAS - NA REGIAO NORDESTE								7.730.340
			1	4 - INV	2	90	0	495		7.730.340



		PROJETOS							
25 752	0294 1110	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA USINA TERMELETRICA TERMOCEARA (CE), COM 225 MW							72.824.028
25 752	0294 1110 0023	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA USINA TERMELETRICA TERMOCEARA (CE), COM 225 MW - NO ESTADO DO CEARA							72.824.028
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	72.824.028
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL									12.760.000
		ATIVIDADES							
25 752	0295 6556	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMELETRICAS							12.760.000
25 752	0295 6556 0040	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMELETRICAS - NA REGIAO SUL							12.760.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	12.760.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									247.058.603
		ATIVIDADES							
25 752	0296 6556	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMELETRICAS							76.979.743
25 752	0296 6556 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMELETRICAS - NACIONAL							76.979.743
			1	4 - INV	2	90	0	495	76.979.743
		PROJETOS							
25 752	0296 10WJ	IMPLANTACAO DA USINA TERMELETRICA DE CUBATAO COM 216 MW, EM CUBATAO (SP)							128.077.620
25 752	0296 10WJ 0035	IMPLANTACAO DA USINA TERMELETRICA DE CUBATAO COM 216 MW, EM CUBATAO (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							128.077.620
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	128.077.620
25 752	0296 111K	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA USINA TERMELETRICA BARBOSA LIMA SOBRINHO (ELETROBOLT), COM 390 MW (RJ)							42.001.240
25 752	0296 111K 0033	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA USINA TERMELETRICA BARBOSA LIMA SOBRINHO (ELETROBOLT), COM 390 MW (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							42.001.240
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 21	1	4 - INV	2	90	0	495	42.001.240
0375 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS									173.884
		ATIVIDADES							
22 663	0375 869H	LICENCIAMENTO E APROVEITAMENTO DE MINERAIS PARA A PRODUCAO DE FERTILIZANTES AGRICOLAS							173.884
22 663	0375 869H 0001	LICENCIAMENTO E APROVEITAMENTO DE MINERAIS PARA A PRODUCAO DE FERTILIZANTES AGRICOLAS - NACIONAL							173.884
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	173.884
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA									3.005.599
		ATIVIDADES							
25 752	0476 2765	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA GERACAO DE ENERGIA ELETTRICA							3.005.599
25 752	0476 2765 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA GERACAO DE ENERGIA ELETTRICA - NACIONAL							3.005.599
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	3.005.599
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL									191.103.928
		ATIVIDADES							
25 753	0480 2D83	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CENTRO DE PESQUISAS DA PETROBRAS - CENPES (RJ)							4.373.092
25 753	0480 2D83 0033	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CENTRO DE PESQUISAS DA PETROBRAS - CENPES (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							4.373.092
			1	4 - INV	2	90	0	495	4.373.092

25 753	0480 4112	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO								143.372.442
25 753	0480 4112 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO - NACIONAL								143.372.442
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495		143.372.442
25 753	0480 4862	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO								43.358.394
25 753	0480 4862 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO - NACIONAL								43.358.394
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) 7	1	4 - INV	2	90	0	495		43.358.394
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>										<b>4.450.292</b>
		<b>ATIVIDADES</b>								
25 122	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								4.450.292
25 122	0807 4102 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL								4.450.292
			1	4 - INV	2	90	0	495		4.450.292
<b>1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL</b>										<b>478.952</b>
		<b>PROJETOS</b>								
25 752	1044 3117	IMPLANTACAO DE USINAS EOLICAS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA								478.952
25 752	1044 3117 0040	IMPLANTACAO DE USINAS EOLICAS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NA REGIAO SUL								478.952
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		478.952
<b>1045 BRASIL COM TODO GÁS</b>										<b>984.051.029</b>
		<b>ATIVIDADES</b>								
25 753	1045 6555	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR PARA TRATAMENTO DE GAS NATURAL								1.776.034
25 753	1045 6555 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR PARA TRATAMENTO DE GAS NATURAL - NACIONAL								1.776.034
			1	4 - INV	2	90	0	495		1.776.034
25 785	1045 4861	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL								195.894.000
25 785	1045 4861 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL - NACIONAL								195.894.000
			1	4 - INV	2	90	0	495		195.894.000
		<b>PROJETOS</b>								
25 753	1045 103M	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICACAO DE GAS NATURAL NO PORTO DE PECÉM (CE), COM CAPACIDADE DE 7 MILHOES DE M3/DIA, E IMPLANTACAO DE GASODUTO ASSOCIADO								202.317.934
25 753	1045 103M 0023	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICACAO DE GAS NATURAL NO PORTO DE PECÉM (CE), COM CAPACIDADE DE 7 MILHOES DE M3/DIA, E IMPLANTACAO DE GASODUTO ASSOCIADO - NO ESTADO DO CEARÁ								202.317.934
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 35	1	4 - INV	2	90	0	495		202.317.934
25 753	1045 103N	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICACAO DE GAS NATURAL NA BAIÁ DA GUANABARA (RJ), COM CAPACIDADE DE 14 MILHOES DE M3/DIA, E IMPLANTACAO DE GASODUTO ASSOCIADO								383.533.955
25 753	1045 103N 0033	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICACAO DE GAS NATURAL NA BAIÁ DA GUANABARA (RJ), COM CAPACIDADE DE 14 MILHOES DE M3/DIA, E IMPLANTACAO DE GASODUTO ASSOCIADO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								383.533.955
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 15	1	4 - INV	2	90	0	495		383.533.955
25 785	1045 1C18	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DE GAS NATURAL DE CAXIAS PARA A REFINARIA DUQUE DE CAXIAS PARA 15 MILHOES DE M3/DIA (RJ)								63.489.800
25 785	1045 1C18 0033	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DE GAS NATURAL DE CAXIAS PARA A REFINARIA DUQUE DE CAXIAS PARA 15 MILHOES DE M3/DIA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								63.489.800
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 20	1	4 - INV	2	90	0	495		63.489.800

25 785	1045 11Y6	IMPLANTACAO DO GASODUTO URUCU-COARI-MANAUS (AM) - IMOBILIZACOES PETROBRAS						5.022.900	
25 785	1045 11Y6 0013	IMPLANTACAO DO GASODUTO URUCU-COARI-MANAUS (AM) - IMOBILIZACOES PETROBRAS - NO ESTADO DO AMAZONAS DIREITO DE PASSAGEM ADQUIRIDO (KM) 6	1	4 - INV	2	90	0	495	5.022.900
25 785	1045 12HM	OBRAS COMPLEMENTARES DO GASODUTO LAGOA PARDA - VITORIA (ES)							5.596.019
25 785	1045 12HM 0032	OBRAS COMPLEMENTARES DO GASODUTO LAGOA PARDA - VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	5.596.019
25 785	1045 5159	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE (PETROBRAS)							126.420.387
25 785	1045 5159 0030	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE (PETROBRAS) - NA REGIAO SUDESTE OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	126.420.387

## 7.853,953

		ATIVIDADES						
25	751	1046 4394	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE RACIONALIZACAO DO USO DA ENERGIA NAS ATIVIDADES DA PETROBRAS					7.853.953
25	751	1046 4394 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE RACIONALIZACAO DO USO DA ENERGIA NAS ATIVIDADES DA PETROBRAS - NACIONAL					7.853.953
			SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90 0 495	7.853.953

**4.949,420,069**

**ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA**  
**UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 61.187.952**

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		61.187.952
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
753 PETROLEO		61.187.952
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		61.187.952
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		61.187.952
TOTAL		61.187.952
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		61.187.952
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		61.187.952
6.2.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		61.187.952
TOTAL DA RECEITA	61.187.952	
RECEITAS CORRENTES	61.187.952	
RECEITAS DE CAPITAL		

**ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA**  
**UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FE	VALOR
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL									61.187.952
		PROJETOS							
25 753	0286 111W	ADAPTACAO DA UNIDADE MARITIMA DE PERFURACAO SEMI-SUBMERSIVEL P-23							61.187.952
25 753	0286 111W 0002	ADAPTACAO DA UNIDADE MARITIMA DE PERFURACAO SEMI-SUBMERSIVEL P-23 - NO EXTERIOR							61.187.952
		UNIDADE ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	4	90	0	495	61.187.952
TOTAL - INVESTIMENTO									61.187.952

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 42.190.665**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES**  
**25 ENERGIA**

**42.190.665**

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES**  
**122 ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**692 COMERCIALIZAÇÃO**

**5.160.058**

**4.665.247**

**32.365.360**

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS**

**0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS**  
**0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO**

**32.365.360**

**9.825.305**

**QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**  
**495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

**42.190.665**

**TOTAL**

**42.190.665**

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	FTE	VALOR
<b>0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS</b>									<b>32.365.360</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
25 692	0283 2787	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS							21.800.787
25 692	0283 2787 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	495	21.800.787
25 692	0283 2797	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS							10.564.573
25 692	0283 2797 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	495	10.564.573
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>									<b>9.825.305</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
25 122	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							2.069.324
25 122	0807 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	495	2.069.324
25 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							3.090.734
25 122	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	495	3.090.734
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							4.665.247
25 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	495	4.665.247
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>42.190.665</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA-BRASIL S.A. - TBG

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 9.963.513**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES**  
**25 ENERGIA**

**9.963.513**

<b>0307</b>	<b>INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>	<b>28.904.034</b>
-------------	---	-------------------



		ATIVIDADES					
25 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS					800.000
25 122	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90 0 495	800.000
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO					28.104.034
25 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	2	90 0 495	28.104.034
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>							<b>345.118.068</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32275 - FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC

**ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 19.701.992**

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA**

**19.701.992**

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO**

**19.701.992**

**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO**

**19.701.992**

**QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

**19.701.992**

**TOTAL**

**19.701.992**

**QUADRO SINTESE POR RECEITA**

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

**19.701.992**

6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS

**19.701.992**

6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA

**19.701.992**

**TOTAL DA RECEITA**

**19.701.992 RECEITAS CORRENTES**

**19.701.992**

**RECEITAS DE CAPITAL**

**0**

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32275 - FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC

**ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO</b>									<b>19.701.992</b>
		ATIVIDADES							
25 784	0282 2D37	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE NAVIOS							19.701.992
25 784	0282 2D37 0002	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE NAVIOS - NO EXTERIOR	1	4 - INV	4	90 0 495			19.701.992
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>19.701.992</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

**ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.900.000**

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA**

**4.900.000**

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
753 PETRÓLEO**

**4.900.000**

**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0288 REFINO DE PETRÓLEO**

**4.900.000**

**QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

**4.900.000**

**TOTAL**

**4.900.000**

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFA S.A.

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0288 REFINO DE PETRÓLEO</b>									<b>4.900.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
25 753	0288 4108	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO							4.900.000
25 753	0288 4108 0043	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							4.900.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	4.900.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>4.900.000</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32282 - PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.363.629.737**

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES**  
**25 ENERGIA**

**1.363.629.737**

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES**  
**753 PETRÓLEO**

**1.363.629.737**

**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS**  
**0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL**

**1.363.629.737**

**QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**  
**495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

**1.363.629.737**

**TOTAL**

**1.363.629.737**

**QUADRO SINTESE POR RECEITA**

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO  
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO  
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS  
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO  
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA

**1.265.577.449**

**1.040.972.078**

**1.040.972.078**

**224.605.371**

**224.605.371**

**TOTAL DA RECEITA** **1.265.577.449** **RECEITAS CORRENTES**

**0** **RECEITAS DE CAPITAL** **1.265.577.449**

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32282 - PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL</b>									<b>1.363.629.737</b>
		<b>PROJETOS</b>							
25 753	0286 1172	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESTACIONARIAS DE PRODUÇÃO II (PERÍODO 2007-2013)							387.579.221
25 753	0286 1172 0002	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESTACIONARIAS DE PRODUÇÃO II (PERÍODO 2007-2013) - NO EXTERIOR							387.579.221
		PROJETO EXECUTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	I	4 - INV	4	90	0	495	387.579.221
25 753	0286 1J91	AQUISIÇÃO DE UNIDADES MARÍTIMAS ESTACIONARIAS DE EXTRAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (PERÍODO 2006-2008)							148.834.657
25 753	0286 1J91 0002	AQUISIÇÃO DE UNIDADES MARÍTIMAS ESTACIONARIAS DE EXTRAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (PERÍODO 2006-2008) - NO EXTERIOR							148.834.657
		UNIDADE ADQUIRIDA (UNIDADE)	I	4 - INV	4	90	0	495	148.834.657

25 753	0286 1924	CONSTRUCAO DE UNIDADES ESTACIONARIAS DE PRODUCAO (PERIODO 2002-2010)								827.215.859
25 753	0286 1924 0002	CONSTRUCAO DE UNIDADES ESTACIONARIAS DE PRODUCAO (PERIODO 2002-2010) - NO EXTERIOR								827.215.859
		PROJETO EXECUTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	4	90	0	495		827.215.859
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>										<b>1.363.629.737</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32287 - PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)** **CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 751.059.414**

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES**  
**25 ENERGIA** **751.059.414**

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES**  
**753 PETROLEO** **751.059.414**

**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS**  
**0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO** **751.059.414**

**QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**  
**495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO** **751.059.414**

**TOTAL** **751.059.414**

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32287 - PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)** **CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO									751.059.414
		ATIVIDADES							
25 753	0282 8019	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORACAO E PRODUCAO NO EXTERIOR							642.735.898
25 753	0282 8019 0002	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORACAO E PRODUCAO NO EXTERIOR - NO EXTERIOR	I	4 - INV	4	90	0	495	642.735.898
25 753	0282 8055	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE GAS E ENERGIA NO EXTERIOR							108.323.516
25 753	0282 8055 0002	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE GAS E ENERGIA NO EXTERIOR - NO EXTERIOR	I	4 - INV	4	90	0	495	108.323.516
TOTAL - INVESTIMENTO									751.059.414

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32312 - PETROQUIMICA TRIUNFO S.A. - TRIUNFO

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)** **CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 11.777.790**

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES**  
**22 INDÚSTRIA** **11.777.790**

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES**  
**122 ADMINISTRAÇÃO GERAL** **375.156**  
**126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** **1.530.609**  
**662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL** **9.872.025**

**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS**  
**0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA** **9.872.025**  
**0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO** **1.905.765**

**QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**  
**495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO** **11.777.790**

**TOTAL** **11.777.790**

**QUADRO SINTESE POR RECEITA**  
**6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO** **11.777.790**  
**6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO** **11.777.790**  
**6.3.1.0.00.00 INTERNAS** **11.777.790**

**TOTAL DA RECEITA** **11.777.790** **RECEITAS CORRENTES** **0** **RECEITAS DE CAPITAL** **11.777.790**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	IU	ETE	VALOR
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO. GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS									34.682.256

		ATIVIDADES							
25 753	0283 2B43	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE GLP	I	4 - INV	2	90	0	495	25.947.256
25 753	0283 2B43 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE GLP - NACIONAL							25.947.256
		PROJETOS							25.947.256
25 753	0283 10SO	IMPLANTACAO DE CENTRO OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP), EM DUQUE DE CAXIAS (RJ)	I	4 - INV	2	90	0	495	8.735.000
25 753	0283 10SO 0033	IMPLANTACAO DE CENTRO OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP), EM DUQUE DE CAXIAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							8.735.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)							8.735.000
TOTAL - INVESTIMENTO									34.682.256

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32317 - SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 8.088.500**

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES**  
**25 ENERGIA**

**8.088.500**

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES**  
**752 ENERGIA ELÉTRICA**

**8.088.500**

**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS**  
**0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE**

**8.088.500**

**QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**  
**495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

**8.088.500**

**TOTAL**

**8.088.500**

**QUADRO SINTESE POR RECEITA**  
**6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**  
**6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS**  
**6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA**  
**TOTAL DA RECEITA**

**8.088.500**

**8.088.500**

**8.088.500**

**8.088.500 RECEITAS CORRENTES**

**8.088.500 RECEITAS DE CAPITAL**

**0**

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32317 - SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									8.088.500
		PROJETOS							
25 752	0296 1C63	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE GERACAO DA USINA TERMELETRICA BARBOSA LIMA SOBRINHO (ELETROBOLT), COM 390 MW, (RJ)	I	4 - INV	2	90	0	495	8.088.500
25 752	0296 1C63 0033	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE GERACAO DA USINA TERMELETRICA BARBOSA LIMA SOBRINHO (ELETROBOLT), COM 390 MW, (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							8.088.500
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3							8.088.500
TOTAL - INVESTIMENTO									8.088.500

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32318 - TERMORIO S.A.

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 17.201.000**

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES**  
**25 ENERGIA**

**17.201.000**

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES**  
**752 ENERGIA ELÉTRICA**

**17.201.000**

**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS**  
**0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE**

**17.201.000**





ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32320 - TERMOCEARA LTDA.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 552.003		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		552.003
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELÉTRICA		552.003
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE		552.003
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		552.003
TOTAL		552.003
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		552.003
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		552.003
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		552.003
TOTAL DA RECEITA	552.003 RECEITAS CORRENTES	552.003 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32320 - TERMOCEARA LTDA.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									552.003
		PROJETOS							
25 752	0294 1158	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE GERACAO DA USINA TERMELETRICA SENADOR CARLOS JEREISSATI (TERMOCEARA), COM 225 MW, EM PECÉM (CE)							552.003
25 752	0294 1158 0023	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE GERACAO DA USINA TERMELETRICA SENADOR CARLOS JEREISSATI (TERMOCEARA), COM 225 MW, EM PECÉM (CE) - NO ESTADO DO CEARA							552.003
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 5	I	4 - INV	2	90	0	495	552.003
TOTAL - INVESTIMENTO									552.003

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		7.647.597.428
TOTAL - GERAL		7.647.597.428
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 692 COMERCIALIZAÇÃO 752 ENERGIA ELÉTRICA 753 PETRÓLEO 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO 785 TRANSPORTES ESPECIAIS		9.137.828 139.012.425 155.117.521 225.296.114 4.617.608.936 384.305.394 2.117.119.210 7.647.597.428
TOTAL - GERAL		7.647.597.428
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES 25 ENERGIA 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 692 COMERCIALIZAÇÃO 752 ENERGIA ELÉTRICA 753 PETRÓLEO 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO 785 TRANSPORTES ESPECIAIS		7.647.597.428 9.137.828 139.012.425 155.117.521 225.296.114 4.617.608.936 384.305.394 2.117.119.210 7.647.597.428
TOTAL - GERAL		7.647.597.428
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO 0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS 0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA 0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL 0288 REFINO DE PETRÓLEO 0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS 0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL 0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE 0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL 1045 BRASIL COM TODO GÁS		1.250.148.378 155.017.521 95.002.278 2.126.628.959 994.323.562 799.196.314 34.044.070 57.716.420 156.317.009 148.150.253 133.535.624 1.697.517.040 7.647.597.428
TOTAL - GERAL		7.647.597.428

QUADRO SÍNTESE POR ORGAO					
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
					<b>TOTAL - GERAL</b>
					7.647.597.428
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO				2.325.656.334
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS				2.226.199.907
6.1.1.0.00.00	GERAÇÃO PRÓPRIA				2.226.199.907
6.2.0.0.00.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				60.269.101
6.2.2.0.00.00	CONTROLADORA				60.269.101
6.3.0.0.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO				39.187.326
6.3.1.0.00.00	INTERNAS				39.187.326
TOTAL DA RECEITA					99.456.427
2.325.656.334 RECEITAS CORRENTES					2.226.199.907 RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 7.647.597.428

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES					
25 ENERGIA					7.647.597.428

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES					
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL				9.137.828
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO				139.012.425
692	COMERCIALIZAÇÃO				155.117.521
752	ENERGIA ELÉTRICA				225.296.114
753	PETROLEO				4.617.608.936
784	TRANSPORTE HIDROVIÁRIO				384.305.394
785	TRANSPORTES ESPECIAIS				2.117.119.210

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS					
0282	ATLACAO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO				1.250.148.378
0283	DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS				155.017.521
0285	INDÚSTRIA PETROQUÍMICA				95.002.278
0286	OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL				2.126.628.959
0288	REFINO DE PETRÓLEO				994.323.562
0290	TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS				799.196.314
0295	ENERGIA NA REGIÃO SUL				34.044.070
0296	ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE				57.716.420
0480	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL				156.317.009
0807	INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO				148.150.253
1044	ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL				133.535.624
1045	BRASIL COM TODO GÁS				1.697.517.040

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS					
32230	PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS				4.069.962.442
32239	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR				155.117.521
32242	PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA				166.905
32271	TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG				32.095.022
32274	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO				384.305.394
32278	PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCO				1.447.211
32280	ALBERTO PASQUALINI - REPAF S.A.				18.080.362
32282	PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV				98.052.288
32287	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV				1.250.048.378
32307	TRANSPORTADORA DO NORDESTE E SUDESTE S.A. - TNS				1.626.107.140
32308	TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG				11.219.996
32313	TRANSPORTADORA CAPIXABA DE GÁS S.A. - TCG				300.065
32316	LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS				694.704

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA					
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO					7.647.597.428

TOTAL					7.647.597.428
-------	--	--	--	--	---------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA					
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO				2.325.656.334
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS				2.226.199.907
6.1.1.0.00.00	GERAÇÃO PRÓPRIA				2.226.199.907
6.2.0.0.00.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				60.269.101
6.2.2.0.00.00	CONTROLADORA				60.269.101
6.3.0.0.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO				39.187.326
6.3.1.0.00.00	INTERNAS				39.187.326
TOTAL DA RECEITA					99.456.427
2.325.656.334 RECEITAS CORRENTES					2.226.199.907 RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.069.962.442

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES					
25 ENERGIA					4.069.962.442

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES					
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL				6.973.073
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO				138.868.360
752	ENERGIA ELÉTRICA				225.296.114
753	PETROLEO				3.251.427.908
785	TRANSPORTES ESPECIAIS				447.396.987

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS					
0285	INDÚSTRIA PETROQUÍMICA				95.002.278
0286	OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL				2.028.576.671
0288	REFINO DE PETRÓLEO				976.243.200
0290	TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS				414.890.920
0295	ENERGIA NA REGIÃO SUL				34.044.070
0296	ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE				57.716.420
0480	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL				156.317.009
0807	INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO				145.841.433
1044	ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL				133.535.624
1045	BRASIL COM TODO GÁS				27.794.817

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA					
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO					4.069.962.442

TOTAL					4.069.962.442
-------	--	--	--	--	---------------

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA</b>									<b>95.002.278</b>
		PROJETOS							
25 753	0285 1C61	ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - FAFEN (SE)							1.041.797
25 753	0285 1C61 0028	ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - FAFEN (SE) - NO ESTADO DE SERGIPE PROJETO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 18	I	4 - INV	2	90	0	495	1.041.797
25 753	0285 1C62	ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA FABRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - FAFEN (BA)							93.960.481
25 753	0285 1C62 0029	ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA FABRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - FAFEN (BA) - NO ESTADO DA BAHIA PROJETO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495	93.960.481
<b>0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL</b>									<b>2.028.576.671</b>
		ATIVIDADES							
25 753	0286 2D00	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS DAS BACIAS DA AMAZONIA							45.375.543
25 753	0286 2D00 0010	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS DAS BACIAS DA AMAZONIA - NA REGIAO NORTE CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE/DIA)	I	4 - INV	2	90	0	495	45.375.543
25 753	0286 2D01	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS DAS BACIAS DA REGIAO NORDESTE							238.924.085
25 753	0286 2D01 0020	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS DAS BACIAS DA REGIAO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE/DIA) 2	I	4 - INV	2	90	0	495	238.924.085
25 753	0286 2D02	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL DA BACIA DE CAMPOS							930.529.235
25 753	0286 2D02 0030	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL DA BACIA DE CAMPOS - NA REGIAO SUDESTE CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE/DIA) 60	I	4 - INV	2	90	0	495	930.529.235
25 753	0286 2D03	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS DA BACIA DO ESPIRITO SANTO							467.237.680
25 753	0286 2D03 0032	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS DA BACIA DO ESPIRITO SANTO - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE/DIA)	I	4 - INV	2	90	0	495	467.237.680
25 753	0286 2753	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUL							156.656.143
25 753	0286 2753 0040	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUL - NA REGIAO SUL	I	4 - INV	2	90	0	495	156.656.143
25 753	0286 4237	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE SEGURANCA, DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL							189.853.985
25 753	0286 4237 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE SEGURANCA, DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	495	189.853.985

0288 REFINO DE PETRÓLEO			976.243.200					
		PROJETOS						
25 753	0288 1C60	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA ISAAC SABBA - REMAN, EM MANAUS (AM)						29.571.999
25 753	0288 1C60 0013	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA ISAAC SABBA - REMAN, EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS						29.571.999
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 6	1	4 - INV	2	90	0	29.571.999
25 753	0288 1188	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA UNIDADE DE LUBRIFICANTES E DERIVADOS DE PETROLEO DO NORDESTE - LUBNOR, EM FORTALEZA (CE)						3.726.397
25 753	0288 1188 0023	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA UNIDADE DE LUBRIFICANTES E DERIVADOS DE PETROLEO DO NORDESTE - LUBNOR, EM FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA						3.726.397
		UNIDADE ADEQUADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	3.726.397
25 753	0288 1P65	IMPLANTACAO DA REFINARIA ABREU E LIMA, EM RECIFE (PE)						389.775.448
25 753	0288 1P65 0026	IMPLANTACAO DA REFINARIA ABREU E LIMA, EM RECIFE (PE) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO						389.775.448
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 5	1	4 - INV	2	90	0	389.775.448
25 753	0288 3129	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA LANDULPHO ALVES DE MATARIPE - RLAM, EM SAO FRANCISCO DO CONDE (BA)						144.121.555
25 753	0288 3129 0029	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA LANDULPHO ALVES DE MATARIPE - RLAM, EM SAO FRANCISCO DO CONDE (BA) - NO ESTADO DA BAHIA						144.121.555
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 4	1	4 - INV	2	90	0	144.121.555
25 753	0288 3143	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA GABRIEL PASSOS - REGAP, EM BETIM (MG)						92.683.511
25 753	0288 3143 0031	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA GABRIEL PASSOS - REGAP, EM BETIM (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						92.683.511
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	92.683.511
25 753	0288 3155	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DE PAULINIA - REPLAN, EM PAULINIA (SP)						182.565.334
25 753	0288 3155 0035	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DE PAULINIA - REPLAN, EM PAULINIA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO						182.565.334
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	182.565.334
25 753	0288 3161	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA PRESIDENTE GETULIO VARGAS - REPAR, EM ARAUCARIA (PR)						133.798.956
25 753	0288 3161 0041	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA PRESIDENTE GETULIO VARGAS - REPAR, EM ARAUCARIA (PR) - NO ESTADO DO PARANA						133.798.956
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	133.798.956
0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS			414.890.920					
		ATIVIDADES						
25 785	0290 4107	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO E DERIVADOS						112.829.887
25 785	0290 4107 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO E DERIVADOS - NACIONAL						112.829.887
			1	4 - INV	2	90	0	112.829.887
		PROJETOS						
25 785	0290 1C59	REFORMULACAO DA MALHA DUTOVIARIA DA GRANDE SAO PAULO (SP)						216.194.425
25 785	0290 1C59 0035	REFORMULACAO DA MALHA DUTOVIARIA DA GRANDE SAO PAULO (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO						216.194.425
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 10	1	4 - INV	2	90	0	216.194.425



25 785	0290 1192	CONSTRUCAO DE PIER EM SAO SEBASTIAO, PARA NAVIOS DE ATE 150 MIL TPB, E DUTO ASSOCIADO, COM APROXIMADAMENTE 130 KM, ATE GUARAREMA (OSVAT 2 - PETROLEO) - (SP)								22.862.064
25 785	0290 1192 0035	CONSTRUCAO DE PIER EM SAO SEBASTIAO, PARA NAVIOS DE ATE 150 MIL TPB, E DUTO ASSOCIADO, COM APROXIMADAMENTE 130 KM, ATE GUARAREMA (OSVAT 2 - PETROLEO) - (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO								22.862.064
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		22.862.064
25 785	0290 11SM	IMPLANTACAO DE TERMINAL DE DERIVADOS COM CAPACIDADE DE 150 MIL M3, EM PECÉM (CE)								38.245.552
25 785	0290 11SM 0023	IMPLANTACAO DE TERMINAL DE DERIVADOS COM CAPACIDADE DE 150 MIL M3, EM PECÉM (CE) - NO ESTADO DO CEARA								38.245.552
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 14	1	4 - INV	2	90	0	495		38.245.552
25 785	0290 11SW	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ESCOAMENTO DE ALCOOL (RIBEIRAO PRETO-SP / REPLAN / ILHA D'AGUA-RJ)								5.481.917
25 785	0290 11SW 0030	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ESCOAMENTO DE ALCOOL (RIBEIRAO PRETO-SP / REPLAN / ILHA D'AGUA-RJ) - NA REGIAO SUDESTE								5.481.917
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		5.481.917
25 785	0290 11UN	IMPLANTACAO DE MELHORIAS NO TERMINAL DE SAO SEBASTIAO E NOS OLEODUTOS OSVAT E OSBAT (SP)								8.807.354
25 785	0290 11UN 0035	IMPLANTACAO DE MELHORIAS NO TERMINAL DE SAO SEBASTIAO E NOS OLEODUTOS OSVAT E OSBAT (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO								8.807.354
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		8.807.354
25 785	0290 11IS	CONSTRUCAO DE TERMINAL EM BARRA DO RIACHO (ES) PARA AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DE GLP E C5+, DE 1,3 MM M3/DIA PARA 18,0 MM M3/DIA								10.469.721
25 785	0290 11IS 0032	CONSTRUCAO DE TERMINAL EM BARRA DO RIACHO (ES) PARA AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DE GLP E C5+, DE 1,3 MM M3/DIA PARA 18,0 MM M3/DIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO								10.469.721
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 43	1	4 - INV	2	90	0	495		10.469.721
<b>0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL</b>										<b>34.044.070</b>
		PROJETOS								
25 752	0295 10WI	IMPLANTACAO DA USINA TERMELETRICA SEPE TIARAJU (CANOAS) - 2ª FASE COM ACRESCIMO DE 90 MW, ATRAVES DE CICLO COMBINADO, EM CANOAS (RS)								34.044.070
25 752	0295 10WI 0043	IMPLANTACAO DA USINA TERMELETRICA SEPE TIARAJU (CANOAS) - 2ª FASE COM ACRESCIMO DE 90 MW, ATRAVES DE CICLO COMBINADO, EM CANOAS (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								34.044.070
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 17	1	4 - INV	2	90	0	495		34.044.070
<b>0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE</b>										<b>57.716.420</b>
		PROJETOS								
25 752	0296 10WL	AMPLIACAO DA USINA TERMELETRICA LUIS CARLOS PRESTES (TRES LAGOAS) PARA 372 MW, ATRAVES DE CICLO COMBINADO, EM TRES LAGOAS (MS)								57.716.420
25 752	0296 10WL 0054	AMPLIACAO DA USINA TERMELETRICA LUIS CARLOS PRESTES (TRES LAGOAS) PARA 372 MW, ATRAVES DE CICLO COMBINADO, EM TRES LAGOAS (MS) - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL								57.716.420
		USINA AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 16	1	4 - INV	2	90	0	495		57.716.420
<b>0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL</b>										<b>156.317.009</b>
		ATIVIDADES								
25 753	0480 2763	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE GÁS NATURAL								6.974.210
25 753	0480 2763 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE GÁS NATURAL - NACIONAL								6.974.210
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) 9	1	4 - INV	2	90	0	495		6.974.210
25 753	0480 4113	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE REFINO								79.247.060
25 753	0480 4113 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE REFINO - NACIONAL								79.247.060
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) 19	1	4 - INV	2	90	0	495		79.247.060

[illegible]

		ATIVIDADES								
25 785	1045 4867	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL							1.000.000	
25 785	1045 4867 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000	
		PROJETOS								
25 785	1045 7046	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO NORDESTE (PETROBRAS)							26.794.817	
25 785	1045 7046 0020	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO NORDESTE (PETROBRAS) - NA REGIAO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	26.794.817	
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 27							26.794.817	
TOTAL - INVESTIMENTO										4.069.962.442

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 155.117.521

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA 155.117.521

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
692 COMERCIALIZACAO 155.117.521

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO 100.000  
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL, ALCOOL E BIOCOMBUSTIVEIS 155.017.521

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 155.117.521

TOTAL 155.117.521

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
4.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 112.926.856  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 112.926.856  
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 112.926.856  
TOTAL DA RECEITA 112.926.856 RECEITAS CORRENTES 112.926.856 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO									100.000
PROJETOS									
25 692	0282 5484	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BR AVIATION NO EXTERIOR							100.000
25 692	0282 5484 0002	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BR AVIATION NO EXTERIOR - NO EXTERIOR							100.000
		ESTABELECIMENTO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	100.000

0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL, ALCOOL E BIOCOMBUSTIVEIS 155.017.521

		ATIVIDADES							
25 692	0283 2799	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES							46.980.011
25 692	0283 2799 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	46.980.011
25 692	0283 2809	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS							23.058.018
25 692	0283 2809 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	23.058.018
		PROJETOS							
25 692	0283 3347	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS							3.000.000
25 692	0283 3347 0001	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	3.000.000
25 692	0283 3348	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS							81.979.492
25 692	0283 3348 0001	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	81.979.492
		POSTO DE SERVICO IMPLANTADO (UNIDADE) 149	1	4 - INV	2	90	0	495	81.979.492
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>155.117.52</b>

**ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA**  
**UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUIMICA S.A. - PETROQUISA**

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 166.905			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			166.905
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			46.840
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			120.065
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			166.905
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			166.905
TOTAL			166.905
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			166.905
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			166.905
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			166.905
TOTAL DA RECEITA		166.905	
RECEITAS CORRENTES		166.905	
RECEITAS DE CAPITAL			0
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUIMICA S.A. - PETROQUISA			

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	TE	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									166.905





ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 384.305.394**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES**  
**25 ENERGIA** **384.305.394**

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES**  
**784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO** **384.305.394**

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS**  
**0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS** **384.305.394**

**QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**  
**495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO** **384.305.394**

**TOTAL** **384.305.394**

**QUADRO SÍNTESE POR RECEITA**  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO **39.187.326**  
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO **39.187.326**  
6.3.1.0.00.00 INTERNAS **39.187.326**  
**TOTAL DA RECEITA** **39.187.326** **RECEITAS CORRENTES** **0** **RECEITAS DE CAPITAL** **39.187.326**

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS</b>									<b>384.305.394</b>
<b>PROJETOS</b>									
25 784	0290 1063	AQUISICAO DE NAVIOS EM ESTALEIROS NACIONAIS							384.305.394
25 784	0290 1063 0001	AQUISICAO DE NAVIOS EM ESTALEIROS NACIONAIS - NACIONAL							384.305.394
		NAVIO RECEBIDO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	384.305.394
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>384.305.394</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32278 - PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCO

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.447.211**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES**  
**25 ENERGIA** **1.447.211**

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES**  
**122 ADMINISTRAÇÃO GERAL** **1.447.211**

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS**  
**0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO** **1.447.211**

**QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**  
**495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO** **1.447.211**

**TOTAL** **1.447.211**

**QUADRO SÍNTESE POR RECEITA**  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO **1.447.211**  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS **1.447.211**  
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA **1.447.211**  
**TOTAL DA RECEITA** **1.447.211** **RECEITAS CORRENTES** **1.447.211** **RECEITAS DE CAPITAL** **0**

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32278 - PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCO

**ANEXO II** **CREDITO SUPLEMENTAR**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>									<b>1.447.211</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
25 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.447.211
25 122	0807 4102 0002	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO EXTERIOR							1.447.211
			1	4 - INV	4	90	0	495	1.447.211
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>1.447.211</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

**ANEXO II** **CREDITO SUPLEMENTAR**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 18.080.362**

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES**  
**25 ENERGIA** **18.080.362**

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES**  
**753 PETROLEO** **18.080.362**

**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS**  
**0288 REFINO DE PETRÓLEO** **18.080.362**

**QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**  
**495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO** **18.080.362**

**TOTAL** **18.080.362**

**QUADRO SINTESE POR RECEITA**  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO **13.180.362**  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS **13.180.362**  
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA **13.180.362**  
**TOTAL DA RECEITA** **13.180.362** **RECEITAS CORRENTES** **13.180.362** **RECEITAS DE CAPITAL** **0**

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

**ANEXO II** **CREDITO SUPLEMENTAR**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0288 REFINO DE PETRÓLEO</b>									<b>18.080.362</b>
		<b>PROJETOS</b>							
25 753	0288 5085	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI - REFAP, EM CANOAS (RS)							18.080.362
25 753	0288 5085 0043	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI - REFAP, EM CANOAS (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							18.080.362
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	18.080.362
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>18.080.362</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32282 - PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

**ANEXO II** **CREDITO SUPLEMENTAR**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 98.052.288**

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES**  
**25 ENERGIA** **98.052.288**

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	
753 PETROLEO	98.052.288
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	98.052.288
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	98.052.288
TOTAL	98.052.288
ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	
UNIDADE : 32282 - PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV	

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL									98.052.288
		ATIVIDADES							
25 753	0286 2851	AQUISICAO DE BENS DESTINADOS AS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETROLEO E GAS NATURAL							98.052.288
25 753	0286 2851 0002	AQUISICAO DE BENS DESTINADOS AS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NO EXTERIOR							98.052.288
			1	4 - INV	4	90	0	495	98.052.288
TOTAL - INVESTIMENTO									98.052.288

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32287 - PETROBRAS INTERNACIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.250.048,378			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			1.250.048,378
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
753 PETROLEO			1.250.048,378
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO			1.250.048,378
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			1.250.048,378
TOTAL			1.250.048,378
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			498.988,964
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			498.988,964
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			498.988,964
TOTAL DA RECEITA	498.988,964	RECEITAS CORRENTES	498.988,964
		RECEITAS DE CAPITAL	

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32287 - PETROBRAS INTERNACIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO									1.250.048.378
		ATIVIDADES							
25 753	0282 4864	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA INDUSTRIAL NO EXTERIOR							1.096.740.337
25 753	0282 4864 0002	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA INDUSTRIAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR	I	4 - INV	4	90	0	495	1.096.740.337
25 753	0282 4869	AQUISICAO DE DIREITOS E DE ESTUDOS PARA A EXPANSAO DE ATIVIDADES NA INDUSTRIA DO PETROLEO NO EXTERIOR							153.308.041
25 753	0282 4869 0002	AQUISICAO DE DIREITOS E DE ESTUDOS PARA A EXPANSAO DE ATIVIDADES NA INDUSTRIA DO PETROLEO NO EXTERIOR - NO EXTERIOR	I	4 - INV	4	90	0	495	153.308.041
TOTAL - INVESTIMENTO									1.250.048.378

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1045 BRASIL COM TODO GÁS									1.626.107.140
		ATIVIDADES							
25 785	1045 4861	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL							56.847.643
25 785	1045 4861 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	56.847.643
25 785	1045 4867	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL							1.000.000
25 785	1045 4867 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
		PROJETOS							
25 785	1045 10WA	AQUISICAO, DA PETROBRAS, DAS MALHAS DE GASODUTOS DE TRANSPORTE DAS REGIOES NORDESTE E SUDESTE							48.749.040
25 785	1045 10WA 0001	AQUISICAO, DA PETROBRAS, DAS MALHAS DE GASODUTOS DE TRANSPORTE DAS REGIOES NORDESTE E SUDESTE - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	48.749.040
25 785	1045 12AX	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO NORDESTE							312.638.100
25 785	1045 12AX 0020	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	312.638.100
25 785	1045 12AY	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE							1.206.872.357
25 785	1045 12AY 0030	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE - NA REGIAO SUDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	1.206.872.357
TOTAL - INVESTIMENTO									1.626.107.140





		PROJETOS						
25 785	1045 1C51	IMPLANTACAO DO GASODUTO CACIMBAS - VITORIA (ES) COM 128 KM						300.065
25 785	1045 1C51 0032	IMPLANTACAO DO GASODUTO CACIMBAS - VITORIA (ES) COM 128 KM - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO						300.065
		GASODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - (INV	2	90	0	495

300.065

**ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA**  
**UNIDADE : 32316 - LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 694.704**

694,704

670.704  
24.000

694.704

694.704

694,704

694.704

**ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**UNIDADE : 32316 - LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-----	------	-----	-------	-----	-------	-------

694.704

		ATIVIDADES							
25 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							670.704
25 122	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	670.704
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							24.000
25 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	24.000

694.704

## LEGISLAÇÃO CITADA

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....  
Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º;~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem assim o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)~~

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

---

### **LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008.**

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

**DECRETO Nº 6.519, DE 30 DE JULHO DE 2008.**

Altera o art. 9º e os Anexos I, II, VII, VIII, IX e X do Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2008 e dá outras providências.

**ANEXO V**

(Anexo IX do Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008)

**RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS**

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	Valores Acumulados	
	Quadrimestres	
	II	III
<b>A - Grupo ELETROBRÁS (I-II+III-IV)</b>	<b>833.385</b>	<b>1.441.521</b>
I - Receitas	24.040.064	36.430.224
II - Despesas	22.514.202	34.475.672
Investimentos	3.914.198	5.917.278
Demais Despesas	18.600.004	28.558.394
III - Ajuste Competência/Caixa	292.361	1.058.195
IV - Juros	984.838	1.571.226
<b>B - Grupo PETROBRÁS (I-II+III-IV)</b>	<b>6.323.688</b>	<b>12.685.380</b>
I - Receitas	131.488.898	200.098.210
II - Despesas	133.167.676	209.055.677
Investimentos	25.976.125	40.442.940
Demais Despesas	107.191.551	168.612.737
III - Ajuste Competência/Caixa	8.989.916	23.397.293
IV - Juros	987.450	1.754.446
<b>C - ITAIPU (I-II+III-IV)</b>	<b>3.156.902</b>	<b>5.125.334</b>
I - Receitas	5.149.731	7.835.258
II - Despesas	3.483.573	5.201.560
Investimentos	418.000	633.000
Demais Despesas	3.065.573	4.568.560
III - Ajuste Competência/Caixa	(248.625)	(71.556)
IV - Juros	(1.739.369)	(2.563.192)
<b>D - Demais empresas (I-II+III-IV)</b>	<b>(9.634)</b>	<b>(512.468)</b>
I - Receitas	16.883.643	25.331.465
II - Despesas	16.897.168	26.383.287
Investimentos	1.926.380	3.139.612
Demais Despesas (*)	14.970.788	23.243.675
III - Ajuste Competência/Caixa	(69.138)	386.514
IV - Juros	(73.029)	(152.840)
<b>RESULTADO PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS (A+B+C+D)</b>	<b>10.304.341</b>	<b>18.739.767</b>

(\*) Inclui ajuste metodológico.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006–CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

**Leitura: 6-10-2008**

**Até 11-10** publicação e distribuição de avulsos;

**Até 19-10** prazo final para apresentação de emendas;

**Até 24-10** publicação e distribuição de avulsos das emendas; e

**Até 8-11** encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2008**

**Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do Imposto de Renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 48 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48. Ficam isentos do imposto de renda:

I – os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas decorrentes de seguro-desemprego, auxílio-natalidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e auxílio-acidente, pagos pela previdência oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades de previdência privada.

II – a remuneração percebida pelo servidor público licenciado para tratamento das doenças enunciadas no inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, e no § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, concede isenção do imposto de renda de pessoas físicas aos proventos de aposentadoria ou reforma percebidos por portadores de algumas moléstias graves.

Contudo, a isenção não se estende à remuneração paga a servidor público ativo que está licenciado para tratamento dessas mesmas moléstias. Já os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas decorrentes do auxílio-doença pago pela previdência oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades de previdência privada são isentos do imposto de renda, a teor do art. 48 da Lei nº 8.541, de 1992.

Lembramos que a intenção original do inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, foi atender ao princípio da capacidade contributiva. O objetivo é, portanto, desonerar contribuintes que, em virtude de situações pessoais, têm despesas maiores e possuem menor disponibilidade econômica, o que se aplica aos portadores de moléstias graves, que são obrigados a incorrer em gastos extras consideráveis. Ao não estender o benefício aos servidores da ativa afastados para tratamento, a lei criou situação desigual e injusta, que buscamos corrigir com este projeto.

Desse modo, a presente proposta não penaliza as pessoas que, de acordo com a legislação atual, possuem o benefício, mas apenas corrige distorção no sistema tributário, ao estender a isenção do imposto de renda aos servidores licenciados para tratamento das doenças graves indicadas nas normas em vigor, motivo pelo qual deve contar com o apoio de nossos Pares nesta Casa.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 2008. – Senador **Osmar Dias**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

**LEI Nº 8.541, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1992**

Art. 48. Ficam isentos do imposto de renda os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas decorrentes de seguro-desemprego, auxílio-natalidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e auxílio-acidente, pagos pela previdência oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades de previdência privada. (Redação dada pela Lei nº 9.250, de 1995)

**LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988.**

**Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências**



Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

I – .....

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma; (Redação dada pela Lei nº 11.052, de 2004)

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

**Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências:**

Art. 30. A partir de 1º de janeiro de 1996, para efeito do reconhecimento de novas isenções de que tratam os incisos XIV e XXI do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, a moléstia deverá ser comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O serviço médico oficial fixará o prazo de validade do laudo pericial, no caso de moléstias passíveis de controle.

§ 2º Na relação das moléstias a que se refere o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, fica incluída a fibrose cística (mucoviscidose).

*(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.144, DE 2008**

Tendo sido autorizada por esta Presidência para representar o Senado Federal no “Fest Cine Amazônia” – Festival de Cinema e Vídeo Ambiental – versão itinerante, que será realizada no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal, onde proferirá palestra sobre a realidade ambiental na Amazônia.

Para tanto, requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 8 a 10 de outubro do corrente, para desempenhar mencionada missão.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do país no mencionado período.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 2008. – Senadora **Fátima Cleide**.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.145, DE 2008**

Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Previdência, no âmbito da Secretaria de Previdência Complementar, as seguintes informações:

O jornal **O Estado de S. Paulo** publicou recentemente a matéria “*Previ perdeu R\$ 15 bi com a crise, desde maio*”. Sobre o assunto, questiona-se:

– Essa perda realmente aconteceu? A SPC foi informada pela PREVI dessa perda?

– Alguma outra Entidade comunicou à SPC perdas com aplicações em bolsas de valores? Quais? Qual o valor?

– Como órgão fiscalizador das Entidades de Previdência Complementar, quais as providências adotadas pela SPC sobre o assunto, especialmente no tocante à responsabilização dos gestores das Entidades sobre essas aplicações?

– Há base legal autorizativa da aplicação de recursos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar na bolsa de valores, especialmente no que diz respeito a investimentos de risco?

Sala das Sessões, 6 de outubro de 2008. – Senador **Heráclito Fortes**.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 1.146, DE 2008**

Requeiro, nos termos do número 12, alínea c, inciso II do art. 255 do Regimento Interno, que sobre o PLS nº 38/2007 – que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências, que além da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 6 outubro de 2008. – Senadora **Ideli Salvatti**.

**REQUERIMENTO Nº 1.147, DE 2008**

Requeiro, nos termos do número 12, alínea c, inciso II do art. 255 do Regimento Interno, que sobre o PLS nº 38/2007 – que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências, que além da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 2008. – Senadora **Ideli Salvatti**.

**REQUERIMENTO Nº 1.148, DE 2008**

Requeiro, nos termos do número 12, alínea c, inciso II do art. 255 do Regimento Interno, que sobre o PLS nº 38/2007 – que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências, que além da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, seja ouvida, também, a Comissão de Serviços de Infra-estrutura.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 2008. – Senadora **Ideli Salvatti**.

**PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.149, DE 2008**

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento, na noite de ontem, dia 5 de outubro, na cidade de Brasília, do ex-Ministro do Tribunal de Contas da União, Homero Santos:

**a** – inserção em ata de voto de profundo pesar;

**b** – apresentação de condolências:

I – à família;

II – ao Tribunal de Contas da União;

III – à Câmara dos Deputados

IV – à Assembléia Legislativa de Minas

Gerais

V – à Câmara Municipal de Uberlândia.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, que conviveu com o Deputado Homero Santos aqui em Brasília, inclusive na Câmara dos Deputados.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Fui surpreendido agora, Sr. Presidente Marco Maciel, com essa notícia, que me deixou profundamente triste. Eu tinha uma admiração muito grande pelo Deputado Homero Santos. Não só fui companheiro dela na Câmara dos Deputados, como também colega de Mesa Diretora, ele como 1º vice-presidente e eu como 3º secretário.

Depois tivemos uma convivência adicional quando ele era Ministro do Tribunal de Contas da União. Homero Santos era apaixonado pelo processo eleitoral, tão apaixonado que escolheu um dia de eleição para morrer.

Que ele tenha o descanso que merece.

Quero enviar meus votos de pesar a todos os familiares dele. O Brasil perde uma extraordinária figura e Minas Gerais, um dos seus melhores homens.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Agradeço a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

E quero dizer que o requerimento será levado a consideração da família, da viúva D. Marta Santos, também à Câmara dos Deputados, ao Tribunal de Contas da União, cuja Casa pertenceu, à Assembléia Legis-

lativa de Minas Gerais, onde foi deputado estadual, e à Câmara Municipal de Uberlândia.

O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente sessão, convocando sessão para amanhã às 14 horas, de acordo com as normas do Regimento Interno, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

### 2

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, DE 2008

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 539, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos), que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2008*.

### 3

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 189, DE 2008

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 780, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2008*.

### 4

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 190, DE 2008

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 781, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2008*.

### 5

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)*

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003*.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

### 6

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de

2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

10

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

11

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único*.



co, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.

Parecer sob nº 785, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-Plen, nos termos da Emenda nº 4-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3-Plen.

12

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as*

*Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as*

*Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

15

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as*

*Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

16

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as*

*Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

17

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as*

*Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-



tituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

18

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

19

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

20

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

21

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

22

#### **SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

23

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

24

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

25

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

26

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

27

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

29

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

30

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

31

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

32

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

33

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

34

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o re-*

*conhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

35

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

36

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

37

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

38

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do

Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

39

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

40

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

41

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

42

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

43

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31,  
DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.*

Pareceres favoráveis sob os nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e



– Diretora, Relator: Senador Efraim Morais.

44

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

45

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

46

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

48

**PARECER Nº 106, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

49

**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

50

**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui*



*o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

**51**

**REQUERIMENTO Nº 1230, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

**52**

**REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da*

*República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).*

**53**

**REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivido pelo país irmão.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 2 minutos.)*

## **ATA DA 19ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 06 DE MARÇO DE 2007**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** , de 07 de março de 2007)

### **RETIFICAÇÃO**

Na Ata, da página 03837 a 03849, republique-se, na íntegra, o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2007, por estar ilegível.

### **(\*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 2007 (nº 201/1995, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o texto do Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995.**

**Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

(\*) Republicado, no DSF em 07/10/2008, na íntegra, por ter saído ilegível, quando de sua publicação, em 07/03/2007

TRATADO DE ASSISTÊNCIA MÚTUA EM MATÉRIA PENAL ENTRE O GOVERNO  
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO CANADÁ

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Canadá

(doravante denominados "Estados Contratantes"),

Desejosos de tornar mais efetivas as ações dos dois países na investigação, processo penal e repressão do crime mediante cooperação e assistência mútua em matéria penal,

Acordaram no seguinte:

P A R T E I

Disposições Gerais

ARTIGO 1

Obrigação de Prestar Assistência Mútua

1. Os Estados Contratantes deverão, no âmbito do presente Tratado, prestar assistência mútua em matéria penal na medida mais ampla possível.
2. Para os fins do parágrafo 1 deste artigo, será considerada assistência mútua qualquer assistência prestada pelo Estado requerido em relação a investigações ou processos judiciais no Estado requerente relativos a uma matéria penal, independentemente do fato da assistência ser solicitada ou dever ser prestada por um tribunal ou alguma outra autoridade.
3. Para os fins do parágrafo 1 deste artigo, matéria penal refere-se a investigações ou processos judiciais relativos a qualquer crime previsto por uma lei de um dos Estados Contratantes.
4. O termo "matéria penal" incluirá ainda investigações ou processos judiciais relativos a crimes relacionados com tributação em geral, taxas alfandegárias e transferência internacional de capitais ou pagamentos.
5. A assistência incluirá:
  - a) tomada de depoimentos e obtenção de declarações de pessoas;

- b) fornecimento de informações, documentos e outros registros, inclusive registros criminais, registros judiciais e registros governamentais;
- c) localização de pessoas e objetos, inclusive a identificação dos mesmos;
- d) busca e apreensão;
- e) entrega de bens, inclusive empréstimo de provas materiais;
- f) tornar disponíveis pessoas detidas e outras para fornecer provas ou auxiliar investigações;
- g) transmissão de documentos, inclusive documentos visando ao comparecimento de pessoas em juízo;
- h) medidas para localizar, bloquear e confiscar produtos oriundos de crime; e
- i) outras formas de assistência coerentes com os objetivos do presente Tratado.

## ARTIGO 2

### Execução de Pedidos

1. As solicitações de assistência deverão ser prontamente executadas de acordo com a legislação do Estado requerido e, desde que não seja proibida por esta legislação, na maneira solicitada pelo Estado requerente.

2. O Estado requerido, de acordo com suas leis e procedimentos, poderá executar uma solicitação de assistência independentemente de limitações relativas a sigilo bancário.

## ARTIGO 3

### Recusa ou Adiamento de Assistência

1. A assistência poderá ser recusada se, na opinião do Estado requerido, sua execução puder de alguma maneira afetar sua soberania, segurança, ordem pública ou interesse público essencial semelhante, prejudicar a segurança de qualquer pessoa ou não ser razoável por outras razões.

2. A assistência poderá ser adiada pelo Estado requerido se a execução da solicitação puder de alguma maneira interferir com uma investigação ou processo judicial em andamento no Estado requerido.

3. O Estado requerido deverá informar prontamente o Estado requerente de uma decisão do Estado requerido de não executar total ou parcialmente uma solicitação de assistência ou de adiar essa execução, e deverá apresentar as razões dessa decisão.

4. Antes de recusar-se a executar uma solicitação de assistência ou antes de adiar a execução dessa solicitação de assistência, o Estado requerido deverá considerar se a assistência pode ser prestada de acordo com condições que ele considere necessárias. Se o Estado requerente aceitar a assistência de acordo com essas condições, deverá cumpri-las.

## P A R T E II

### Disposições Específicas

#### ARTIGO 4

##### Presença de Pessoas Envolvidas nos Processos no Estado Requerido

1. O Estado requerido deverá, mediante solicitação, informar o Estado requerente da data e local de execução de uma solicitação de assistência.

2. Dentro dos limites previstos na legislação do Estado requerido, juízes ou autoridades públicas do Estado requerente e outras pessoas envolvidas na investigação ou no processo terão permissão para estarem presentes na execução da solicitação e para participar dos procedimentos processuais no Estado requerido.

#### ARTIGO 5

##### Transmissão de Documentos e Objetos

1. Quando a solicitação de assistência referir-se à transmissão de registros e documentos, o Estado requerido poderá transmitir cópias autenticadas dos mesmos ou, se possível, os originais.

2. Os registros ou documentos originais e os objetos transmitidos ao Estado requerente deverão ser devolvidos ao Estado requerido no prazo mais curto possível, mediante solicitação deste último.



3. Dentro dos limites previstos na legislação do Estado requerido, documentos, objetos e registros deverão ser transmitidos na maneira solicitada ou acompanhados das certificações solicitadas pelo Estado requerente no sentido de torná-los admissíveis perante a legislação do Estado requerente.

#### ARTIGO 6

##### Disponibilidade de Pessoas para Prestar Depoimento ou para Auxiliar Investigações no Estado Requerente

1. O Estado requerente poderá solicitar que uma pessoa seja posta à sua disposição, para depor ou auxiliar numa investigação.

2. O Estado requerido deverá convidar a pessoa a auxiliar a investigação ou comparecer em juízo como testemunha no processo judicial e deverá solicitar a cooperação dessa pessoa. Essa pessoa deverá ser informada sobre as despesas e ajudas de custo que lhe serão pagas.

#### ARTIGO 7

##### Disponibilidade de Pessoas Detidas para Prestar Depoimentos ou para Auxiliar Investigações no Estado Requerente

1. A pessoa mantida sob custódia no Estado requerido deverá, mediante solicitação do Estado requerente, ser temporariamente transferida para o Estado requerente no sentido de auxiliar investigações ou testemunhar em processos judiciais, desde que essa pessoa concorde com essa transferência e não existam razões que impossibilitem a transferência dessa pessoa.

2. Se a legislação do Estado requerido exigir que a pessoa transferida seja mantida sob custódia, o Estado requerente deverá mantê-la sob custódia e deverá devolvê-la ao Estado requerido após a execução da solicitação.

3. Quando a pena imposta expirar ou quando o Estado requerido informar o Estado requerente de que não há mais necessidade de manter sob custódia a pessoa transferida, essa pessoa deverá ser posta em liberdade e tratada como uma pessoa cuja presença no Estado requerente tenha sido obtida em virtude de uma solicitação para esse fim.

ARTIGO 8

## Salvo-Conduto

1. Qualquer pessoa presente no Estado requerente em resposta a uma solicitação apresentada no sentido de que essa pessoa compareça em juízo não deverá ser submetida a processo penal, detida ou sujeita a qualquer outra restrição da liberdade pessoal nesse Estado por quaisquer atos ou omissões que precederam a partida dessa pessoa do Estado requerido, e tampouco deverá essa pessoa ser obrigada a dar depoimento em qualquer processo judicial que não aquele ao qual a solicitação se refere.

2. Qualquer pessoa que a pedido do Estado requerente, tenha aceito comparecer nesse Estado afim de responder perante as autoridades judiciárias por quaisquer atos, omissões ou condenações pelos quais seja objeto de processos, não poderá ser nele processada, detida ou sujeita a qualquer outra restrição da liberdade individual por atos, omissões ou condenações anteriores à sua partida do Estado requerido, que não tenham sido especificados na solicitação.

3. Os parágrafos 1 e 2 do presente artigo não mais se aplicarão se a pessoa, estando livre para deixar o Estado requerente, não o fizer dentro de um prazo de 30 dias após a pessoa ter sido oficialmente notificada de que sua presença não é mais necessária ou se, tendo-o deixado, a ele tenha retornado voluntariamente.

4. Qualquer pessoa que deixe de comparecer no Estado requerente não ficará sujeita a qualquer sanção ou medida compulsória no Estado requerido.

ARTIGO 9

## Produtos do Crime

1. O Estado requerido deverá, mediante solicitação, empreender os esforços necessários para verificar se quaisquer produtos de um crime estão localizados dentro de sua jurisdição e deverá notificar o Estado requerente dos resultados de suas investigações. Ao apresentar sua solicitação, o Estado requerente deverá notificar o Estado requerido dos fundamentos de sua suposição de que esses produtos podem estar localizados nessa jurisdição.

2. Quando, de acordo com o parágrafo 1 do presente artigo, os produtos suspeitos de um crime forem encontrados, o Estado requerido deverá tomar as medidas permitidas por sua legislação para bloquear, apreender e confiscar esses produtos.

## P A R T E III

## Procedimentos

ARTIGO 10

## Teor das Solicitações

1. Em todos os casos, as solicitações de assistência deverão incluir as seguintes informações:

- a) o nome da autoridade competente responsável pela investigação ou processo judicial ao qual a solicitação se refere;
- b) uma descrição da natureza da investigação ou processo judicial, inclusive uma exposição dos fatos e leis pertinentes;
- c) a finalidade da solicitação e a natureza da assistência solicitada;
- d) a necessidade, se houver, de confidencialidade e suas razões; e
- e) o prazo dentro do qual o atendimento à solicitação seria desejado.

2. As solicitações de assistência deverão ainda conter as seguintes informações:

- a) sempre que possível, a identidade, nacionalidade e localização da pessoa ou pessoas que são o sujeito das investigações ou processos judiciais;
- b) quando necessário, detalhes de qualquer procedimento ou requisito particular que o Estado requerente deseje que seja adotado e suas razões;
- c) no caso de solicitações para tomada de depoimento ou busca e apreensão, uma declaração indicando os fundamentos para a suposição de que as provas podem ser encontradas dentro da jurisdição do Estado requerido;

- d) no caso de solicitações de tomada de depoimento por parte de uma pessoa, uma declaração esclarecendo se os depoimentos deverão ser tomados sob juramento ou afirmação solenes, bem como uma descrição do teor dos testemunhos ou declarações desejados;
- e) no caso de pedido de empréstimo de provas materiais, a pessoa ou categoria de pessoas que terão custódia sobre essas provas, o local para o qual devem ser transferidas, quaisquer exames a serem realizados e a data na qual deverão ser devolvidas;
- f) no caso de pedido para tornar disponíveis pessoas detidas, a pessoa ou categoria de pessoas que terão custódia sobre a mesma durante a transferência, local para o qual a pessoa detida deve ser transferida e a data de seu retorno.

3. Se o Estado requerido considerar que as informações contidas na solicitação não são suficientes para permitir que sejam tomadas as medidas necessárias em relação à solicitação, esse Estado poderá solicitar o fornecimento de detalhes adicionais.

4. A solicitação deverá ser apresentada por escrito. Em circunstâncias urgentes ou quando o Estado requerido permitir, a solicitação poderá ser apresentada verbalmente; entretanto, deverá ser confirmada por escrito na maior brevidade possível.

#### ARTIGO 11

##### Autoridades Centrais

As autoridades centrais deverão emitir e receber todas as solicitações e suas respostas no âmbito do presente Tratado. A autoridade central pela República Federativa do Brasil será a Procuradoria Geral da República e a autoridade central pelo Canadá será o Ministro da Justiça ou uma autoridade por este designada.

#### ARTIGO 12

##### Limitação de Uso das Informações e Confidencialidade

1. O Estado requerido poderá solicitar, após consultar o Estado requerente, que as informações ou provas fornecidas ou a fonte dessas informações ou provas sejam mantidas em caráter confidencial, ou reveladas ou usadas somente de acordo com os termos e as condições especificadas pelo mesmo.

2. O Estado requerente não deverá revelar ou usar informações ou provas fornecidas para quaisquer outras finalidades que não as definidas na solicitação sem o consentimento prévio da autoridade central do Estado requerido.

3. O Estado requerido deverá, na medida solicitada, manter confidencial uma solicitação, seus teores, documentos de apoio e qualquer ação tomada em relação à solicitação, revelando apenas o estritamente necessário para a sua execução, salvo autorização específica do Estado requerido, de acordo com os termos e as condições que ele possa especificar.

4. Com ressalva do parágrafo 3 deste artigo, caso a solicitação não possa ser executada sem quebrar a confidencialidade estipulada na mesma, o Estado requerido deverá informar o Estado requerente dessa situação e este, por sua vez, deverá determinar até que ponto deseja ver executada a sua solicitação.

#### ARTIGO 13

##### Autenticação

Provas, documentos e informações transmitidos no âmbito do presente Tratado não precisarão ser autenticados de nenhuma forma, a não ser como previsto no artigo 5.

#### ARTIGO 14

##### Idioma

1. As solicitações e documentos de apoio deverão ser acompanhados por uma tradução para um dos idiomas oficiais do Estado requerido.

2. As solicitações de transmissão de documentos deverão ser acompanhadas por uma tradução dos documentos a serem notificados para um idioma compreensível para a pessoa a quem devam ser encaminhados.

#### ARTIGO 15

##### Autoridades Consulares

1. As autoridades consulares poderão colher, no território do Estado receptor, depoimento de uma testemunha voluntária, sem a necessidade de uma solicitação formal nesse sentido. O Estado receptor deverá ser previamente notificado do procedimento processual pretendido. Esse Estado poderá recusar seu consentimento por qualquer das razões previstas no artigo 3.



2. As autoridades consulares poderão transmitir documentos a um indivíduo que se apresente voluntariamente nos recintos consulares.

#### ARTIGO 16

##### Despesas

1. O Estado requerido deverá arcar com os custos da execução de um pedido de assistência, exceto pelas seguintes despesas, que deverão ser arcadas pelo Estado requerente:

- a) as despesas relativas ao transporte de qualquer pessoa do e para o território do Estado requerido mediante solicitação do Estado requerente e quaisquer despesas ou ajudas de custo pagáveis a essa pessoa enquanto a mesma permanecer no Estado requerente em função de uma solicitação feita de acordo com os artigos 6 e 7 do presente Tratado;
- b) as despesas e honorários de peritos, tanto no Estado requerido como no Estado requerente.

2. Caso fique claro que a execução de uma solicitação exija despesas de caráter extraordinário, os Estados Contratantes deverão consultar-se no sentido de determinar os termos e as condições sob as quais a assistência solicitada poderá ser fornecida.

#### P A R T E IV

##### Disposições Finais

#### ARTIGO 17

##### Outras Formas de Assistência

O presente Tratado não derroga outras obrigações existentes entre os Estados Contratantes em virtude de outros tratados, ajustes ou quaisquer outros compromissos e não impedirá por qualquer outro motivo que os Estados Contratantes prestem ou continuem a prestar assistência uma a outra no âmbito de outros tratados, ajustes ou quaisquer outros compromissos.

ARTIGO 18Âmbito de Aplicação

O presente Tratado aplicar-se-á a qualquer solicitação apresentada após a data de sua entrada em vigor, mesmo que os atos ou omissões pertinentes tenham ocorrido antes daquela data.

ARTIGO 19Consultas

Os Estados Contratantes deverão consultar-se sem demora, mediante solicitação de qualquer delas, em relação à interpretação e aplicação do presente Tratado.

ARTIGO 20Terceiros Estados

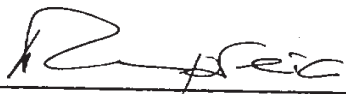
Quando as autoridades judiciais de um terceiro Estado emitirem qualquer ordem no contexto de uma investigação ou processo judicial que tenha o efeito de exigir que um nacional ou residente de um dos Estados assuma ou abstenha-se de qualquer tipo de conduta no território do outro Estado Contratante, de maneira incompatível com as legislações ou políticas estabelecidas desse outro Estado, os Estados Contratantes concordam em consultar-se mutuamente no sentido de identificar meios de evitar ou minimizar essa incompatibilidade.

ARTIGO 21Entrada em Vigor e Denúncia

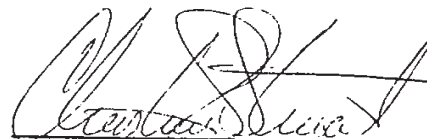
1. O presente Tratado entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês após a data na qual os Estados Contratantes notificaram uma à outra do cumprimento de seus requisitos legais.
2. Qualquer dos Estados Contratantes poderá denunciar o presente Tratado. A denúncia surtirá efeito um ano após a data de sua notificação ao outro Estado Contratante.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos seus Governos, firmam o presente Tratado.

Feito em Brasília, em 27 de janeiro de 1995, em dois exemplares nas línguas portuguesa, francesa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
Luiz Felipe Lampreia



PELO GOVERNO DO CANADÁ

Christine Stewart

## MENSAGEM Nº 786, DE 1995

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, o texto do Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995.

Brasília, 19 de julho de 1995.



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 393/MRE, DE 14 DE JULHO DE 1995, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal, firmado em Brasília, em 27 de janeiro de 1995, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá.

2. O referido instrumento jurídico vem ao encontro do crescente desejo de combate ao crime e à delinquência internacional, permitindo, assim, cooperação mais ágil entre os dois países.

3. Tendo em vista o grande interesse dos dois Governos pelo assunto, permito-me submeter a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópias autênticas do Tratado, a fim de que seja encaminhado à apreciação do Poder Legislativo.

Respeitosamente,



SEBASTIÃO DO REGO BARROS  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

### Constituição da República Federativa do Brasil 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

## **SENADO FEDERAL**

### **ATA DA 19ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 06 DE MARÇO DE 2007**

(Publicada no **Diário do Senado Federal**, de 07 de março de 2007)

### **RETIFICAÇÃO**

Na Ata, da página 03850 a 03863, republique-se, na íntegra, o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2007, por estar ilegível.

## **SENADO FEDERAL**

### **(\*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 2007 (nº 220/1995, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995, suprimidas a alínea b do item 6 do artigo 2 e a expressão "antes ou" do item 2 do artigo 22.**

**Parágrafo único.** Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**Art. 2º** O Brasil não concederá a extradição cujo pedido seja fundado nos crimes definidos pelo artigo 2, item 5, *in fine*, do Tratado.

**Art. 3º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL E O GOVERNO DO CANADÁ

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Canadá

(doravante designados "Estados Contratantes"),

Desejosos de tornar mais efetiva a sua cooperação na prevenção e repressão do crime mediante a conclusão de um Tratado de Extradicação;

Afirmando seu respeito pelos sistemas jurídicos e instituições judiciárias de ambos os países,

Convieram no seguinte:

ARTIGO 1

Obrigação de Extraditar

Cada Estado Contratante concorda em extraditar para o outro, no âmbito do presente Tratado, qualquer pessoa reclamada para processo penal ou imposição ou execução de sentença no Estado requerente por crime passível de extradição.



ARTIGO 2

## Crimes Passíveis de Extradicação

1. A extradicação deverá ser concedida por conduta que constitua crime de acordo com as legislações de ambos os Estados Contratantes que seja punível com pena de privação de liberdade de pelo menos um ano ou com pena mais severa.
2. Quando um pedido de extradicação referir-se a uma pessoa condenada a pena de privação de liberdade por uma autoridade judiciária competente do Estado requerente por qualquer crime passível de extradicação, a extradicação deverá ser concedida somente no caso de ainda restar pelo menos um ano de pena por cumprir.
3. Para os fins do presente Artigo:
  - a) não se levará em conta se as legislações dos Estados Contratantes enquadram a conduta caracterizada como crime nas mesmas categorias criminais ou se denominam o crime com terminologia diferente;
  - b) o conjunto de fatos imputados à pessoa cuja extradicação estiver sendo solicitada deverá ser levado em consideração para determinar se a conduta em questão representa um crime perante a legislação do Estado requerido e não importará se, de acordo com as legislações dos Estados Contratantes, os elementos constitutivos do crime diferirem.
4. Os crimes de natureza fiscal, inclusive os crimes contra a legislação relativa a impostos, taxas alfandegárias, controle cambial ou a qualquer outra matéria fiscal serão passíveis de extradicação. Se a conduta que deu origem a um pedido de extradicação representar crime no Estado requerido, a extradicação não poderá ser recusada em razão da legislação da parte requerida não prever o mesmo tipo de imposto ou contribuição ou não conter uma regulamentação fiscal, aduaneira ou cambial do mesmo tipo previsto no Estado requerente.

5. Para crime cometido fora do território do Estado requerente, a extradição deverá ser concedida se a legislação do Estado requerido prever pena para um crime cometido fora de seu território em circunstâncias semelhantes. Caso a legislação do Estado requerido não puna crime desta natureza, o Estado requerido poderá, a seu critério, conceder a extradição.

A extradição por um crime poderá ser concedida, no âmbito do presente Tratado, desde que:

- a) o crime seja considerado como tal no Estado requerente na ocasião da ocorrência da conduta constitutiva do crime; e
- b) a conduta em questão, caso ocorresse no território do Estado requerido na ocasião da apresentação do pedido de extradição, constituísse crime contra a legislação em vigor no território do Estado requerido.

7. Se o pedido de extradição envolver diversos crimes, cada um dos quais punível de acordo com as legislações de ambos os Estados, mas alguns dos quais não satisfaçam os requisitos previstos nos parágrafos 1 e 2 deste artigo, o Estado requerido poderá conceder a extradição por tais crimes desde que a pessoa venha a ser extraditada em decorrência de pelo menos um crime passível de extradição.

### ARTIGO 3

#### Recusa Obrigatória de Extradição

A extradição não deverá ser concedida, no âmbito do presente Tratado, em qualquer das seguintes circunstâncias:

- 1. Quando o crime que deu origem ao pedido de extradição for considerado crime político pelo Estado requerido. Para os fins do presente parágrafo, a caracterização de crime político não deverá incluir:

- a) o atentado ou tentativa de atentado contra a vida de um Chefe de Estado, um Chefe de Governo ou membro de sua família;
- b) um crime em relação ao qual cada Estado Contratante tenha a obrigação, em função de uma Convenção internacional multilateral, de extraditar a pessoa reclamada ou de submeter o caso à consideração de suas autoridades competentes para fins de processo penal;
- c) homicídio qualificado, homicídio simples, culposo ou outro homicídio culposo, golpes e ferimentos intencionais ou lesões corporais graves;
- d) crime que envolva rapto, sequestro ou qualquer outra forma de detenção ilegal, inclusive a tomada de refém;
- e) crime que envolva qualquer ato de terrorismo.

Em todos os outros casos, a caracterização de um crime como crime de natureza política caberá exclusivamente às autoridades competentes do Estado requerido.

2. Quando existirem razões fundadas para supor que um pedido de extradição foi apresentado com a finalidade de processar ou punir uma pessoa por motivo de raça, religião, nacionalidade, alguma opinião política ou que a situação de uma pessoa possa ser prejudicada por quaisquer dessas razões.

3. No caso de ter sido proferida sentença definitiva no território do Estado requerido em relação à pessoa procurada em função do crime que deu origem ao pedido de extradição dessa pessoa.

4. Quando o processo penal ou a pena pelo crime que deu origem ao pedido de extradição estejam prescritos de acordo com a legislação do Estado requerido.

5. Quando o crime que deu origem ao pedido de extradição constitua crime segundo as leis militares e não segundo o direito penal ordinário.

6. Quando o processo judicial contra a pessoa reclamada se tenha desenvolvido ou tiver de desenvolver-se perante um Tribunal "ad hoc" no Estado requerente.

ARTIGO 4

## Recusa Facultativa de Extradição

A extradição poderá ser recusada, no âmbito do presente Tratado, em qualquer das seguintes circunstâncias:

1. Quando o crime que deu origem ao pedido de extradição estiver sujeito à jurisdição do Estado requerido e esse Estado se responsabilize ou venha a se responsabilizar pela instauração do processo penal relativo ao crime em questão.
2. Quando o crime for punível com a pena de morte de acordo com a legislação do Estado requerente, a menos que esse Estado assuma o compromisso de que a pena de morte não será pedida ou, caso venha a ser imposta, que ela não será executada.
3. Quando, em casos excepcionais o Estado requerido, embora levando também em consideração a gravidade do crime e os interesses do Estado requerente, julgar, em função das circunstâncias pessoais do indivíduo reclamado, que a extradição seria incompatível com considerações humanitárias.
4. No caso da pessoa reclamada ter sido absolvida ou condenada em última instância em um terceiro Estado pelo mesmo crime que deu origem ao pedido de extradição e, no caso de condenação, a sentença imposta ter sido plenamente cumprida ou não ser mais exeqüível.
5. No caso da pessoa reclamada enquadrar-se na definição de delinqüente juvenil prevista na legislação do Estado requerido no momento em que o crime foi cometido e que a lei a ser aplicada a essa pessoa no Estado requerente não se harmonize com os princípios fundamentais da legislação do Estado requerido relativa a delinqüentes juvenis.

ARTIGO 5

## Extradição de Nacionais

1. A extradição poderá ser recusada quando a pessoa cuja extradição estiver sendo solicitada for um nacional do Estado Requerido.

2. Quando um Estado recusar a extradição com base no parágrafo 1 do presente artigo, deverá submeter o caso à consideração de suas autoridades competentes, para que possam ser tomadas as medidas legais cabíveis para instauração de processo penal contra a pessoa reclamada por todos ou qualquer dos crimes que deram origem ao pedido de extradição. Esse Estado deverá informar o Estado requerente a respeito de qualquer medida tomada e do resultado de qualquer processo penal. A nacionalidade deverá ser determinada com base no momento da perpetração do crime que deu origem ao pedido de extradição.

#### ARTIGO 6

##### Encaminhamento do Pedido de Extradição

Os pedidos de extradição e qualquer correspondência subsequente deverão ser transmitidos pela via diplomática.

#### ARTIGO 7

##### O Pedido e Documentos de Apoio

1. Todos os pedidos de extradição deverão ser apresentados por escrito e instruídos com:

- a) informações relativas à identidade e, se disponíveis, nacionalidade, provável localização da pessoa reclamada, descrição física, fotografia e impressões digitais;
- b) uma exposição sumária dos fatos relativos ao caso, inclusive a data e o local em que o crime foi cometido;
- c) os textos das leis que indiquem a denominação e os elementos essenciais do crime que deu origem ao pedido de extradição, a pena prevista para o crime e o prazo de prescrição relacionado com o processo penal ou a execução da pena; e
- d) uma declaração da jurisdição do Estado requerente sobre o crime, caso ele tenha sido cometido fora do seu território.



2. O pedido de extradição relativo a uma pessoa acusada de um crime deverá ser apoiado por:

- a) uma cópia da ordem de prisão; e
- b) no caso da lei do Estado requerido assim exigir, provas que possam justificar a prisão para fins de extradição:
  - i) para os fins do parágrafo 2, alínea b) deste artigo, um resumo dos fatos relativos ao caso com descrição detalhada das provas recolhidas, inclusive prova da identidade do autor do crime, será admitido como evidência de prova dos fatos ali contidos desde que um promotor certifique que as provas descritas no resumo foram recolhidas de acordo com a legislação do Estado requerente;
  - ii) o resumo dos fatos pode incluir quaisquer declarações, relatórios, reproduções ou outros documentos relevantes;
  - iii) o resumo dos fatos pode conter provas recolhidos no Estado requerente ou em outros lugares e deverá ser aceito como prova, independentemente de ser admissível ou não segundo a lei do Estado requerido.

3. O pedido de extradição relativo a uma pessoa condenada deverá ser instruído com:

- a) uma cópia da sentença condenatória;
- b) uma cópia da ordem de prisão ou uma declaração de que a pessoa está sujeita a detenção com base na sentença condenatória;

c) caso a sentença tenha sido pronunciada, uma declaração da sentença, se esta informação não estiver incluída na alínea (a); e

d) quando necessário, uma declaração do remanescente da pena a ser cumprido.

4. Todos os documentos e suas cópias autenticadas apresentados em apoio de um pedido de extradição, dos quais conste terem sido certificados, emitidos ou assinados por uma autoridade judiciária, um promotor ou outra autoridade pública do Estado requerente, deverão ser aceitos como prova nos processos de extradição no Estado requerido, sem necessidade de serem redigidos sob juramento ou afirmação solene e de prova da assinatura ou da qualidade do signatário.

5. Qualquer tradução de documentos apresentados em apoio de um pedido de extradição fornecida pelo Estado requerente deverá ser aceita, para todos os fins, nos processos de extradição.

#### ARTIGO 8

##### Autenticação de Documentos de Apoio

Não será exigida qualquer autenticação ou qualquer outra certificação dos documentos apresentados em apoio de um pedido de extradição.

#### ARTIGO 9

##### Idiomas

Todos os documentos apresentados no âmbito do presente Tratado deverão estar redigidos ou traduzidos em um dos idiomas oficiais do Estado requerido, por este especificado em cada caso.

ARTIGO 10

## Informações Adicionais

Se o Estado requerido considerar que os documentos fornecidos em apoio de um pedido de extradição não são suficientes, nos termos do presente Tratado, para permitir a concessão da extradição, esse Estado poderá solicitar que sejam prestadas informações adicionais no prazo por ele especificado.

ARTIGO 11

## Direito Aplicável

Salvo disposição em contrário deste Tratado, os procedimentos relativos à prisão e à extradição serão regulados pela lei do Estado requerido.

ARTIGO 12

## Prisão Preventiva

1. Em caso de urgência, um Estado Contratante poderá solicitar, pela via diplomática, a prisão preventiva da pessoa reclamada. A solicitação poderá ser transmitida por qualquer meio que permita conservar um registro escrito.
2. A solicitação de prisão preventiva deverá incluir:

- a) informações relativas à identidade e, se disponíveis, à nacionalidade, provável localização da pessoa reclamada e uma descrição física da mesma;
- b) uma declaração de que a extradição será pedida;
- c) a denominação, data e local do crime e uma breve descrição dos fatos relativos ao caso;
- d) uma declaração de que existe uma ordem de prisão em vigor ou de que foi pronunciada uma condenação, mencionando a data, local e autoridade emitente; e
- e) uma declaração indicando a pena máxima de privação de liberdade que poderá ser imposta ou que tenha sido efetivamente imposta e, se for o caso, a parte da pena que resta por cumprir.

3. Ao receber uma solicitação de prisão preventiva, o Estado requerido deverá, de acordo com a sua legislação e se considerar que os requisitos dos parágrafos 1 e 2 deste artigo foram cumpridos, tomar as medidas necessárias para deter a pessoa reclamada, e o Estado requerente deverá ser notificado sem demora a respeito do atendimento dado à sua solicitação.

4. A prisão preventiva deverá ser suspensa se, dentro de um prazo de sessenta dias a contar da data de detenção da pessoa reclamada, o pedido formal de extradição e seus documentos de apoio não tiverem sido recebidos. Mediante apresentação de uma solicitação fundamentada, esse prazo, poderá ser dilatado excepcionalmente por um período máximo de vinte dias.

5. A liberação de uma pessoa reclamada, com fundamento no parágrafo 4 deste artigo, não impedirá a instauração ou a continuação de processo de extradição, caso o pedido e os documentos de apoio sejam subsequentemente recebidos.

1. Quando forem recebidos pedidos de dois ou mais Estados para extradição da mesma pessoa, seja pelo mesmo crime ou por crimes diferentes, o Estado requerido deverá determinar a qual desses Estados a pessoa deverá ser extraditada e deverá notificar esses Estados a respeito de sua decisão.

2. Para determinar a qual desses Estados a pessoa deverá ser extraditado, o Estado requerido dará prioridade ao Estado ou Estados com os quais tenha concluído tratado de extradição. Se o Estado requerido tiver concluído tratado de extradição com mais de um Estado, deverá tomar sua decisão levando em consideração todas as circunstâncias relevantes, especialmente as seguintes:

- a) se os pedidos referirem-se a crimes diferentes, a gravidade relativa dos mesmos;
- b) a data e local em que cada crime foi cometido;
- c) as datas respectivas dos pedidos;
- d) a nacionalidade da pessoa reclamada;
- e) o local de residência habitual da pessoa reclamada; e
- f) a possibilidade de reextradição dessa pessoa para um terceiro Estado.



ARTIGO 14

## Entrega

1. Tão logo seja tomada uma decisão em relação ao pedido de extradição o Estado requerido deverá comunicá-la ao Estado requerente. Deverão ser apresentadas as razões para qualquer recusa completa ou parcial de um pedido de extradição.
2. Sempre que possível, de acordo com sua legislação, o Estado requerido deverá entregar a pessoa reclamada às autoridades competentes do Estado requerente em local, no território do Estado requerido, aceitável para ambos os Estados.
3. O Estado requerente deverá tomar a seu cargo a pessoa reclamada no território do Estado requerido dentro de um prazo razoável por este determinado, em todo caso não superior a sessenta dias após a comunicação mencionada no parágrafo 1 deste artigo. Se a pessoa não for retirada dentro de tal prazo, o Estado requerido poderá colocá-la em liberdade e recusar a concessão de extradição pelo mesmo crime.
4. Se circunstâncias independentes de sua vontade impedirem um Estado contratante de entregar ou tomar a seu cargo a pessoa a ser extraditada, deverá notificar o outro Estado Contratante a este respeito. Os Estados contratantes deverão definir mutuamente uma nova data para a entrega ou retirada e as disposições do parágrafo 3 do presente artigo serão aplicáveis.

ARTIGO 15

## Entrega Adiada ou Temporária

1. Quando a pessoa reclamada estiver sendo processada ou cumprindo sentença no Estado requerido, por um crime diferente daquele que deu origem ao pedido de extradição, o Estado requerido poderá entregar a pessoa reclamada ou adiar a entrega até a conclusão do processo ou o cumprimento integral ou parcial da pena imposta. O Estado requerido informará ao Estado requerente a respeito de qualquer adiamento.

2. Dentro dos limites previstos pela legislação, do Estado requerido a pessoa reclamada cuja extradição tenha sido concedida poderá ser temporariamente entregue por esse Estado ao Estado requerido para fins de julgamento, segundo condições a serem determinadas entre os Estados contratantes. A pessoa devolvida ao Estado requerido após uma entrega temporária poderá ser definitivamente entregue para cumprir

ARTIGO 16

## Entrega de Objetos

1. Dentro dos limites previstos na legislação do Estado requerido e ressalvados os direitos de terceiros, que deverão ser devidamente respeitados, todos os objetos encontrados no território do Estado requerido que tenham sido adquiridos como resultado do crime cometido ou que sejam requisitados como prova deverão, se houver solicitação do Estado requerente, ser-lhe entregues se a extradição for concedida.

2. Salvo o disposto no parágrafo 1 deste artigo, os objetos nele mencionados deverão, se houver solicitação do Estado requerente, ser-lhe entregues mesmo que a extradição não possa ser efetuada por motivos de falecimento ou fuga da pessoa reclamada.

3. Quando exigido pela legislação do Estado requerido ou pelos direitos de terceiros, quaisquer objetos entregues deverão ser devolvidos ao Estado requerido a seu pedido sem qualquer ônus.

ARTIGO 17

## Regra de Especialidade

1. Sob reserva do parágrafo 4 deste artigo, uma pessoa extraditada no âmbito do presente Tratado não deverá ser detida, processada ou sujeita a qualquer outra restrição de sua liberdade pessoal no Estado requerente por qualquer crime cometido antes de sua entrega, salvo as seguintes exceções:

- a) um crime pelo qual tenha sido concedida extradição; ou
- b) qualquer outro crime passível de extradição, mediante consentimento do Estado requerido.

2. A solicitação de consentimento do Estado requerido para os fins do presente artigo deverá, a pedido desse Estado, ser acompanhada dos documentos mencionados no artigo 7, bem como de um registro de qualquer declaração feita pela pessoa extraditada em relação ao crime em questão.

3. Se a acusação que deu base à extradição de uma pessoa for subsequente alterada, essa pessoa poderá ser processada ou condenada a uma pena, desde que o crime, em sua nova qualificação:

- a) baseie-se substancialmente nos mesmos fatos expostos no pedido de extradição e nos documentos de apoio; e
- b) seja punível com pena máxima equivalente à do crime pelo qual essa pessoa foi extraditada, ou com pena máxima mais branda.

4. O parágrafo 1 deste Artigo não se aplicará quando a pessoa extraditada tendo tido a oportunidade de deixar o Estado requerente não o tiver feito dentro de quarenta e cinco (45) dias a contar da data de sua liberação definitiva em relação ao crime pelo qual foi extraditada, ou se a ele houver retornado voluntariamente após tê-lo deixado.

5. As disposições do parágrafo 4 não se aplicarão se puderem ser direta ou indiretamente interpretadas como podendo constituir banimento, expulsão ou remoção forçada de um nacional brasileiro do Brasil.

#### ARTIGO 18

##### Reextradição para um Terceiro Estado

1. No caso de uma pessoa haver sido entregue ao Estado requerente, este não deverá entregá-la a um terceiro Estado por um crime anterior à sua entrega, a não ser que:

a) o Estado requerido dê seu consentimento para tal; ou

b) a pessoa extraditada tenha tido oportunidade de deixar o Estado requerente e não o tenha feito no prazo de quarenta e cinco (45) dias a contar da sua liberação definitiva em relação ao crime pelo qual foi entregue pelo Estado requerido ou, se a ele tiver retornado voluntariamente após tê-lo deixado.

2. As disposições da alínea b) do parágrafo 1 deste artigo não se aplicarão se puderem ser direta ou indiretamente interpretadas como podendo constituir banimento, expulsão ou remoção forçada de um nacional brasileiro do Brasil.

3. O Estado requerido poderá solicitar a exibição dos documentos apresentados pelo terceiro Estado em relação a qualquer consentimento mencionado na alínea a) do parágrafo 1 deste artigo.

ARTIGO 19

## Duração da Prisão

O Estado requerido deverá informar o Estado requerente do tempo em que a pessoa procurada esteve presa no Estado requerido para fins de extradição. O Estado requerente deverá assegurar-se de que suas autoridades competentes sejam informadas a respeito desse tempo de prisão para que seja considerado para fins de redução de qualquer pena de privação de liberdade imposta ou a ser imposta em relação ao crime pelo qual a extradição foi concedida.

ARTIGO 20

## Despesas

1. O Estado requerido deverá tomar todas as providências necessárias e arcar com os custos relativos a qualquer procedimento originário de um pedido de extradição, inclusive do processo resultante de uma recusa de concessão de extradição com base na nacionalidade.

2. O Estado requerido deverá arcar, em seu território, com as despesas decorrentes da detenção da pessoa cuja extradição for solicitada e da sua manutenção em custódia até a sua entrega ao Estado requerente.

3. O Estado requerente deverá arcar com as despesas decorrentes do transporte da pessoa extraditada para fora do território do Estado requerido.

ARTIGO 21

## Trâmites Processuais

1. No caso de um pedido de extradição apresentado pela República Federativa do Brasil, o Procurador Geral do Canadá deverá ficar encarregado dos trâmites processuais relativos à extradição.

2. No caso de um pedido de extradição apresentado pelo Canadá, os procedimentos de extradição deverão ser conduzidos de acordo com a legislação brasileira.



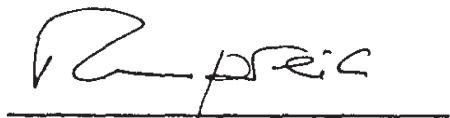
ARTIGO 22

## Entrada em Vigor e Denúncia

1. O presente Tratado entrará em vigor trinta dias após a data na qual os Estados Contratantes notificarem um ao outro, por escrito, do cumprimento de seus respectivos requisitos para sua entrada em vigor.
2. O presente Tratado aplicar-se-á a qualquer crime especificado no artigo 2 que tenha sido cometido antes ou após sua entrada em vigor.
3. Qualquer dos Estados Contratantes poderá denunciar o presente Tratado a qualquer momento mediante notificação prévia por escrito ao outro Estado Contratante. Nesse caso, a denúncia surtirá efeito seis meses após a data da referida notificação.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos seus Governos firmam o presente Tratado.

Feito em Brasília, em 27 de janeiro de 1995, em dois exemplares, nas línguas portuguesa, francesa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA

FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Felipe Lampreia



PELO GOVERNO DO CANADÁ

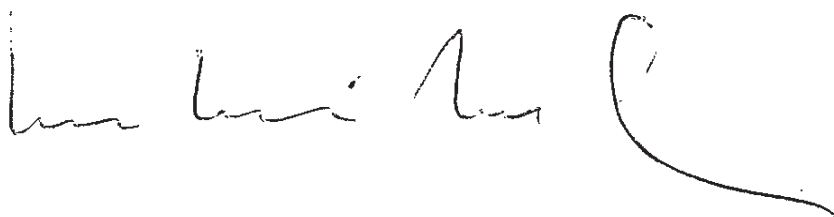
Christine Stewart

Mensagem nº 787

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, o texto do Tratado de Extradicação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995.

Brasília, 19 de julho de 1995.



EM nº 395 /DJ/DAI/DCS-MRE JUST BRAS CANA

Brasília, 14 de julho 1995.

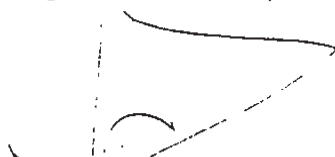
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Tratado de Extradicação, firmado em Brasília, em 27 de janeiro de 1995, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá.

2. O referido Tratado tem por objetivo facilitar a busca e a entrega de criminosos, inserindo-se assim no desejo da comunidade internacional da luta contra o crime.

3. Tendo em vista o grande interesse dos dois Governos pelo assunto, permito-me submeter a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópias autênticas do Tratado, a fim de que seja encaminhado à apreciação do Poder Legislativo.

Respeitosamente,



SEBASTIÃO DO REGO BARROS  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA- GERAL DA MESA

### **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

## **ATA DA 19ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 06 DE MARÇO DE 2007**

(Publicada no **Diário do Senado Federal**, de 07 de março de 2007)

### **RETIFICAÇÃO**

Na Ata, da página 03864 a 03872, republique-se, na íntegra, o Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2007, por estar ilegível.

## **(\*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 2007**

(nº 1.065/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto "Programa de Modernização do Setor Dendroenergético da Nicarágua", celebrado em Manágua, em 22 de novembro de 2000.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto "Programa de Modernização do Setor Dendroenergético da Nicarágua", celebrado em Manágua, em 22 de novembro de 2000.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Ajuste, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) Republicado, no DSF em 07/10/2008, na íntegra, por ter saído ilegível, quando de sua publicação, em 07/03/2007

EM Nº 00045 /MRE.

Brasília, em 21 de fevereiro de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto "Programa de Modernização do Setor Dendroenergético da Nicarágua", firmado em Manágua, em 22 de novembro de 2000.

2. A assinatura desse instrumento atende à disposição de ambos os Governos em desenvolver a cooperação técnica na área de dendroenergia entre instituições do setor público e privado, assim como entre organizações não governamentais de ambos os países. Para tanto, será constituída uma comissão intergovernamental que, reunindo-se periodicamente, assegure a implementação do Ajuste.

3. Em vista do exposto, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem para que, se assim houver por bem, o encaminhe ao Poder Legislativo, para exame e eventual aprovação.

Respeitosamente,

CELSO LAFER

Ministro de Estado das Relações Exteriores



AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
ENTRE  
O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA  
REPÚBLICA  
DA NICARÁGUA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "PROGRAMA DE  
MODERNIZAÇÃO DO SETOR DENDROENERGÉTICO DA NICARÁGUA"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Nicarágua  
(doravante denominados "Partes"),

Considerando:

Que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República da Nicarágua, assinado em Manágua, em 01 de abril de 1987;

Que há um entendimento mútuo de que a cooperação técnica deve obedecer ao princípio da horizontalidade, proporcionando um processo complementar aos esforços nacionais de compartilhar experiências, conhecimentos, tecnologias e recursos em circunstâncias de igualdade, com uma transferência recíproca, não-vertical, com base em uma agenda acordada em comum que potencialize as experiências nacionais e os aportes bilaterais;

Que a cooperação técnica nas áreas de energia e meio ambiente revestem-se de especial interesse para ambas as Partes;

Ajustam o seguinte:

TÍTULO I  
Do Objeto

ARTIGO 1

O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Programa de Modernização do Setor Dendroenergético da Nicarágua".

ARTIGO 2

O mencionado Projeto tem como objetivo introduzir novas metodologias e técnicas de produção e utilização da dendroenergia na Nicarágua, buscando modernizar este setor visando a sustentabilidade ecológica e a eficiência energética.

## TÍTULO II Das Instituições Participantes

### ARTIGO 3

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como órgão de coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e
- b) a Federação das Associações de Recuperação Florestal do Estado de São Paulo (FARESP) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV), como órgãos executores das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

### ARTIGO 4

O Governo da República da Nicarágua designa:

- a) a Secretaria de Relações Econômicas e de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, como órgão de coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e
- b) a Comissão Nacional de Energia (CNE) e a Associação para o Fomento Dendroenergético da Nicarágua (PROLEÑA), como órgãos executores das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

## TÍTULO III Das Obrigações das Partes

### ARTIGO 5

Cabe ao Governo brasileiro:

- I) designar e enviar especialistas para prestar consultoria na Nicarágua, nas áreas de promoção, fomento e reposição florestal; construção de viveiros; carbonização; bioeletricidade;
- II) apoiar o treinamento de técnicos nicaraguenses no Brasil e na Nicarágua, nas áreas de promoção, fomento e reposição florestal; construção de viveiros; carbonização; bioeletricidade e dendroenergia;
- III) enviar publicações e material de apoio direcionados à formação de técnicos nicaraguenses e instalação dos viveiros florestais;

- IV) custear as despesas com transporte e material em território brasileiro dentro do programa de transferência de tecnologia de eco-fogões;

### ARTIGO 6

Cabe ao Governo da Nicarágua:

- I) designar técnicos para acompanhar os trabalhos dos especialistas brasileiros que prestarão assessoria na Nicarágua, nas áreas de promoção, fomento e reposição florestal; construção de viveiros, carbonização; bioeletricidade;
- II) designar os técnicos nicaraguenses que participarão dos treinamentos no Brasil e na Nicarágua nas áreas de promoção, fomento e reposição florestal; construção de viveiros; carbonização; bioeletricidade e dendroenergia;
- III) elaborar publicações e fornecer material de apoio direcionados à formação de técnicos nicaraguenses, divulgação e seminários;
- IV) fornecer materiais e disponibilizar profissionais necessários para construção dos viveiros florestais e fornos de produção de carvão vegetal;
- V) disseminar e instituir fundo rotativo para financiamento de eco-fogões;
- VI) instituir associações de reposição florestal com seu marco regulatório.
- VII) isentar os materiais fornecidos pelo Governo da República Federativa do Brasil de licenças, direitos de importação e reexportação e demais encargos fiscais;
- VIII) custear as despesas de taxas portuárias, aeroportuárias e de armazenagem, em território nicaraguense, dos materiais fornecidos pelo Governo brasileiro;
- IX) providenciar o desembaraço alfandegário dos materiais fornecidos pelo Governo da República Federativa do Brasil ao projeto;
- X) arcar com as despesas de transporte dos materiais em solo nicaraguense;

- XI) designar técnico para a transferência de tecnologia em ecotecnologias para o Brasil.

#### TÍTULO IV Dos Relatórios Semestrais

##### ARTIGO 7

Os órgãos executores elaborarão relatórios semestrais sobre os resultados obtidos no projeto decorrente do presente Ajuste Complementar, os quais serão encaminhados aos órgãos de coordenação da cooperação técnica e/ou serão examinados em encontros anuais a serem previamente acordados.

#### TÍTULO V Do Crédito à Participação das Partes

##### ARTIGO 8

Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser expressamente científicas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

#### TÍTULO VI Do Procedimento Legal

##### ARTIGO 9

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar serão sujeitas às leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República de Nicarágua.

#### TÍTULO VII Da Vigência

##### ARTIGO 10

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data da última nota em que uma Parte informe à outra o cumprimento de seus requisitos legais internos e terá vigência de 2 (dois) anos, a menos que as Partes decidam prorrogá-lo mediante acordo por troca de notas.

## TÍTULO VIII Da Modificação

### ARTIGO 11

As Partes poderão, de comum acordo e por troca de notas diplomáticas, emendar o presente Ajuste Complementar. As emendas entrarão em vigor nos termos do Artigo 10.

## TÍTULO IX Da Denúncia

### ARTIGO 12

A denúncia do presente Ajuste Complementar não afetará as atividades que se encontrem em execução no âmbito do projeto em questão, salvo quando as Partes estabelecerem o contrário.

## TÍTULO X Da Solução de Controvérsias

### ARTIGO 13


As controvérsias surgidas na execução do presente Ajuste Complementar serão dirimidas mediante negociações entre as Partes.


## TÍTULO XI Das Disposições Finais

### ARTIGO 14

Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nicarágua, de 01 de abril de 1987.

Feito em *Managua*, em 22 de novembro de 2000, em dois exemplares originais, em português e em espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

  
RICARDO DRUMMOND DE MELLO  
EMBAIXADOR DO BRASIL EM MANAGUA  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

  
JOSE ADAN GUERRA P.  
VICE MINISTRO  
MINISTERIO DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES  
PELO GOVERNO DA REPUBLICA  
DA NICARAGUA



**MENSAGEM Nº 223, DE 2001**

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto "Programa de Modernização do Setor Dendroenergético da Nicarágua", celebrado em Manágua, em 22 de novembro de 2000

Brasília, 14 de março de 2008

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-  
GERAL DA MESA****Constituição da República Federativa do Brasil 1988**

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Roseana Sarney\*  
**PTB** - Eptácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Maioria-PMDB** - José Maranhão\*  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Casildo Maldaner\*\* (S)

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Ada Mello\*\* (S)

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**PSC** - Virgínio de Carvalho\*\* (S)

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Marco Antônio Costa\*\* (S)

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozerildo Cavalcanti\*\*

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(16)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(8)</sup>  
**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(8)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007

**Designação:** 05/06/2007

**Instalação:** 03/10/2007

**Prazo final prorrogado:** 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) <sup>(14)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) <sup>(11)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(9)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(13)</sup>	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(2,6)</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) <sup>(3,12,17)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (AM) <sup>(15)</sup>	

**PDT/PSOL** <sup>(10)</sup>

1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final prorrogado:** 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) <sup>(1)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

### Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
	1.
	2.
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
	1.
	2.
<b>PTB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

**Número de membros: 5**

**Leitura: 05/03/2008**

#### TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

**Notas:**

1. (DEM)

## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

### **3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

**Número de membros: 9**

**COORDENADOR:** Hamilton Carvalhido

**RELATOR-GERAL:** Eugenio Pacelli de Oliveira

**Leitura:** 25/03/2008

**Designação:** 01/07/2008

---

#### **MEMBROS**

---

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

---

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ**

**Finalidade:** Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

**Número de membros: 3**

**Leitura:** 03/04/2008

**TITULARES****Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

**Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )****Maioria ( PMDB )**

Senador José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL



## 5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

**Finalidade:** Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

**Número de membros:** 3

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

---

### TITULARES

---

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )

---

Senador João Pedro (PT)

---

#### Maioria ( PMDB )

---

---

#### PSDB

---

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

**Instalação:** 27/08/2008

**Prazo final:** 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) <sup>(8)</sup>
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,12)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB) <sup>(6)</sup>
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(11)</sup>	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(10)</sup>	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi <sup>(9)</sup>

Gim Argello	2.
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO <sup>(6)</sup>	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
<b>PDT PMDB PSDB <sup>(1)</sup></b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL****Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA**

**Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4)</sup>	1. João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup>
Osmar Dias (PDT) <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(2)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

#### 1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

**Finalidade:** Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

**RELATOR:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(5)</sup></b>	
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(3)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO <sup>(1,2,13)</sup>
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO <sup>(9)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO <sup>(6)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(12)</sup>	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(10)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(4)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB <sup>(8)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti <sup>(7,11)</sup>	1.
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).

12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br



**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
<b>Majoria (PMDB) e PDT</b>	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(13)</sup>
Marina Silva (PT) <sup>(8)</sup>	2. Francisco Dornelles (PP) <sup>(1,12,13)</sup>
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) <sup>(13,14)</sup>
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(7,15)</sup>	6. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(11)</sup>	4. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(3)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(6)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
<b>PDT</b>	
Osmar Dias <sup>(10)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(9)</sup>

**Notas:**

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- Eleito em 8.8.2007.
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) <sup>(12)</sup>
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(8,16)</sup>	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) <sup>(5,9)</sup>	6. Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(15)</sup>
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO <sup>(11)</sup>
Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(6)</sup>	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(13)</sup>	5. Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(14)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(7)</sup>	1.
	2.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(10)</sup>

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(1)</sup>
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(5)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br



#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) <sup>(7)</sup>	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,11)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO <sup>(3)</sup>
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(9)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(10)</sup>	5. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PTB</b>	
Gim Argello <sup>(6)</sup>	1.
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8)</sup>	1.

### Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).

11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO <sup>(3)</sup>	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (5)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**Finalidade:** Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marina Silva (PT-AC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Marina Silva (PT) <sup>(1)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

**Notas:**

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.



**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO <sup>(1)</sup>	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO <sup>(3,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(8)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) <sup>(12)</sup>
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(5)</sup>	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(11,13)</sup>	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
César Borges (PR) <sup>(4)</sup>	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(6)</sup>	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) <sup>(10)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) <sup>(3,7)</sup>	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(9)</sup></b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1.

### Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>	2. Patrícia Saboya (PDT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (4)</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Virginio de Carvalho (PSC) (13)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (18)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB (7)</b>	
Fernando Collor (8,9,10,11,20)	1.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

### Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(1,6)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Fernando Collor (PTB) <sup>(3,4)</sup>	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO  
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) <sup>(3,6)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(8)</sup>
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,9)</sup>	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayne Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7)</sup>	5. Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
<b>PDT</b>	
João Durval	1.

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).  
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.  
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).  
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (4)</b>	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) (3)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (2)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (5)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (7)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) (11)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
<b>PTB (6)</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1.
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (9)	1. Osmar Dias

### Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO <sup>(5,7)</sup>
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(8)</sup>
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(9)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB <sup>(6)</sup></b>	
VAGO <sup>(10)</sup>	1.
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,8)</sup>	3. Gim Argello (PTB) <sup>(6,7)</sup>
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) <sup>(4)</sup>	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(3)</sup></b>	
Sérgio Zambiasi	1.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1.

## Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br



**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS****Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 17/10/2007

**Notas:**

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) <sup>(6)</sup>	2. Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(4)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) <sup>(2)</sup>
João Vicente Claudino (PTB-PI) <sup>(1)</sup>	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) <sup>(7)</sup>	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(9)</sup>
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) <sup>(11)</sup>
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(13)</sup>
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10)</sup>
Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(12)</sup>	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(14)</sup>	1.
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP) <sup>(8)</sup>	

**Atualização:** 19/07/2008

**Notas:**

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Roseana Sarney (MA)
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(1)</sup>
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Serys Slhessarenko (MT)
<b>PTB</b>
Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PR</b>
<b>PDT</b>
Cristovam Buarque (DF)
<b>PSB</b>
Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE)
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PP</b>
<b>PSOL</b>

**Atualização:** 19/07/2008**Notas:**

1. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

### COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)  
Vice-Presidente: Deputado George Hilton<sup>2</sup> (PP-MG)  
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz<sup>2</sup> (PSDB – RS)

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) <sup>5</sup>
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.



**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<b>LÍDER DA MINORIA</b> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<b>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>2</sup>**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

---

<sup>2</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b>PRESIDENTE</b> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b>1º SECRETÁRIO</b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b>2º SECRETÁRIO</b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Senador César Borges (PR-BA)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<b>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Senado Federal – Anexo II - Térreo**  
**Telefones: 3311-4561 e 3311-5258**  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



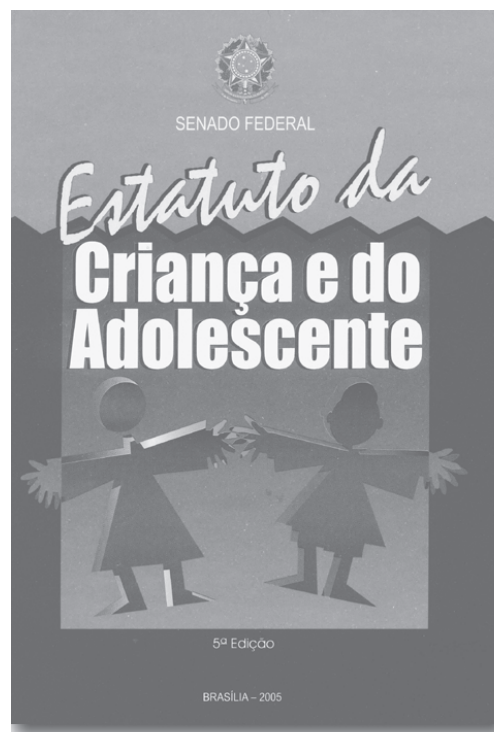
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações  
dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação cor-  
relata e índice.

**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**



## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 232 PÁGINAS**